

PARTE III

AS FUNÇÕES DOS FILHOS NA FAMÍLIA

Capítulo 1

As funções simbólicas dos filhos

Que funções desempenham hoje os filhos no quadro da vida familiar? Partindo da hipótese que são várias, e não somente de ordem afectiva, pedimos às inquiridas para identificarem, de um amplo leque de razões, aquelas que as levam a considerar os filhos importantes nas suas vidas no momento presente. Em termos analíticos, a diversidade encontrada foi reunida em dimensões do lugar dos filhos na família, por outras palavras, “arrumámos” as funções em quatro categorias sociologicamente relevantes: **instrumental, expressiva, estatutária e afectiva**. A primeira dimensão, que procura averiguar da instrumentalidade mais directa ou diferida que recai sobre os filhos, é constituída por três indicadores: as **funções de solidariedade material, de solidariedade emocional e produtiva**. A segunda dá conta de uma faceta mais relacional da vida familiar, a partir de três indicadores: as **funções de papel, de sociabilidade lúdica e socializadora**. Já a terceira dimensão contempla os vários ganhos em estatuto que a parentalidade proporciona: com as **funções de mobilidade social, identitária, aquisição de autoridade e de linhagem**. Finalmente, a última dimensão dá conta do universo das gratificações a partir de quatro indicadores: as **funções afectiva, simbólica de coesão, afectiva extrema e afectiva alargada**.

1.1. A valorização das funções

Ora, num primeiro olhar para a globalidade dos resultados (quadro 3.1), o que sobressai é a ampla adesão às razões recenseadas. Efectivamente, das 14 razões, 7 são actualmente importantes para mais de 90% das inquiridas; 10, para mais de 80%; 12, para mais de 75% e 13, para mais de 60%. Apenas uma reuniu menos consenso. O peso relativo das razões permite estabelecer, assim, uma hierarquia das funções dos filhos.

Quadro 3.1 – As funções dos filhos (%)

«Razões pelas quais os seus filhos são hoje importantes para si»	sim	não	ns/nr	total
1. Função afectiva				
«são uma fonte de alegria na sua vida»	99,8	0,2	–	100
2. Função de sociabilidade lúdica				
«são bons companheiros com quem gosta de se divertir»	98,5	1,5	–	100
3. Função de papel				
«tratar deles no dia-a-dia é um prazer»	97,0	2,9	0,1	100
4. Função socializadora				
«com eles pode aprender coisas novas»	96,8	3,1	0,1	100
5. Função simbólica de coesão				
«são o símbolo do amor entre os pais»	96,1	3,8	0,1	100
6. Função identitária				
«ser mãe realiza-a plenamente como mulher»	94,4	5,5	0,2	100
7. Função afectiva alargada				
«são uma fonte de alegria para os familiares (avós, tios)»	92,3	7,3	0,3	100
8. Função de linhagem				
«darão continuidade à família (aos costumes, ao nome, ao património)»	87,3	11,6	1,1	100
9. Função afectiva extrema				
«são o único amor que dura para toda a vida»	86,0	13,3	0,7	100
10. Função de aquisição de autoridade				
«são alguém que lhe tem respeito e que pode educar à sua maneira»	82,8	16,9	0,3	100
11. Função de mobilidade social				
«poderão realizar sonhos que a senhora não conseguiu realizar (estudos, profissão, nível de vida)»	77,6	21,2	1,2	100
12. Função de solidariedade emocional				
«são uma companhia para toda a vida»	75,1	23,3	1,7	100
13. Função de solidariedade material				
«poderá contar com eles em caso de doença e de necessidade económica»	64,9	31,0	4,1	100
14. Função produtiva				
«são uma ajuda em casa e no trabalho»	40,3	59,5	0,2	100
«outra razão»	6,8	93,0	0,2	100

A **função afectiva** aparece, com efeito, em primeiro lugar. Praticamente todas as inquiridas, há excepção de três, consideram que os filhos «são uma fonte de alegria na sua vida». O seu lugar na ordem sentimental é um dado quase absoluto. Mas outras funções, que remetem para dimensões distintas do lugar dos filhos, seguem de perto a afectiva. Antes de mais a **função de sociabilidade lúdica** (99%), mas também a **função**

de papel (97%), a **função socializadora** (97%) e a **função simbólica de coesão** (96%). Com um pouco menos de expressão, mas ainda acima dos 90%, encontram-se a **função identitária** (94%) e a **função afectiva alargada** (92%), mais uma do universo dos afectos. Em seguida encontram-se três funções com valores acima dos 80% – a **função de linhagem** (87%), a **função afectiva extrema** (86%) e a **função de aquisição de autoridade** (83%) – duas, com valores superiores a 70% – a **função de mobilidade social** (78%) e a **função de solidariedade emocional** (75%) – e mais uma, com valor acima dos 60% – a **função de solidariedade material**. Finalmente, aquela que reuniu francamente menos acordo foi a **função produtiva** (40%).

Ora, a partir destes primeiros resultados é já possível tirar algumas ilações sobre as funções dos filhos. Antes de mais, constata-se a clara desvalorização das funções instrumentais, já que as percentagens de respostas positivas ficam bastante aquém das restantes. No entanto, apesar de se posicionarem na cauda da lista, há diferenças visíveis entre elas. No que respeita às funções de solidariedade, que remetem essencialmente para um apoio a longo prazo, a emocional é importante para mais inquiridas do que a material. Tal aponta para maiores expectativas de retorno em companhia e apoio moral do que em ajuda prática, o que é revelador de alguma recusa da ideia de que os filhos devem retribuir, na mesma moeda, os cuidados prestados e o investimento económico que os pais fazem na sua criação e educação. Esta função é ainda a que suscita mais dúvidas: 4% das inquiridas não têm opinião formada, eventualmente porque, não considerando uma obrigação, pensam que competirá aos filhos avançar (ou não) com esse gesto de generosidade. Mas a função mais rejeitada é, sem dúvida, a produtiva. Começa a distanciar-se a imagem dos filhos enquanto braços de trabalho, tanto no espaço doméstico como profissional, e como co-responsáveis pelo sustento do agregado familiar. Todavia, não podemos deixar de considerar significativo o facto de 4 inquiridas em 10 valorizarem ainda esta função tradicional dos filhos, o que aponta para uma realidade social portuguesa marcada por clivagens profundas no que respeita às representações do lugar da criança na família.

Quanto às funções de natureza afectiva, embora globalmente importantes para um conjunto muito significativo de inquiridas, também registam ligeiras diferenças. Olhando apenas para as funções afectivas alargada e extrema – já que o lugar dos filhos enquanto fonte de alegria na vida não é de todo surpreendente – verifica-se que a primeira função é importante para mais inquiridas do que a segunda. Este é um dado muito interessante, pois mais uma vez se confirma a fragilidade da tese do isolamento

afectivo da família conjugal, que marcou a sociologia da família das décadas de 50 e 60 (Parsons e Bales, 1955; Burgess et al., 1960; Bassand e Kellerhals, 1975). A criança é também valorizada pela alegria que dá a outros familiares, nomeadamente avós e tios. De facto ela é, enquanto catalisadora espontânea de afectos, um elemento-chave na reafirmação dos laços familiares, do “espírito de família” (Attias-Donfut et al., 2002). Este significado atribuído à criança é, portanto, mais transversal do que a expectativa nela depositada de reduto afectivo. Contudo, não deixa de ser muito elevada a percentagem de inquiridas que vê neste laço a possibilidade de amor ímpar e duradouro, por comparação à vulnerabilidade de outros laços afectivos, em concreto o conjugal.

No que respeita às funções expressivas, elas traduzem a democratização das relações entre pais e filhos. Estes são, assim, promovidos a “pares”, tanto a nível das sociabilidades como a nível dos saberes de que são portadores.

Em resumo, há uma tendência para valorizar as funções que remetem para as dimensões afectiva e expressiva do lugar da criança na família. Os afectos, o papel, a simbólica de coesão, a sociabilidade e a socialização “às avessas” são, assim, funções muito generalizadas. De tal modo que é legítimo pensar que, certamente, não introduzem clivagens sociais significativas. Fazem parte, afinal, de um quadro de valores amplamente partilhado, que não deixa à margem nenhuma franja da sociedade portuguesa.

1.2. As duas funções mais importantes

A partir do mesmo leque de razões, as inquiridas foram ainda questionadas sobre as duas que consideram mais significativas (quadro 3.2). Colocada a questão nestes termos, verifica-se uma profunda reorganização no mapa das funções dos filhos, com excepção do lugar ocupado pela **função afectiva**. De facto, esta função destaca-se ainda mais do que no quadro anterior, pois é francamente preferida a todas as outras quando há que escolher apenas duas: 72% das inquiridas referiram que uma das duas razões fundamentais para os filhos serem tão importantes é o facto de serem uma fonte de alegria na sua vida.

A segunda função mais referida é agora a **simbólica de coesão**. Para metade das inquiridas, uma das duas razões fundamentais para os filhos serem tão importantes nas suas vidas é o facto de simbolizarem o amor que une o casal. Em terceiro lugar aparece a **função afectiva extrema**. A esperança depositada neste laço sentimental, que se crê

singular e perene, é central para um quarto das inquiridas. Muito atrás surge a **função de solidariedade emocional** (11%); a expectativa que os filhos sejam uma companhia garantida para a vida; a **função de mobilidade social** (10%), o desejo que alcancem as metas sociais que os pais não tiveram oportunidade de alcançar; a **função identitária** (9%), o sentimento de realização pessoal alcançado através da maternidade; e a **função de papel** (7%), a gratificação que os cuidados quotidianos aos filhos proporcionam. As restantes funções revelaram-se, então, pouco significativas. Nenhuma foi referida por mais de 4,3% das inquiridas.

Quadro 3.2 – As duas funções fundamentais dos filhos (% de casos)

«Duas razões fundamentais para que eles sejam hoje tão importantes na sua vida»		% de casos
1. (1)	Função afectiva	71,7
2. (5)	Função simbólica de coesão	49,6
3. (9)	Função afectiva extrema	24,6
4. (12)	Função de solidariedade emocional	10,9
5. (11)	Função de mobilidade social	9,5
6. (6)	Função identitária	9,1
7. (3)	Função de papel	6,6
8. (2)	Função de sociabilidade lúdica	4,3
9. (8)	Função de linhagem	2,5
10. (4)	Função socializadora	2,1
11. (14)	Função produtiva	1,8
12. (7)	Função afectiva alargada	1,6
13. (13)	Função de solidariedade material	1,6
14. (10)	Função de aquisição de autoridade	0,6
«outra razão»		1,0

Ora, este quadro de resultados é muito concludente, pois faz luz sobre as funções dos filhos mais valorizadas. Se é verdade que as inquiridas foram levadas a fazer uma escolha porventura redutora, também é verdade que a importância atribuída de forma generalizada a muitas das funções mapeadas no quadro 3.1 encobre o facto de umas serem efectivamente mais importantes do que outras na ordem simbólica destas mães. Exemplo evidente desta discrepância é o facto de termos registado, nesse quadro, um amplo consenso em torno de funções como a de sociabilidade lúdica, a socializadora, a afectiva alargada e mesmo a de linhagem, a par da sua fraca expressão no quadro 3.2.

Não obstante, estes dados não infirmam ou invalidam os anteriores, apenas permitem equacionar de forma mais esclarecida a hierarquia das funções dos filhos. Nesta mesma perspectiva, também algumas funções ganham aqui outro relevo, como é o caso das funções de solidariedade emocional e de mobilidade social, pois, ao contrário do que vimos no quadro anterior, são mais valorizadas do que as de natureza expressiva.

1.2.1. Os pares de dimensões: afectos, expressividade, estatuto e instrumentalidade

Uma maneira interessante de olhar para as duas funções fundamentais dos filhos é agrupando-as de acordo com a sua natureza, i.e., nas **dimensões afectiva, estatutária, instrumental e expressiva**. Ora, quando temos em linha de conta aquelas funções dos filhos à luz das quatro dimensões (quadro 3.3), confirmamos a centralidade das funções afectivas no quadro de valores das mães, já que 95% das inquiridas referiram pelo menos uma desta natureza.

Quadro 3.3 – Dimensões das funções fundamentais dos filhos (% de casos)

Pelo menos uma função da...	% de casos	(nº de funções)	% casos / nº funções
dimensão afectiva	95,3	(4)	23,8
dimensão estatutária	21,2	(4)	5,3
dimensão instrumental	14,0	(3)	4,7
dimensão expressiva	12,4	(3)	4,1

Para além deste resultado, que já não é novidade, este quadro também chama a atenção para o outro dado interessante, que é a hierarquia das restantes dimensões. A estatutária aparece, então, em segundo plano, com 21% das inquiridas a privilegiarem pelo menos uma função desta natureza, e a instrumental em terceiro, com 14% de respostas. A dimensão expressiva, amplamente valorizada quando olhamos o quadro 3.1, é, assim, a menos referida quanto temos em linha de conta as duas funções fundamentais.

Mas esta distribuição não é alheia ao facto das dimensões afectiva e estatutária reunirem quatro funções, enquanto que a instrumental e a expressiva apenas três. Para contornar esta questão, a última coluna resulta de um exercício simples, que consiste na divisão dos valores da primeira coluna pelo número de funções dessa dimensão, de modo a obter um valor médio por função. Assim, apesar daquela hierarquia não sofrer

alterações, há uma aproximação significativa das dimensões estatutária, instrumental e expressiva. Por outras palavras, a percentagem de inquiridas que mencionam pelo menos uma função respeitante àquelas três dimensões é muito semelhante, variando apenas cerca de um ponto percentual entre a estatutária e a expressiva.

Nesta linha de análise podemos ainda dar conta dos pares de dimensões, a partir da combinação das funções fundamentais dos filhos (quadro 3.4). O par mais frequente, referido por mais de metade das inquiridas, é portanto aquele que combina duas funções da dimensão afectiva. Muito atrás surgem as combinações: afectiva/estatutária com 19%; afectiva/instrumental com 12%; e afectiva/expressiva com 11%. Os restantes seis pares, que excluem então a dimensão afectiva, apresentam valores residuais, somando no seu conjunto apenas 4%.

É também interessante olhar para o interior das dimensões, ou seja, para os pares de funções. Não para todos, pois são muitos, mas apenas para os mais significativos. Assim, quando estamos perante duas dimensões de natureza afectiva, o par que mais se destaca é composto pela função afectiva e pela função simbólica de coesão: foi referido por um terço do total das inquiridas. O segundo par, com menos 20% de respostas do que o anterior, é o par função afectiva/afectiva extrema. E o terceiro, com 7% de respostas, é o par função simbólica de coesão/afectiva extrema.

Quanto às funções contidas nas dimensões afectiva/estatutária, os pares resultam essencialmente da combinação das funções afectiva e simbólica de coesão com as funções identitária e de mobilidade social. Já a dimensão afectiva/instrumental tem como única função significativa de natureza instrumental a de solidariedade emocional, enquanto que a dimensão afectiva/expressiva tem as funções de papel e de sociabilidade lúdica.

Este rápido olhar para o interior das dimensões permite não só confirmar a preponderância de umas funções sobre as outras (reproduzindo, de alguma forma, a hierarquia observada no quadro 3.2), mas também o modo como se combinam entre si. Assim, quanto falamos da dimensão afectiva, referimo-nos basicamente a três funções: a afectiva, a afectiva extrema e a simbólica de coesão. As combinações entre elas estão presentes em mais de metade da amostra, o que é revelador da sua centralidade para a compreensão do lugar da criança na ordem simbólica familiar.

Quadro 3.4 – Pares de dimensões e respectivos pares de funções fundamentais (%)¹²⁶

Pares de dimensões	Pares de funções	%
afectiva e afectiva	afectiva e simbólica de coesão	33,4
	afectiva e afectiva extrema	12,8
	simbólica de coesão e afectiva extrema	6,5
	outros pares	1,3
	Subtotal	54,0
afectiva e estatutária	afectiva e de mobilidade social	5,1
	afectiva e identitária	4,2
	simbólica de coesão e de mobilidade social	2,4
	simbólica de coesão e identitária	2,2
	outros pares	5,2
Subtotal	19,1	
afectiva e instrumental	afectiva e de solidariedade emocional	6,3
	simbólica de coesão e de solidariedade emocional	2,2
	outros pares	3,9
Subtotal	12,4	
afectiva e expressiva	afectiva e de papel	4,2
	afectiva e de sociabilidade lúdica	2,2
	outros pares	4,1
Subtotal	10,5	
outros pares		
	estatutária e expressiva	1,0
	estatutária e instrumental	0,9
	expressiva e expressiva	0,7
	estatutária e estatutária	0,6
	instrumental e expressiva	0,4
	instrumental e instrumental	0,3
	Subtotal	4,0
total geral		100

Curioso é o facto da função afectiva extrema, ao contrário das outras duas, não se ligar a nenhuma função de outra dimensão, como se só fizesse sentido num quadro denso de expectativas desta natureza. São, por conseguinte, as funções simbólica de coesão e afectiva que fazem par com as funções das restantes dimensões.

¹²⁶ Na medida em que o objectivo deste quadro consiste na identificação dos pares de dimensões, foram excluídas da análise duas situações: aquela em que a inquirida não respondeu a uma ou às duas razões fundamentais; e aquela em que referiu «outra razão». Sendo assim, o total deste quadro não corresponde aos 1776 casos da amostra, mas a 1720.

Mas o par sem dúvida mais frequente é, como vimos, o que combina estas duas funções. Este dado vem claramente de encontro às conclusões que, a partir de pesquisas dos anos 70, Kellerhals et al. (1982) e Roussel (1975) retiraram para os casos suíço e francês, ou seja, de que estas são as principais razões que, invariavelmente, motivam a procriação. A reprodução destes resultados algumas décadas depois no contexto português leva-nos a equacionar a estabilidade e a generalização destes valores ligados à criança.

1.3. A dimensão mais tradicional do lugar dos filhos

Para aprofundar o retrato do lugar dos filhos na família, procurámos perceber de que modo as funções simbólicas dos filhos se combinam no universo das representações das inquiridas. Por outras palavras, na medida em que os filhos são hoje importantes na vida destas mulheres por uma ampla gama de razões, quisemos saber se havia funções que, associadas, apontassem para quadros de valores distintivos. A partir de uma análise de correspondências múltiplas de tipo *homals*, efectuada sobre as 14 razões mapeadas, obtivemos apenas uma dimensão estatisticamente significativa ($\text{Eigenvalue} \geq 0,2$), que reuniu metade daquelas funções, aquelas cujos *scores* são superiores ao Eigenvalue da própria dimensão (Pestana e Gageiro, 2000): **a afectiva alargada, a de linhagem, a de aquisição de autoridade, a de mobilidade social, as de solidariedade emocional e material e a produtiva** (quadro 3.5). Ora, trata-se de uma dimensão do lugar dos filhos de contornos manifestamente tradicionais, na medida em que o que está aqui em jogo é uma constelação de valores que caracterizava a vida familiar no passado. Falamos concretamente das diversas expectativas instrumentais e estatutárias que recaíam sobre os filhos, assim como do seu papel-chave na reafirmação dos laços familiares em sentido amplo. O facto é que esta dimensão, ao associar todas as funções de natureza instrumental, praticamente todas as de natureza estatutária e a função afectiva alargada, chama a atenção para a constância de valores que remetem para o lugar dos filhos nas sociedades tradicionais, assim como este tem sido usual e consensualmente teorizado no quadro das ciências sociais.

Quadro 3.5 – Funções isoladas pela dimensão resultante da análise de correspondências múltiplas

Funções	<u>Dimensão 1</u> (eigenvalue=,246)	Dimensão 2 (eigenvalue=,104)
da dimensão afectiva		
afectiva	,024	,317
afectiva extrema	,173	,075
<u>afectiva alargada</u>	<u>,363</u>	,079
simbólica de coesão	,169	,012
da dimensão expressiva		
de sociabilidade lúdica	,116	,390
de papel	,134	,045
Socializadora	,115	,310
da dimensão estatutária		
identitária	,219	,003
<u>de linhagem</u>	<u>,383</u>	,009
<u>de aquisição de autoridade</u>	<u>,397</u>	,063
<u>de mobilidade social</u>	<u>,414</u>	,049
da dimensão instrumental		
<u>de solidariedade emocional</u>	<u>,257</u>	,010
<u>de solidariedade material</u>	<u>,415</u>	,057
<u>produtiva</u>	<u>,271</u>	,042

Mas, qual é o peso efectivo desta dimensão na amostra? Que afinidade têm as inquiridas com estas funções? Teoricamente, a adesão a esta constelação de valores mais tradicionais pode variar consideravelmente, entre a adesão total, quando todas estas funções são importantes para as inquiridas, e a rejeição, quando nenhuma é mencionada. Mas o que se verifica é, efectivamente, uma adesão elevada a estes valores (quadro 3.6), já que 55% das inquiridas referiram 6 a 7 funções da dimensão tradicional. A rejeição é, bem pelo contrário, pouco frequente: 1,3% das inquiridas rejeitaram em absoluto esta dimensão; e 8% mencionaram somente 1 ou 2 funções. A média é, então, de 5,2 funções. Sistematizando os dados temos, então: 18% de *adesão fraca*, quando são referidas até 3 funções das 7 possíveis; 27% de *adesão média*, quando são referidas 4-5 funções; e 55% de *adesão forte*, quando são referidas 6-7 funções.

Quadro 3.6 – Grau de adesão à dimensão tradicional (%)

Grau de adesão	%
Fraca	
0	1,3
1	3,3
2	4,7
3	8,6
subtotal	17,9
Média	
4	12,0
5	15,1
subtotal	27,1
Forte	
6	27,1
7	27,9
subtotal	55,0
Total	100
Média =	
	5,2

Os resultados apontam, portanto, para a valorização ainda significativa desta dimensão do lugar dos filhos na sociedade portuguesa. E são essencialmente estes valores instrumentais e estatutários que estruturam, hoje em dia, as clivagens sociais, na medida em que podem estar mais ou menos presentes nas representações que se tem da criança e da infância. No entanto, não podemos esquecer que esta realidade anda a par com outra ainda mais generalizada, que é a unanimidade em torno de valores afectivos e expressivos. Como vimos no quadro 3.5, a análise de correspondências, ao isolar apenas a dimensão tradicional, vem confirmar o que já era ponto assente, ou seja, que aqueles valores constituem o substrato comum que está na base da construção do lugar dos filhos na família contemporânea.

1.4. O impacto das características da descendência: a idade, o género e a dimensão

Tradicionalmente, as características da descendência eram decisivas para fixar o lugar dos filhos na família. As expectativas neles depositadas e as funções que lhes competiam resultavam, portanto, de atributos como a idade, o sexo ou a ordem na fratria (Wall, 1998a).

Ora, quando mapeamos as dimensões que reúnem as duas funções fundamentais à luz das características das descendências, o que verificamos de imediato é a grande homogeneidade de resultados (quadro 3.7). De facto, a idade do filho mais velho, o sexo ou o número de filhos não introduzem diferenças assinaláveis. A registar, apenas temos o ligeiro impacto da idade na dimensão instrumental, que passa de 12% quando o filho mais velho tem entre 6 e 10 anos, para 19% quando tem mais de 20 anos.

Quadro 3.7 – Dimensões segundo as características da descendência (% de casos)

Características da descendência	Pelo menos uma função da dimensão			
	afectiva	expressiva	estatutária	instrumental
Sexo do filho mais velho	CC=,034; Sig.=,154	CC=,020; Sig.=,393	CC=,006; Sig.=,802	CC=,011; Sig.=,655
Masculino	94,6	13,1	21,5	14,3
Feminino	96,1	11,7	21,0	13,6
Idade do filho mais velho	CC=,050; Sig.=,214	CC=,041; Sig.=,402	CC=,034; Sig.=,569	CC=,063; Sig.=,071
6-10 anos	97,0	13,8	20,1	11,9
11-15 anos	94,8	11,8	22,3	12,8
16-20 anos	94,5	13,2	19,9	15,2
21 e mais anos	94,5	9,5	23,6	18,6
Nº de filhos e enteados	CC=,085; Sig.=,005	CC=,016; Sig.=,933	CC=,032; Sig.=,608	CC=,018; Sig.=,896
1 filho	95,8	12,8	22,7	13,4
2 filhos	96,2	12,0	20,9	13,8
3 filhos	90,9	13,1	21,4	15,5
4 e mais filhos	95,0	13,8	16,3	13,8
Todas as famílias	95,3	12,4	21,2	14,0

Mas, de que funções, daquela dimensão, estamos a falar em concreto? Que expectativas “crescem”, então, com a idade dos filhos? São basicamente duas: a função produtiva, que passa de 25 para 50%; e a de solidariedade material, que passa de 59 para 74% (quadro 3.8). É um resultado muito interessante, que testemunha as mudanças que se vão operando ao longo do ciclo de vida, ou seja, o modo como algumas funções dos filhos só começam a fazer sentido a dada altura no quadro da vida familiar.

Mais, como podemos observar, a faixa etária dos 16 aos 20 anos é a referência central neste processo, já que o peso destas funções estabiliza a partir de então. Ora, estas idades podem coincidir, de facto, com mudanças significativas na vida dos jovens. Finda a escolaridade obrigatória e abertas novas possibilidades, em particular a entrada no mercado de trabalho, parece, de certa forma, terminar simbolicamente aqui a

infância. A vida familiar passa a acarretar alguma dose de instrumentalidade para os filhos, à qual foram poupados até então.

Quadro 3.8 – Funções da dimensão instrumental, segundo a idade do filho mais velho (% de sins)

Idade do filho mais velho	Funções da dimensão instrumental		
	Produtiva	Solidariedade material	Solidariedade emocional
6-10 anos	24,8	59,2	79,7
11-15 anos	41,7	68,0	73,8
16-20 anos	49,5	72,5	77,8
21 e mais anos	49,5	73,7	72,7
Todas	40,3	67,6	76,3

CC=,198; Sig.=,000 CC=,117; Sig.=,000 CC=,064; Sig.=,069

1.5. O impacto do contexto social: a escolaridade, a classe social e a trajetória da condição perante o trabalho das inquiridas

O capítulo da fecundidade permitiu dar conta do impacto do contexto social nas representações, nas aspirações, nas práticas e nas tensões procriativas das mulheres portuguesas. De facto, a diversidade encontrada a nível dos seus ideais, descendências, planeamentos e calendários foi em grande medida explicada por variáveis macrosociais. E as funções dos filhos? Será que as expectativas que neles são depositadas também dependem do contexto social? A verdade é que, tradicionalmente, o que se esperava e exigia dos filhos era fortemente balizado pelas condições sociais das famílias (Segalen, 1999). Será que, nos nossos dias, estas diferenças se mantêm ou estão mais atenuadas devido à difusão da norma da afectividade como substrato das relações familiares? Regista-se alguma tendência no sentido de uma maior homogeneidade das funções da criança?

1.5.1. As dimensões valorizadas

Uma das variáveis que se revelou mais influente para compreender os diferentes perfis de fecundidade foi, sem dúvida, a escolaridade. Esta continua a ser, no panorama português, uma variável incontornável para dar conta das clivagens no que respeita às

práticas e às representações no campo da família. O cruzamento com as dimensões que reúnem as funções dos filhos permite retirar ilações importantes (quadro 3.9).

Quadro 3.9 – Dimensões segundo o contexto social (% de casos)

Contexto Social	Pelo menos uma função da dimensão			
	afectiva	expressiva	estatutária	instrumental
Escolaridade da inquirida	CC=,103; Sig.=,002	CC=,185; Sig.=,000	CC=,074; Sig.=,082	CC=,142; Sig.=,000
Sem escolaridade	94,9	7,7	21,8	23,1
Ensino primário	95,5	9,6	18,0	19,0
Ensino preparatório/básico	97,0	9,7	23,5	10,1
Ensino secundário	94,5	17,1	25,1	8,5
Curso médio/lic. incompleta	93,0	25,0	18,0	10,0
Licenciatura ou grau superior	87,1	32,3	25,8	8,6
Classe social da inquirida	CC=,111; Sig.=,003	CC=,190; Sig.=,000	CC=,060; Sig.=,510	CC=,114; Sig.=,002
ED e PIC	90,5	28,6	23,3	7,4
PTEI	88,9	22,2	28,6	4,8
IPP	97,7	13,2	20,6	10,9
EE	96,9	9,4	22,2	12,5
ENQ	95,1	6,9	23,6	15,9
OI	95,3	10,8	19,5	15,9
AA	96,5	5,3	15,8	17,5
C	96,7	10,9	17,4	22,8
Trajectória da inquirida	CC=,028; Sig.=,491	CC=,055; Sig.=,070	CC=,015; Sig.=,820	CC=,035; Sig.=,344
Sempre com trabalho	94,9	12,2	21,8	13,6
Trabalho em 1 ou 2 momentos	95,3	14,2	20,5	15,3
Sempre sem trabalho	96,8	8,3	21,6	11,5
Todas as famílias	95,3	12,4	21,2	14,0

A primeira diz respeito à dimensão afectiva: se é verdade que, para a grande maioria das inquiridas, pelo menos uma função desta natureza faz parte do leque restrito das funções mais valorizadas, também é certo que o seu peso é ligeiramente menor (abaixo dos 90%) no caso das mulheres mais escolarizadas. Por outro lado, são as dimensões expressiva e instrumental que mais contribuem para esta análise, na medida em que introduzem as diferenças mais significativas à luz do grau de escolaridade. A dimensão expressiva é tanto mais valorizada quanto mais escolarizadas são as inquiridas. Inclusivamente, para aquelas que têm o ensino médio e superior, esta passa a ser a segunda dimensão mais referida (25% e 32%, respectivamente), enquanto que quando olhamos para a amostra no seu conjunto esta dimensão aparece em último lugar.

Em contrapartida, a dimensão instrumental é claramente valorizada por aquelas que têm poucos ou nenhuns recursos escolares, de tal modo que a percentagem de inquiridas que mencionam pelo menos uma função desta natureza (23% das que não têm escolaridade e 19% das que têm o ensino primário) é ligeiramente superior à das que mencionam pelo menos uma estatutária.

O cruzamento com a classe social aponta no mesmo sentido. Mantém-se, aliás, a regularidade que tende a opor as dimensões expressiva e instrumental. Ou seja, quem valoriza a dimensão expressiva tende a desvalorizar a instrumental e vice-versa. Assim, enquanto que as mulheres dos serviços pouco qualificados, da indústria e do trabalho agrícola encontram mais sentido na dimensão instrumental (com destaque para as camponesas) e menos na expressiva (em particular as assalariadas agrícolas), o inverso acontece com as qualificadas, incluindo as que têm profissões técnicas e intermédias. Estas caracterizam-se ainda por apontarem um pouco menos a dimensão afectiva, o que decorrerá certamente do peso que a dimensão expressiva se reveste para estas mulheres.

Avaliada a importância de cada dimensão à luz do contexto social das inquiridas, e já que não é praticável olhar para os pares de funções considerados mais importantes devido ao grande número de combinações encontrado, passemos então aos pares de dimensões (quadro 3.10). Ora, como já observámos, o par mais frequente é o “afectivo-afectivo”, ou seja, aquele que combina duas funções da dimensão afectiva (54%). Embora este par seja maioritário em todos os níveis de ensino tem, todavia, pesos diferenciados, sendo menos expressivo tanto para as inquiridas sem escolaridade como para as que têm pelo menos o curso médio ou a licenciatura incompleta. No entanto, a menor frequência deste par traduz-se em preferências distintas por parte destas inquiridas. Como seria previsível, as primeiras estão sobrerrepresentadas no par “afectivo-instrumental” e sub-representadas no par “afectivo-expressivo” bem como nos “outros pares” (dos quais está ausente a dimensão afectiva), passando-se exactamente o oposto com as segundas. Em relação às restantes inquiridas, há ainda a assinalar o facto de as que fizeram o ensino primário referirem com alguma frequência o par “afectivo-instrumental”, as que fizeram o secundário, os pares “afectivo-expressivo” e “afectivo-estatutário”, e as que fizeram o preparatório ou básico serem as mais centradas no “afectivo-afectivo” e no “afectivo-estatutário”.

Quando olhamos para a classe social, constatamos que as inquiridas com profissões empresárias, científicas e técnicas têm um perfil semelhante ao das mais escolarizadas – com um maior acento no par “afectivo-expressivo” e um menor acento

no par “afectivo-afectivo” e “afectivo-instrumental” – e que as camponesas têm o perfil mais próximo do das mulheres sem escolaridade, no qual se destaca o peso da dimensão instrumental e a sub-representação do par “afectivo-afectivo”. As restantes inquiridas têm, em regra, uma distribuição parecida à da amostra, sendo que as que desempenham as actividades menos qualificadas revelam uma menor adesão à dimensão expressiva por contraponto à instrumental.

Quadro 3.10 – Pares de dimensões segundo o contexto social (%)¹²⁷

Contexto Social	Pares de dimensões					total
	afectiva	expressiva	afectiva + estatutária	instrumental	outros pares	
Escolaridade da inquirida	CC=,227; Sig.=,000					
Sem escolaridade	49,3	6,7	20,0	22,7	1,3	100
Ensino primário	55,4	8,3	15,8	16,7	3,8	100
Ensino preparatório/básico	56,9	8,8	22,4	9,1	2,8	100
Ensino secundário	52,3	13,5	21,8	7,8	4,7	100
Curso médio/lic. incompleta	47,4	21,1	15,8	8,4	7,4	100
Licenciatura ou grau superior	38,2	23,6	20,2	6,7	11,2	100
Classe social da inquirida	CC=,223; Sig.=,000					
ED e PIC	42,8	22,8	20,0	5,6	8,9	100
PTEI	47,5	14,8	23,0	4,9	9,8	100
IPP	56,5	12,3	19,0	9,9	2,4	100
EE	56,5	8,5	20,6	11,8	2,6	100
ENQ	55,2	5,0	21,2	14,5	4,1	100
OI	56,2	9,2	17,2	13,7	3,7	100
AA	64,3	5,4	12,5	14,3	3,6	100
C	48,9	10,2	17,0	21,6	2,3	100
Trajectória da inquirida	CC=,082; Sig.=,173					
Sempre com trabalho	54,2	9,8	19,3	12,0	4,7	100
Trabalho em 1 ou 2 momentos	51,5	12,4	18,7	13,7	3,7	100
Sempre sem trabalho	60,0	7,6	20,0	10,5	1,9	100
Todas as famílias	54,0	10,5	19,1	12,4	4,0	100

¹²⁷ Na medida em que o objectivo deste quadro consiste na identificação dos pares de dimensões, foram excluídas da análise as situações em que as inquiridas não responderam a uma ou às duas razões fundamentais. Sendo assim, o total deste quadro não corresponde aos 1776 casos da amostra, mas a 1720. Já as situações em que referiram «outra razão» foram incluídas nos outros pares, assim como todas as outras combinações (69 casos).

1.5.2. As funções valorizadas

A análise que temos vindo a fazer ficaria incompleta se não nos debruçássemos sobre as funções dos filhos propriamente ditas. É que alguns resultados não deixam de suscitar curiosidade, nomeadamente o facto da dimensão estatutária não apresentar resultados estatisticamente significativos. Mas o que é que este dado significa? Que é transversal a valorização destas funções? Que não introduz clivagens sociais? Ou, pelo contrário, não haverá funções, deste leque que categorizámos de estatutário, que são mais importantes no quadro de valores de algumas inquiridas? O mesmo raciocínio pode ser aplicado para as funções dos filhos inscritas nas restantes dimensões. Se o universo dos afectos é um dado incontornável, será que há funções que são mais estruturadoras de algum meio social? E no que respeita às dimensões expressiva e instrumental, que são as mais diferenciadoras, de que expectativas estamos a falar? Passemos, então, ao quadro 3.11.

No que se refere à dimensão estatutária, verifica-se que há efectivamente duas funções que se relacionam de forma significativa com o percurso escolar das inquiridas: a identitária e a de mobilidade social. A primeira revela-se fundamental sobretudo para as mulheres mais escolarizadas, nomeadamente a partir do ensino secundário. Este dado é muito interessante, pois faz luz sobre a importância que a maternidade tem para as mesmas. A sua identidade não se alicerça apenas num espaço exterior à vida familiar, como por exemplo a actividade profissional, mas também na maternidade, que sentem como uma importante fonte de realização. Tratam-se, portanto, de dois domínios que se complementam mais do que se contrapõem. Por seu lado, a mobilidade social marca mais o universo das expectativas das inquiridas com menos recursos escolares, ou seja, no máximo com o preparatório/básico. É um dado de certa forma previsível, pois se há quem tenha mais dificuldades na concretização dos seus sonhos em termos de estudos, profissão ou nível de vida, são certamente elas.

Quadro 3.11 – As duas funções fundamentais dos filhos, segundo o contexto social (% de casos)

Contexto Social	Afetiva				Dimensão Expressiva			Dimensão Estatutária				Dimensão Instrumental		
	Afetiva	Afetiva extrema	Afetiva alargada	Simbólica de coesão	Sociabil. lúdica	Papel	Socializad.	Identitária	Linhagem	Aquisição autoridade	Mobilidade social	Solidaried. emocional	Solidaried. material	Produtiva
Escolaridade	,046-,586	,060-,263	,033-,858	,110-,001	,200-,000	,021-,979	,180-,000	,128-,000	,072-,100	,148-,530	,108-,001	,119-,000	,076-,068	,054-,402
Sem escolaridade	75,6	32,1	1,3	33,3	-	6,4	1,3	6,4	2,6	1,3	11,5	19,2	2,6	1,3
E. primário	70,7	23,9	1,5	53,0	2,4	6,6	0,7	5,9	1,5	1,0	10,1	14,5	2,4	2,5
E. prep./básico	73,7	26,5	1,7	50,5	2,7	6,4	1,2	9,1	3,0	0,3	11,9	7,7	0,8	1,7
E. secundário	70,9	22,1	2,0	50,3	7,5	7,0	3,5	15,1	2,5	0,5	7,0	7,5	-	1,0
C. médio/l. inc.	66,0	23,0	2,0	47,0	13,0	6,0	9,0	15,0	3,0	-	-	7,0	3,0	1,0
L. e grau superior	72,2	18,3	-	33,3	17,2	8,6	9,7	17,2	6,5	-	3,2	8,6	1,1	-
Classe Social	,039-,912	,081-,121	,050-,749	,082-,113	,188-,000	,093-,036	,213-,000	,168-,000	,058-,566	,060-,523	,103-,010	,088-,063	,107-,006	,060-,509
ED e PIC	67,7	20,6	1,1	41,8	14,8	6,9	10,1	17,5	4,8	-	1,6	5,8	2,1	0,5
PTEI	69,8	19,0	1,6	44,4	3,2	12,7	9,5	22,2	3,2	-	6,3	4,8	-	-
IPP	72,0	28,8	0,8	51,8	3,1	9,3	1,2	7,4	1,9	0,4	10,9	8,6	1,2	1,2
EE	72,2	27,8	1,7	49,7	5,7	3,4	0,6	10,2	2,0	0,6	9,9	10,2	0,6	1,7
ENQ	72,8	26,4	2,4	47,6	1,2	5,3	0,8	11,4	2,4	0,8	10,6	13,8	0,8	1,6
OI	71,2	22,0	1,7	55,0	2,5	7,4	1,1	4,4	3,0	0,8	11,4	11,8	1,9	2,5
AA	75,4	31,6	1,8	50,9	1,8	3,5	-	7,0	1,8	-	7,0	14,0	1,8	1,8
C	75,0	20,7	-	47,8	2,2	7,6	1,1	2,2	1,1	2,2	12,0	14,1	6,5	3,3
Trajectória	,068-,016	,034-,351	,028-,500	,022-,653	,038-,282	,026-,548	,056-,065	,066-,021	,016-,798	,018-,758	,059-,046	,044-,177	,033-,389	,034-,351
Sempre com trab.	72,4	23,2	1,3	50,5	4,1	6,3	2,4	9,6	2,7	0,7	9,6	10,7	2,0	1,4
Trab. 1/2 momen.	68,5	26,3	2,0	48,2	5,2	7,4	2,5	10,2	2,2	0,5	8,0	12,3	1,3	2,0
Sempre sem trab.	78,4	25,7	1,4	49,1	2,8	5,5	-	4,1	2,8	0,9	13,8	7,8	0,9	2,8
Todas	71,7	24,6	1,6	49,6	4,3	6,6	2,1	9,1	2,5	0,6	9,5	10,9	1,6	1,8

A dimensão afectiva apresenta apenas uma função estatisticamente significativa, a função simbólica de coesão, que se destaca curiosamente pela sua presença menos significativa tanto no universo das inquiridas mais escolarizadas como daquelas que não completaram qualquer grau de ensino. O lugar dos filhos enquanto símbolo do amor conjugal é, então, menos central nestes contextos sociais tão díspares, eventualmente porque é também aqui que a ideologia do amor romântico tem menos força (Aboim, 2004/2006).

Na dimensão expressiva sobressaem as funções socializadora e de sociabilidade lúdica. Tratam-se de funções tão mais fundamentais quanto escolarizadas são as mães, marcando de forma clara o quadro de valores das inquiridas com o ensino médio ou superior.

Já quando temos em conta a classe social da inquirida, as funções que se revelam significativas do ponto de vista estatístico não são exactamente as mesmas, de tal modo que, no caso da dimensão afectiva, não há nenhuma a assinalar. Na dimensão instrumental, já não é a solidariedade emocional que se revela significativa e sim a solidariedade material, marcando concretamente o universo das camponesas. A expectativa de ajuda na velhice e na doença é, então, uma das duas funções mais importantes para 7% daquelas, o que indica, de certa forma, alguma permanência de um traço que caracterizava a dinâmica das famílias camponesas que era o papel central dos filhos na prestação de cuidados aos pais idosos (Wall, 1998a/1998b). Como já tinha ficado claro, a dimensão expressiva marca muito particularmente a perspectiva que as mulheres mais qualificadas têm do lugar da criança. No entanto, há diferenças a assinalar quando olhamos para as três funções que a constituem: a de papel aparece, antes de mais, nas escolhas das profissionais técnicas e de enquadramento intermédio (13%); já a de sociabilidade lúdica está presente muito acima da média nas respostas das empresárias e das profissionais intelectuais (15%); enquanto que a função socializadora é uma das duas funções fundamentais tanto para aquelas como para estas (10%). Por fim, a dimensão estatutária é a única em que as funções estatisticamente significativas – a de mobilidade social e a identitária – coincidem com as do quadro anterior. Sem surpresa, constatamos que são as inquiridas muito qualificadas que menos referem a mobilidade e que são as camponesas e as operárias que mais o fazem. E que praticamente o oposto sucede com a aquisição de identidade, estando esta função particularmente presente nas escolhas das profissionais técnicas (22%).

Quanto à trajetória, há algumas notas interessantes em relação às inquiridas que nunca trabalharam: se elas mencionam um pouco mais a função afectiva do que as restantes, curiosamente referem menos a função identitária. Isto significa que a maternidade enquanto fonte de realização está menos ligada a este tipo de trajetória. Por outro lado, são elas que têm mais expectativas que os filhos realizem os sonhos que não conseguiram alcançar. Será indicador de algum mal-estar em relação à sua condição de doméstica? Trata-se, sem dúvida, de um dado interessante que importa auscultar mais detalhadamente.

1.5.3. A adesão à dimensão tradicional

Finalmente, o grau de adesão das inquiridas à dimensão tradicional revela resultados muito interessantes à luz do contexto social (quadro 3.12). A tendência é, então, para a adesão ser mais forte à medida que diminuem os capitais escolares. Este dado é inequívoco quando olhamos para a média de funções tradicionais referidas: é de 5,8 no caso das inquiridas sem escolaridade e com o ensino primário; de 5,2 no caso das que têm o preparatório/básico; de 4,5 para as do secundário; de 3,5 para as que têm o curso médio; e de 3,4 para as licenciadas.

As inquiridas que têm no máximo 4 anos de escolaridade destacam-se, então, pela forte adesão à dimensão tradicional a par da sub-representação tanto na adesão fraca como na média. O cenário é exactamente oposto quando temos em linha de conta as inquiridas com pelo menos um curso médio: a maioria revela uma adesão fraca e poucas são as que se encontram no outro extremo (17% no caso das que têm o curso médio ou a licenciatura incompleta e 12% no caso das mais escolarizadas). As inquiridas com o secundário são as que se distribuem de modo mais uniforme, embora encontrando-se sobrerrepresentadas na adesão fraca e sub-representadas na forte. E as inquiridas com o preparatório/básico têm, mais uma vez, um perfil próximo do da amostra, com mais de metade a posicionar-se na adesão forte.

Quando equacionamos o grau de adesão à luz da classe social deparamo-nos, também, com quatro posições distintas: a das inquiridas das classes ligadas ao operariado, aos serviços desqualificados e às actividades agrícolas, que amplamente revelam uma adesão forte à dimensão tradicional; a das empregadas executantes e das independentes, cuja posição se cola ao perfil da amostra; a das profissionais técnicas, que se repartem mais ou menos uniformemente, mas onde se destaca a adesão média; e

a das empresárias e profissionais intelectuais, que se situam com frequência na adesão fraca e só residualmente na forte. Em termos do número médio de funções referidas, destacam-se, em particular, as empresárias e profissionais intelectuais, que referem em média 3,6 funções, e as camponesas, com 5,9 funções.

Quadro 3.12 – Grau de adesão à dimensão tradicional, segundo o contexto social (%)

Contexto Social	Grau de adesão				média
	fraca	média	forte	total	
Escolaridade da inquirida	CC=,380; Sig.=,000				Eta Sq.=,173
Sem escolaridade	11,5	14,1	74,4	100	5,82
Ensino primário	8,5	21,5	70,0	100	5,78
Ensino preparatório/básico	14,9	31,5	53,5	100	5,23
Ensino secundário	31,2	30,7	38,2	100	4,49
Curso médio/lic. incompleta	45,0	38,0	17,0	100	3,54
Licenciatura ou grau superior	54,8	33,3	11,8	100	3,41
Classe social da inquirida	CC=,346; Sig.=,000				Eta Sq.=,143
ED e PIC	49,2	34,9	15,9	100	3,56
PTEI	30,2	36,5	33,3	100	4,35
IPP	17,5	28,0	54,5	100	5,19
EE	19,3	28,7	52,0	100	5,09
ENQ	12,2	22,8	65,0	100	5,57
OI	8,0	26,2	65,8	100	5,70
AA	12,3	24,6	63,2	100	5,49
C	8,7	18,5	72,8	100	5,90
Trajectória da inquirida	CC=,070; Sig.=,072				Eta Sq.=,006
Sempre com trabalho	20,0	27,2	52,7	100	5,08
Trabalho em 1 ou 2 momentos	16,4	27,4	56,2	100	5,27
Sempre sem trabalho	12,8	26,6	60,6	100	5,47
Todas as famílias	17,8	27,1	55,1	100	5,20

Já a trajectória da condição perante o trabalho, apesar de ter um impacto pouco significativo, parece apontar para um aumento da adesão forte à medida que as mulheres se vão distanciando do mercado de trabalho.

1.6. O impacto do tempo social: a coorte de entrada na maternidade

A sociedade portuguesa foi palco, nas últimas décadas, de grandes mudanças políticas, económicas e sociais, constituindo a Revolução de 1974 um ponto de viragem decisivo, um voltar de página da nossa história. Os ideais do 25 de Abril entraram, também, na vida familiar democratizando as relações no seu interior, tanto entre cônjuges como entre pais e filhos Almeida e Wall, 2001). Por outro lado, as condições materiais de existência das famílias também têm vindo a modificar-se (Barreto, 2000), permitindo a gradual libertação dos filhos de atribuições instrumentais, como a participação no trabalho doméstico, a contribuição económica ou a assistência na velhice.

Ora, será que ao equacionarmos as funções dos filhos à luz da coorte de entrada na maternidade vislumbramos estas mudanças? As mulheres que foram mães no início dos anos 70 revelam uma concepção mais tradicional do lugar da criança do que aquelas que tiveram filhos depois do 25 de Abril?

1.6.1. A adesão à dimensão tradicional

O grau de adesão à dimensão tradicional é uma das variáveis que melhor retrata esta realidade, pois confirma, sem dúvida, o perfil mais tradicional das inquiridas que entraram na maternidade na primeira metade dos anos 70 (quadro 3.13). Ora, são elas que, efectivamente, mais vezes revelam uma adesão forte: 70% contra 55% da amostra. O perfil mais contrastante é, então, o da última coorte, que é a única que está sub-representada na adesão forte (42%) e sobrerrepresentada na média (40%). Mas apesar do inegável declínio da adesão forte à dimensão tradicional, há que esclarecer que este é secundado pelo aumento da adesão média e não da adesão fraca, que não revela uma tendência inequívoca.

Quadro 3.13 – Grau de adesão à dimensão tradicional, segundo a coorte (%)

Coorte	Grau de adesão				
	Fraca	média	forte	total	média
até 1974	15,1	15,1	69,9	100	5,59
1975-1979	18,4	24,0	57,6	100	5,25
1980-1984	15,5	24,2	60,3	100	5,41
1985-1989	19,7	24,7	55,6	100	5,16
a partir de 1990	18,3	39,9	41,8	100	4,86
Todas	17,8	27,1	55,1	100	5,20

CC=,165; Sig.=,000 / Eta Squared=,014

1.6.2. As funções valorizadas

Se aquele quadro aponta claramente para o perfil mais tradicional das mulheres que entraram na maternidade no início dos anos 70, o mesmo já não se pode dizer quando temos em linha de conta os diversos cruzamentos que têm na base as duas funções fundamentais dos filhos. O facto da coorte não influenciar a sua escolha revela que a lógica dos afectos sobrepõe-se a todas as outras quando se trata de apontar as duas razões fundamentais para os filhos serem tão importantes e que o tempo social não introduz aí novidades. Não obstante, é importante olhar para todas as funções recenseadas, pois aqui já se encontram diferenças interessantes (quadro 3.14).

São basicamente três, as funções sensíveis ao contexto temporal – a produtiva, a de solidariedade material e a de mobilidade social. Tratando-se de algumas das funções da matriz tradicional do lugar da criança na família, são apenas aquelas que têm vindo a perder importância ao longo do período em análise (tendência mais notória a partir da segunda metade dos anos 80), sendo que a função produtiva – a importância dos filhos enquanto fonte de trabalho e de sustento – é a que tem vindo a registar o recuo mais acentuado: passou de 56% na coorte que teve o primeiro filho até 1974, para 21% na que o teve nos anos 90.

Sendo esta última coorte constituída por mulheres necessariamente com filhos mais novos, temos que equacionar o facto de aí poder estar a interferir a fase do ciclo de vida familiar, ou seja, sobre eles ainda não recair esse tipo de expectativa, ao contrário do que sucede em famílias com filhos mais velhos. Todavia, as outras duas funções que remetem afinal para expectativas a longo prazo, não deixam de apresentar a mesma tendência consistente.

Quadro 3.14 – As funções dos filhos, segundo a coorte (% de casos)

Dimensões	Funções	Todos	Até 74	75-79	80-84	85-89	a partir de 90	CC	Sig.
Afectiva	afectiva	99,8	98,6	99,3	100,0	100,0	100,0	,086	,010
	afectiva extrema	86,6	91,8	87,5	87,9	86,5	83,0	,061	,154
	afectiva alargada	92,7	89,0	88,8	94,0	93,7	93,1	,074	,044
	simbólica de coesão	96,2	94,5	95,8	97,5	95,7	95,6	,046	,449
Expressiva	sociabilidade lúdica	98,5	97,3	97,9	98,1	98,9	99,2	,045	,452
	papel	97,1	91,8	96,9	96,9	98,1	97,2	,073	,047
	socializadora	96,9	93,2	94,8	98,1	97,8	96,4	,081	,020
Estatutária	identitária	94,5	94,5	94,4	97,5	92,7	93,1	,087	,009
	linhagem	88,3	84,9	86,6	90,8	89,1	85,5	,066	,100
	aquisição de autoridade	83,1	89,0	83,0	82,9	83,0	82,2	,034	,727
	mobilidade social	78,6	87,7	81,0	81,4	76,8	73,4	,088	,008
Instrumental	solidariedade emocional	76,3	74,0	73,4	77,5	73,9	81,2	,069	,082
	solidariedade material	67,6	80,3	71,7	71,0	68,9	55,0	,142	,000
	produtiva	40,3	56,2	45,8	50,1	38,8	21,1	,217	,000

Das três, a função que regista a evolução menos severa é, então, a de mobilidade social, que passa de 88 para 73%. Apesar da tendência clara, há ainda um número não despreciando de inquiridas que, tendo sido mães recentemente, ainda depositam nos filhos a esperança de realização dos seus sonhos de promoção social (cerca de 7 em 10). Trata-se de um dado em nada surpreendente no quadro da sociedade contemporânea, ainda dominada pelas baixas qualificações escolares e profissionais dos portugueses. Como clarificaram algumas pesquisas recentes, trata-se de uma realidade que ainda marca profundamente o quotidiano e o universo dos valores das famílias portuguesas (Pinto, 1998; Sarmiento et al., 2000; Fialho 2000/2003).

1.7. As «outras» funções dos filhos (análise de uma pergunta aberta)

Antes de terminar o capítulo, há ainda espaço para falar de outros significados associados aos filhos. Trata-se de conhecer as «outras razões» que as inquiridas deram para considerarem os filhos importantes nas suas vidas. Foram 121 (7% da amostra), as inquiridas que sentiram necessidade de completar as razões sugeridas, avançando mais uma na questão em aberto. Do levantamento e da posterior codificação dessas respostas resultaram mais algumas funções dos filhos (quadro 3.15).

Quadro 3.15 – Outras funções dos filhos (N e %)

Outras funções	N	%
Função de vinculação maternal	26	21,5
Função afectiva absoluta	21	17,4
Função de produção de sentido	15	12,4
Função de suporte moral	15	12,4
Função de desafio criador	11	9,1
Função de alicerce familiar	6	5,0
Função de aquisição de maturidade	3	2,5
Função de cidadania	3	2,5
razões não categorizadas	21	17,4
Total	121	100

Uma função referida por 26 inquiridas foi a que podemos designar por **função de vinculação maternal**. Trata-se da construção de um laço indissolúvel, entre mãe e filho, assente na apropriação da criança (“é meu”). O filho é, então, alguém se possui, que nos pertence. Este é o traço que o singulariza. Mas o vínculo também pode sobrevir da ligação física, corporal, entre ambos (“são o meu sangue”; “saíram do meu próprio corpo”; “são uma parte de nós”). Parte ou extensão de outro corpo, objecto possuído, estas são, portanto, duas facetas da função de vinculação maternal, na qual é posta em causa, em termos simbólicos, a individualidade da própria criança.

A **função afectiva absoluta**, referida por 21 inquiridas, sobrepõe-se, de algum modo, à função afectiva extrema. A importância dos filhos assenta na força deste laço, que é único e indissolúvel (“amor da minha vida”; “estão acima de tudo”). O amor maternal, ao contrário dos outros, é, assim, incondicional e capaz de todas as lutas (“por ela daria tudo”).

Outra função, referida por 15 inquiridas, é a **função de produção de sentido**. Os filhos surgem como criadores de nexos existenciais, pois é através deles que a vida ganha sentido (“são a razão do meu viver”; “só se é feliz com filhos”). Aqui, a maternidade constrói-se à custa da perda de alguma autonomia, já que o sentido da própria existência passa a estar dependente deste laço.

Foram também 15, as inquiridas que mencionaram razões que se prendem com a **função de suporte moral**. A importância do filho reside no facto de ser alguém que conforta e apoia (“é a minha única amiga e quase confidente, com quem partilho todas as coisas boas e más do dia-a-dia”; “dá-me muito apoio moral”). É, assim, um amigo, no qual se deposita confiança e expectativas de disponibilidade e de suporte emocional.

Uma função valorizada por 11 inquiridas é a **de desafio criador**. Os filhos são para os pais um desafio, na medida em que lhes compete “produzir” a sua personalidade social (“os filhos são uma prova, um desafio de transformar uma matéria bruta num ser polido, dando-lhe princípios, educação, sem saber qual será o resultado e se o trabalho foi bem feito”). Mas se, para algumas, o resultado do seu papel educativo ainda não é claro, para outras, os filhos são já o espelho da socialização recebida (“são respeitadores e educados”; “individuais e criativos”).

A **função de alicerce familiar** reúne 6 inquiridas, para as quais os filhos são a coluna vertebral da vida familiar. A existência do próprio casal só é legitimada através dos filhos (“um casal sem filhos é como um jardim sem flores”). Ao limite, eles são o “cimento” que mantém a vida familiar quando falha a relação conjugal (“só por eles é que ainda estou casada”).

A **função de aquisição de maturidade** foi apontada por 3 inquiridas. O valor dos filhos está, então, no seu papel-chave na transição para a vida adulta (“fazem-me crescer”; “tornou-me mais responsável”).

Também foram 3, as inquiridas que apresentaram razões que apontam para uma **função de cidadania**. Ter filhos é, assim, um dever social, um gesto para o bem comum (“são mais uns cidadãos do mundo e podem trazer benefícios ao futuro do mundo e do país”; “são um pouco do contributo que nós podemos dar à humanidade”).

Por fim, temos um conjunto significativo de respostas que não nos foi possível categorizar (21 inquiridas), mas onde sobressai a ideia de que nos filhos são projectadas todas as expectativas e todas as esperanças (“são importantes por todas as razões e mais alguma”). Trata-se, em suma, de reforçar a importância de todas as razões referidas.

Quem são as mães que apontam estas «outras razões»? Sem entrar em detalhes – estamos perante categorias residuais – vamos esboçar um breve retrato das inquiridas à luz da sua escolaridade (quadro 3.16). Antes de mais, as «outras razões» tendem a ser mais frequentes à medida que aumentam os capitais escolares das inquiridas: é de 3%, entre aquelas que não têm qualquer grau de ensino; e de 13%, naquelas que têm o curso médio. Estamos em crer que este dado traduz, basicamente, as diferentes competências reflexivas e discursivas das inquiridas, que dão vantagem às mais escolarizadas numa questão em aberto como é esta. Mas, quando dão «outra razão», qual é? Olhemos para as “manchas” de razões, já que os valores propriamente ditos são aqui pouco relevantes.

Quadro 3.16 – Outras funções dos filhos, segundo o contexto social (N e % de sins / “mancha”)

Escolaridade	«Outra razão?»		Outras funções							Razões não categ.		
	N	% sins	Vinculação maternal	Afectiva absoluta	Produção de sentido	Suporte moral	Desafio criador	Alicerce familiar	Aquisição de maturidade		Cidadania	
Sem escolaridade	2	2,6										
Ens. primário	39	5,5										
Ens. prep./básico	42	7,1										
Ens. secundário	17	8,5										
Curso médio/l.inc.	13	13,1										
L. e grau superior	8	8,6										
Todas	121	6,8										

As razões apresentadas são, sem dúvida, diferentes segundo a escolaridade das inquiridas, o que nos permite dar conta de cinco “manchas” distintas. A maior, que abrange todas as funções, é a das inquiridas com o ensino preparatório/básico. Trata-se, portanto, de uma “mancha” igual à da amostra, embora tenhamos que ter em conta que são estas inquiridas que dão, globalmente, um maior número de respostas. A “mancha” oposta, apenas circunscrita às funções de suporte moral e de desafio criador, é a das inquiridas sem escolaridade, aquelas que estão menos representadas. Um terceiro tipo de “mancha” é a das inquiridas com o ensino médio, que apenas não abrange a função afectiva absoluta e a função de alicerce familiar. A quarta “mancha” é a das mulheres com o ensino primário, da qual estão excluídas as funções de cidadania e de aquisição de maturidade. E a última “mancha”, semelhante à anterior, mas também da qual está ausente a função de suporte moral (e as razões não categorizadas) reúne as inquiridas com o ensino secundário e o superior.

Ora, se fizermos agora uma rápida leitura em coluna, verificamos que a maioria das funções é muito transversal, com destaque para a função de desafio criador. Os afectos absolutos, a vinculação, a produção de sentido, o alicerce familiar – funções que traduzem uma grande carga afectiva – não diferenciam os meios sociais. Já o suporte moral pauta mais, mas não em exclusivo, o universo das expectativas das inquiridas menos escolarizadas, aquelas que, porventura tendo uma rede de sociabilidades mais estreita, apostam tudo na vida familiar, e em especial na relação com os filhos.

1.8. Síntese conclusiva

Conhecer as funções dos filhos nas famílias portuguesas constituiu o principal objectivo deste capítulo. Para tal, procurámos dar resposta a três interrogações: se existe uma ruptura com o passado nesta matéria, i.e., se as funções tradicionais dos filhos já não fazem sentido na vida familiar contemporânea; se os contextos sociais engendram actualmente diferentes expectativas em relação aos filhos; e, finalmente, se as funções que estes desempenham resultam apenas de expectativas de natureza sentimental. Trata-se, afinal, de questionar a ideologia dos afectos, uma herança do panorama intelectual de meados do século XX que cristalizou a imagem da criança como “bem de consumo afectivo” (Becker, 1960), num corte definitivo com um passado familiar cujo bom andamento estava dependente de um sem número de atribuições dos filhos.

Ora, a primeira conclusão a que chegamos da leitura dos resultados da pesquisa vem, então, responder à última interrogação: na relação com os filhos, a gratificação afectiva destaca-se decisivamente. Alguns indicadores permitem constatar esta realidade: quando confrontadas com as duas razões fundamentais para os filhos serem importantes nas suas vidas, 95% das inquiridas referiram pelo menos uma função da dimensão afectiva e 54% referiram mesmo as duas, a uma grande distância dos restantes pares encontrados. Mas, dentro desta dimensão há funções claramente mais valorizadas. É o caso da função afectiva (a criança enquanto fonte de alegria) e da simbólica de coesão (a criança como símbolo do amor conjugal). Estas funções foram referidas, respectivamente, por 72 e 50% das inquiridas e são as que se combinam com mais frequência (33% das respostas), o que vem de encontro à conclusão que Kellerhals et al. chegaram há mais de duas décadas (1982).

No entanto, estes resultados respondem apenas parcialmente àquela questão, pois na verdade ficaríamos com uma imagem enviesada da realidade se não tivéssemos em conta outro indicador-chave – todas as funções importantes dos filhos. O que se verifica, afinal, é que são muitas e variadas as expectativas que são colocadas na relação com os filhos, não se confinando às funções da dimensão afectiva. De facto, tão importantes como estas são as funções socializadora, de sociabilidade lúdica e de papel, funções que apontam para um quadro mais democrático, companheirista e relacional da vida familiar. Amplamente valorizadas são ainda as funções da dimensão estatutária, em particular a identitária, o que é revelador do impacto da maternidade na construção de uma auto-imagem positiva (Lalanda, 2003/2005). Por fim, embora a adesão às funções

instrumentais seja em regra menos generalizada, apenas a função produtiva dos filhos se revela francamente menos importante para as inquiridas, já que a solidariedade intergeracional (mais a emocional, mas também a material) é uma expectativa ainda presente. Ora, a pouca expressão da função produtiva por comparação com todas as outras é, então, um sinal evidente da mudança do lugar da criança na família. Nas últimas décadas, o tecido social português e as condições de vida das famílias têm vindo a conhecer, de facto, profundas transformações, que levam a economia doméstica a dispensar gradualmente a contribuição dos filhos (Wall, 1998b).

Esta ilação remete-nos para outra das questões de partida, que é a de saber como evoluem no tempo as expectativas em relação aos filhos e se ainda são importantes as funções tradicionais. Curiosamente, de uma análise de correspondências que procurava averiguar a existência de alguma associação entre funções, chegámos a uma constelação de sete funções que aponta para uma dimensão mais tradicional do lugar dos filhos na família, tal como foi proposta por Bassand e Kellerhals (1975). Esta dimensão reúne as funções instrumentais e estatutárias – com excepção da identitária que, como vimos, é amplamente valorizada –, bem como a função afectiva alargada, i.e., o lugar da criança no universo dos afectos da família em sentido amplo. Ora, a partir da coorte de entrada na maternidade, variável-chave que permite fazer a leitura do tempo social, procurámos perceber a tendência de evolução da adesão a esta dimensão tradicional. A conclusão a que chegamos é que, apesar da adesão forte (6-7 funções) diminuir ao longo do tempo – denunciando o perfil claramente mais tradicional das inquiridas da primeira coorte –, aquela dimensão do lugar dos filhos está ainda bem presente nas expectativas das famílias portuguesas, já que 42% das inquiridas que entraram na maternidade nos anos 90 situam-se na adesão forte. Esta ilação é ainda reforçada pelo facto da adesão fraca (até 3 funções) não aumentar com o tempo, o que significaria uma tendência para desvalorizar este tipo de funções dos filhos.

Outro indicador que dá uma achega para responder a esta questão de partida é o das funções valorizadas. A sua leitura à luz da coorte permitiu verificar que são basicamente duas, afinal, as funções que têm vindo a diminuir de importância ao longo das últimas décadas: a produtiva e a de solidariedade material. Ora, este conjunto de dados leva-nos concluir que não há uma ruptura radical com o passado. Não há uma série de funções tradicionais que já não marcam presença no universo das expectativas face aos filhos, assim como as funções de natureza afectiva e expressiva também não são uma idiossincrasia das famílias contemporâneas. Há, apenas, a clara tendência para

desvalorizar aquelas que são, afinal, as expectativas de contribuição material dos filhos na vida familiar, tanto a curto como a longo prazo. Este é, assim, o principal traço de mudança no lugar dos filhos.

Não obstante, não podemos desprezar o número ainda significativo de inquiridas que têm estas expectativas: 40 e 65% das mulheres consideram importantes a função produtiva e a função de solidariedade emocional, respectivamente; e 55% revelam uma forte adesão à dimensão tradicional. Saber quem são estas mulheres reenvia, portanto, para a última questão de partida, i.e., para o impacto da escolaridade e da classe social nas expectativas que são colocadas nos filhos. A leitura dos diversos indicadores a partir destas variáveis não podia ser mais elucidativa: os contextos marcam de forma decisiva as funções que as inquiridas consideram importantes, de tal modo que chegamos a dois grandes perfis contrastantes de expectativas, o das inquiridas com percursos escolares longos (ensino médio e superior) e qualificadas (empresárias e profissionais intelectuais) e o daquelas que têm baixos recursos escolares (sem escolaridade e ensino primário) e profissionais (camponesas e assalariadas agrícolas, operárias e empregadas não qualificadas dos serviços).

Ora, o perfil das primeiras caracteriza-se, antes de mais, pela forte valorização da dimensão expressiva, pelo que a sobrerrepresentação nesta dimensão está presente nos indicadores que a contemplam. Mas, das três funções expressivas, são as funções socializadora e de sociabilidade lúdica que são acentuadas. A cumplicidade nos lares e a reciprocidade dos saberes é, então, o que estas inquiridas salientam na relação com os filhos. Outra função importante é a identitária. O papel da maternidade na construção da identidade pessoal é, assim, cúmplice e não concorrente do papel profissional. Por fim, a dimensão tradicional é desvalorizada, situando-se estas mulheres sobretudo na adesão fraca.

Diametralmente oposto é o perfil das inquiridas menos qualificadas. A adesão à dimensão tradicional é forte e a dimensão instrumental marca presença no leque das funções dos filhos. Quando olhamos para as duas mais importantes, destacam-se as duas funções de solidariedade, o que aponta para expectativas de apoio moral e material na velhice, na doença e em caso de necessidade económica. Outra função importante para estas mulheres é a de mobilidade social. É, assim, nestas franjas sociais com menos recursos que se torna frequente a aspiração de ver os filhos protagonizarem a trajectória ascendente que não esteve ao alcance dos pais.

Finalmente, há ainda outros dois perfis, que podemos considerar intermédios dos anteriores, mas que não são internamente tão homogêneos: é o das inquiridas que têm o ensino preparatório/básico e profissões medianamente qualificadas do terciário (empregadas executantes e independentes), que se aproxima do perfil tradicional das mulheres menos qualificadas; e é o perfil das inquiridas com o ensino secundário e profissões técnicas e de enquadramento intermédio, que tende a avizinhar-se do perfil mais expressivo das mulheres qualificadas.

Como consideração final, há que frisar quatro pontos. O primeiro é a constância dos afectos. Como observámos, estas funções dos filhos marcam todos os tempos e espaços sociais. O segundo ponto é que, apesar da tendência de mudança no sentido da desvalorização de algumas funções de cariz instrumental, estamos longe dos cenários tanto de reduto afectivo como de uniformização das expectativas que são colocadas na existência dos filhos. Os contextos sociais das famílias portuguesas, ainda produtores de clivagens flagrantes, são disso emblemáticos. O terceiro ponto prende-se com a pouca relevância da trajectória da condição perante o trabalho para perceber os significados associados aos filhos. Por outras palavras, o facto da mulher trabalhar ou estar em casa não determina as expectativas que são depositadas na sua existência. Apenas há a destacar a maior ênfase na função de mobilidade social, combinada com a menor da função identitária. Trata-se, sem dúvida, de um dado curioso e merecedor de reflexão, que poderá questionar algumas das ideias que têm vindo a lume a propósito da relação entre maternidade e condição de doméstica versus mulher trabalhadora. Por fim, o quarto ponto diz respeito ao modo como as características da descendência parecem estar praticamente desligadas das expectativas depositadas nos filhos, o que é revelador da ideologia da igualdade que atravessa este domínio. A nota destoante vai apenas para a idade dos filhos, e concretamente em relação ao lado instrumental da vida familiar. De facto, sobre os mais velhos, mais concretamente a partir dos 16 anos mas também já antes disso, recaem expectativas produtivas e de solidariedade material.

Capítulo 2

A função produtiva dos filhos (o trabalho doméstico e o trabalho profissional)

Passando para o domínio das práticas optámos por olhar apenas para a dimensão instrumental do lugar dos filhos na família, em concreto, para a sua função produtiva. Indispensável no passado para o bom funcionamento da vida familiar, tem vindo a perder importância ao longo das últimas décadas. Que expressão tem hoje em dia? Que famílias, no seu dia-a-dia, ainda dependem de ou promovem a função produtiva dos filhos? Procurámos responder a estas questões a partir de dois espaços de participação dos filhos na produção familiar: o do trabalho doméstico e o do trabalho profissional. No entanto, temos consciência que ao imputar estes espaços ao universo infantil, ou mesmo juvenil, estamos a pisar em terreno “escorregadio”. Com efeito, o trabalho dos filhos (mais o doméstico, mas em alguns contextos também o profissional) pode ser percebido tanto na sua vertente instrumental e produtiva, como enquanto estratégia de socialização ou mesmo de “democratização” da vida familiar.

Começando pelo trabalho doméstico, trata-se de um espaço de produção que não pode ser desligado da questão do género. De facto, a desigualdade de género era, tradicionalmente, um traço estruturador deste espaço. Altamente feminizado, fruto do modelo da mulher doméstica e do homem ganha-pão, nele havia igualmente um enclave de tarefas tipicamente masculinas, pelo que o trabalho realizado no espaço doméstico era fortemente genderificado.

Ora, a sociologia da família tem vindo a registar mudanças neste quadro da vida familiar, nomeadamente a lenta mas crescente participação dos homens em áreas anteriormente da exclusiva competência das mulheres, com destaque para os cuidados às crianças (Torres e Silva, 1998; Aboim, 2005a; Wall e Guerreiro, 2005; Poeschl, 2000; Perista, 2002). Este domínio trata-se efectivamente, como diz Björnberg (1995), da porta de entrada dos homens no universo da casa. Esta sociologia, no entanto, ao fazer um “zoom” da divisão dos papéis de género dentro do casal, tem deixado de fora outros protagonistas da cena doméstica, como sejam os filhos. Será este facto também um efeito da ideologia dos afectos, que ao negar o papel instrumental da criança na família impede de registar as suas atribuições no quadro da vida doméstica? Com efeito, nas sociedades ocidentais contemporâneas a infância é entendida enquanto tempo de “não-trabalho” (Sarmiento, 2000). Transpondo os argumentos de Torres a respeito da questão feminina para a questão da infância, a ideologia dos afectos preconizada pelas teorias da

modernização “produziu a subestimação, ou mesmo a total invisibilidade, de um conjunto de trocas e de relações internas à vida familiar que não passam necessariamente pela lógica dos afectos. É claramente o caso (...) [do] trabalho «produzido» na esfera familiar” (2001, p.36).

Tem sido, no fim de contas, uma linha de estudos com preocupações de mapear e caracterizar a realidade do trabalho infantil em Portugal, nomeadamente aquele que é realizado em contexto familiar (Pinto, 1998; Sarmiento et al., 2000; Fialho, 2000/2003), que tem feito luz sobre a manutenção de lógicas de género na educação de filhos e filhas. O trabalho doméstico é, então, um palco privilegiado de observação da existência não só da dimensão instrumental do lugar da criança na família, como da reprodução das desigualdades de género entre filhos e filhas. Qual é a expressão do seu trabalho doméstico? São ou não subtraídos às tarefas? E será que a desigualdade de género é significativa ou, pelo contrário, começa a imperar uma norma de igualdade que anula o género, como acontece noutros domínios? Vamos, então, passar à leitura de alguns indicadores sobre a participação de filhos e filhas no trabalho doméstico.

2.1. As expectativas das inquiridas em relação à participação de filhos e filhas no trabalho doméstico (norma situada)

Um primeiro indicador, que não traduz ainda a prática mas a norma situada das inquiridas, prende-se com o tipo de partilha das tarefas que elas têm procurado ou tentado promover junto dos filhos (quadro 3.17). Ora, o que se verifica é que cerca de 8 inquiridas em 10 promovem, efectivamente, a participação de filhos e filhas no trabalho doméstico: 66% procuram ter alguma ajuda na realização das tarefas, enquanto que 15% têm mesmo tentado dividir tudo.

Quadro 3.17 – Tipo de partilha das tarefas domésticas que as inquiridas procuram ter com filhos e filhas e que procuram ter com o cônjuge (N e %)

«A senhora tem tentado...»	Filhos e filhas			Cônjuge		
	N	%	valid %	N	%	valid %
Dividir todas as tarefas	270	15,2	15,3	316	17,8	17,9
Fazer as tarefas com alguma ajuda	1169	65,5	66,2	846	47,6	47,9
Poupá-los às tarefas	328	18,5	18,6	606	34,1	34,3
NS/NR	9	0,5	-	8	0,5	-
Total	1776	100	100	1776	100	100

Por curiosidade, se compararmos o tipo de partilha das tarefas que as inquiridas tentam estabelecer com filhos e filhas e que tentam estabelecer com o cônjuge, vemos que globalmente elas contam mais com os primeiros (81%) do que com o segundo (65%), não obstante a percentagem das que procuram dividir tudo com o cônjuge ser ligeiramente superior. De facto, os homens são significativamente mais poupados às atribuições domésticas (34%) do que os filhos (19%). Trata-se de um dado interessante, que comprova a importância de equacionar a partilha das tarefas não só em termos conjugais mas também familiares, o que se traduz, na maioria dos casos, em abarcar a participação de filhos e filhas no trabalho doméstico (Manke, et al., 1994; Goldscheider e Waite, 1991)¹⁴¹.

Mas será que as características da descendência, como a idade e o género, ainda determinam o tipo de partilha que as mães buscam? Tradicionalmente, esses traços eram decisivos para fixar o lugar de filhos e filhas na família, recaindo sobre os mais velhos e as raparigas mais responsabilidades neste domínio da vida familiar, do que sobre os mais novos e os rapazes. Ora, os resultados que se seguem apontam para a persistência dessa relação entre as características da descendência e a divisão do trabalho doméstico que as mães procuram promover (quadro 3.18).

O género continua a ser um traço forte na definição do tipo de partilha, já que há diferenças entre o que solicitam as inquiridas que só têm rapazes e aquelas que têm pelo menos uma rapariga. A procura de uma divisão igualitária das tarefas é, de facto, mais frequente nas famílias que só têm filhas ou que têm filhos de ambos os sexos, enquanto que as descendências de rapazes são as mais poupadas às tarefas. O género do filho ou enteado¹⁴² mais velho aponta exactamente no mesmo sentido, com as inquiridas a procurarem mais ajuda nas filhas do que nos filhos.

Mas mais relevante que o género é, então, a idade, como demonstra o indicador da idade do primogénito: quanto mais velho ou mais velha, mais solicitado é para o desempenho de tarefas domésticas. De facto, a divisão igualitária cresce linearmente com a idade: é de 7% quando o filho ou filha mais velha tem entre os 6 e os 10 anos; de 15% quando tem entre os 11 e os 15 anos; de 20% quando tem entre os 16 e os 20 anos;

¹⁴¹ Interessante seria ainda pensar em todas as pessoas implicadas no trabalho doméstico (empregadas, outros co-residentes, no caso das famílias complexas, e mesmo outras pessoas de fora que participam), de modo a perceber como as diferentes configurações organizam esta esfera produtiva.

¹⁴² Apesar da pergunta referir apenas os filhos, estamos em crer que as 11 inquiridas que vivem com enteados e/ou enteadas, não terão feito distinções entre uns e outros, pelo que optámos por inclui-los na análise. Contudo, por uma questão de comodidade, falamos apenas de filhos e filhas.

e de 25% quando tem 21 e mais anos. As crianças estão, assim, francamente mais distanciadas do trabalho doméstico, sendo que cerca de um terço são mesmo poupadas.

Quadro 3.18 – Tipo de partilha das tarefas domésticas que as inquiridas procuram ter com filhos e filhas, segundo as características da descendência (%)

Características da descendência	Tipo de partilha das tarefas domésticas			Total
	Dividir todas as tarefas	Fazer as tarefas com alguma ajuda	Poupá-los às tarefas	
Sexo de todos os filhos	(CC=,090; Sig=,006)			
Famílias de rapazes	11,0	67,2	21,8	100
Famílias de raparigas	17,0	64,6	18,4	100
Famílias de rapazes e raparigas	17,3	66,4	16,3	100
Sexo do filho mais velho	(CC=,063; Sig=,028)			
Masculino	13,7	66,0	20,3	100
Feminino	17,2	66,3	16,5	100
Idade do/a filho/a mais velho/a	(CC=,246; Sig=,000)			
6-10 anos	6,7	60,7	32,6	100
11-15 anos	14,7	71,2	14,1	100
16-20 anos	20,4	67,0	12,6	100
21 e mais anos	23,6	62,3	14,1	100
Idade e sexo do filho mais velho				
6-10 anos M	7,6	61,0	31,4	100
(CC=,044; Sig=,630) F	5,7	60,4	33,9	100
11-15 anos M	10,2	73,2	16,6	100
(CC=,146; Sig=,002) F	19,9	68,8	11,2	100
16-20 anos M	19,4	64,4	16,2	100
(CC=,122; Sig=,025) F	21,6	70,4	8,0	100
21 e + anos M	20,6	61,1	18,3	100
(CC=,155; Sig=,066) F	28,1	64,0	7,9	100
Número de filhos co-residentes	(CC=,137; Sig=,000)			
1 filho	10,0	65,4	24,6	100
2 filhos	15,6	66,6	17,8	100
3 filhos	19,8	66,7	13,5	100
4 e mais filhos	26,3	63,8	10,0	100
Todas	15,3	66,2	18,6	100

Quando olhamos simultaneamente para a idade e o sexo damos conta do efeito conjugado das duas variáveis sobre o tipo de partilha que as inquiridas procuram. De facto, se até aos 10 anos, as crianças do sexo feminino e masculino não são sujeitas a diferentes solicitações, pois ambos tendem a ser poupados ao trabalho doméstico, o mesmo já não sucede nos outros grupos etários. Entre os 11 e os 15 anos, enquanto que os rapazes são mais frequentemente poupados do que solicitados para uma divisão igualitária (17 e 10%, respectivamente), o oposto se passa com as raparigas (11 e 20%). No grupo etário seguinte, a diferença de género mantém-se, com 16% dos filhos mais velhos a serem poupados às tarefas, mas agora com uma percentagem mais expressiva dos que também são chamados para uma divisão igualitária (19%). Mas são as filhas de 16-20 anos que estão sobrerrepresentadas tanto na divisão igualitária (22%) como na atenuada (70%). A partir dos 21 anos, enquanto que a solicitação aos rapazes é idêntica, em relação às raparigas a procura de uma divisão igualitária é ainda maior (28%).

Finalmente, uma última característica da descendência é a dimensão: quanto maior o número de filhos, maior é a probabilidade das inquiridas procurarem ajuda para o trabalho doméstico. De facto, quando comparamos as descendências de 1 e de 4 e mais filhos, observamos uma inversão no tipo de partilha: enquanto que apenas 10% das mães de filho único procuram uma divisão igualitária e 25% procuram poupá-lo; 26% das mães com 4 e mais filhos procuram a divisão igualitária e 10% poupam os filhos.

2.2. O trabalho doméstico e os seus actores

Passemos aos indicadores das práticas. De modo a perceber quem são as pessoas que estão envolvidas, de facto, no trabalho doméstico, foi perguntado às inquiridas quem fazia regularmente determinadas tarefas à data da inquirição (quadro 3.19). As inquiridas eram chamadas a referir todos os envolvidos do grupo doméstico, desde que participassem activamente no desempenho da tarefa em questão, incluindo, em caso disso, a empregada doméstica (residente ou não). Assim sendo, não foi contemplada nem a participação ocasional das pessoas do grupo doméstico, nem a ajuda mais ou menos regular dada por pessoas do exterior (outros familiares, amigos e vizinhos¹⁴³), nem o recurso a serviços externos, como o tratamento da roupa, as reparações, ou as explicações. Daí a existência da categoria “ninguém do grupo doméstico”, que dá conta

¹⁴³ Esta ajuda “do exterior” foi contemplada noutra questão do inquérito, que não será aqui analisada. Sobre o assunto ver Aboim (2005a).

das situações em que as tarefas são delegadas em pessoas exteriores ao grupo doméstico ou em serviços, mas também das situações em que não há, de facto, ninguém que se ocupe dessa tarefa¹⁴⁴.

Quadro 3.19 – Todas as pessoas que fazem sempre ou muitas vezes cada tarefa doméstica (% de sins em cada pessoa/tarefa)

<i>Quem...</i> <i>...sempre ou muitas vezes?</i>	ego	cônjuge	filhos e enteados	filhas e enteadas	outros familiares	empregada doméstica	ninguém do grupo dom.
<i>faz as compras</i>	95,0	45,6	1,9	3,3	1,5	0,2	0,2
<i>trata das refeições</i>	96,3	16,4	1,0	4,5	3,7	2,2	0,3
<i>trata da loiça</i>	93,6	15,0	4,1	14,9	3,6	2,5	0,3
<i>trata da roupa</i>	93,8	2,4	0,7	6,5	3,2	7,4	0,3
<i>trata da limpeza da casa</i>	91,3	11,1	3,5	15,3	3,2	9,3	0,5
<i>faz pequenas reparações</i>	13,8	84,6	3,8	0,6	1,0	1,0	4,7
<i>trata das tarefas administrativas</i>	57,2	64,5	0,8	0,6	0,5	0,1	1,1
<i>ajuda os filhos nos trabalhos escolares</i>	68,3	37,8	2,1	2,3	0,7	0,1	14,8
<i>leva os filhos à escola</i>	48,5	32,7	0,6	0,7	0,8	0,2	34,4
<i>leva os filhos ao médico</i>	94,4	38,3	-	0,2	0,1	0,0	1,6
<i>está com os filhos ao deitar</i>	82,7	45,5	0,2	0,3	0,7	0,0	14,0

A primeira observação prende-se com a centralidade das mulheres na produção doméstica. Tratar das compras, das refeições, da loiça, da roupa e da limpeza da casa e levar os filhos ao médico são, então, tarefas realizadas por mais de 90% das inquiridas.

Já os homens asseguram, mais do que elas, as pequenas reparações e as tarefas administrativas (85 e 65%, respectivamente) e têm uma participação algo expressiva nas compras e em todas as actividades relacionadas com os filhos (entre 33 e 46%). Se a primeira situação traduz a sobrevivência do enclave “masculino” no espaço doméstico (afinal, onde as mulheres também têm resistido a entrar), já a segunda dá conta dos avanços que os homens têm feito no quadro da vida familiar. Os cuidados aos filhos e a esfera do consumo transformam-se, assim, em terrenos mais indiferenciados e de maior partilha conjugal. Em contrapartida, estão mais ausentes do desempenho de tarefas como tratar das refeições, da loiça, da limpeza da casa e da roupa. Esta é, aliás, a tarefa que menos asseguram: pouco mais de 2% dos homens tratam da roupa frequentemente.

Quanto às empregadas domésticas e aos outros familiares residentes (que são

¹⁴⁴ É o exemplo das tarefas que se prendem com os cuidados aos filhos, que assumem as percentagens mais elevadas nesta categoria, que se aplicam sobretudo às famílias com crianças. Um adolescente ou um jovem pode fazer essas tarefas sozinho ou com uma pessoa exterior ao grupo doméstico (ex: um amigo).

maioritariamente, se não mesmo na totalidade, do sexo feminino), a sua participação recai exactamente, e não por acaso, no conjunto das tarefas que são menos asseguradas pelos homens. Trata-se, sem dúvida, do “núcleo duro” e ainda altamente feminizado do trabalho doméstico.

A participação diferenciada dos filhos e das filhas vem reforçar esta ideia, com as raparigas a responsabilizarem-se globalmente por mais tarefas¹⁴⁵. A excepção vai, claro está, para as pequenas reparações, que são mais frequentemente realizadas pelos rapazes. Por outro lado, há um conjunto de tarefas que não diferenciam o género. São elas, as tarefas administrativas e todas aquelas que se relacionam com os cuidados aos irmãos (sendo que a ajuda nos trabalhos escolares é a mais frequente). É um dado curioso, que faz luz sobre as mudanças que têm ocorrido neste domínio. Tradicionalmente, competia às filhas colaborar nos (se não mesmo assumir os) cuidados aos irmãos mais novos. Hoje em dia tal não se verifica, em parte porque as fratrias são mais pequenas, mas também porque a maior participação dos pais-homens permitiu dispensá-las dessas atribuições. Em contrapartida, há ainda tarefas que são tão ou mais assumidas pelas filhas do que pelos pais, exactamente aquelas em que eles menos participam, como sejam a loiça, a roupa e a limpeza da casa.

2.3. Filhos e filhas no trabalho doméstico: participação nas tarefas, tipo de tarefas, número de tarefas e autonomia no desempenho

Vamos agora passar a centrar a nossa atenção apenas na participação de filhos e filhas nas tarefas domésticas (quadro 3.20). Quando consideramos separadamente as famílias da amostra que têm pelo menos um filho (n=1279) e as famílias que têm pelo menos uma filha (n=1235), a percentagem de participação de ambos sobe ligeiramente em relação ao quadro anterior, que tinha em conta todas as famílias (n=1776).

¹⁴⁵ Uma limitação resultante do modo como foi feita a inquirição ao trabalho doméstico, é o facto de não ser possível identificar exactamente os filhos que fazem as tarefas domésticas. Sabemos que é do sexo masculino ou do sexo feminino, mas não sabemos se é só um ou se são mais, e se é o mesmo filho ou filha que faz várias tarefas ou se são filhos diferentes. Por razões óbvias, só nas famílias de filho único e nas famílias que têm um casal de filhos é que essa limitação é contornada. Nas demais, apenas podemos saber que há pelo menos um filho/uma filha que faz uma dada tarefa.

Ora, para além das tendências já observadas – desfasamento e genderificação na participação masculina e feminina; maior simetria nos cuidados aos irmãos mais novos – há a registar a importância das filhas na realização de duas tarefas em particular: tratar da limpeza da casa e da loiça. De facto, em mais de um quinto das famílias em que há pelo menos uma filha, elas fazem habitualmente essas tarefas. Com menos peso, mas ainda com algum significado, surge o tratamento da roupa (9%). Não há paralelo no caso dos filhos, já que as tarefas que realizam mais frequentemente – tratar da loiça e das pequenas reparações – são feitas por eles em menos de 6% das famílias. Olhando para a globalidade das tarefas domésticas confirmamos a discrepância na participação de rapazes e raparigas: em 29% das famílias com filhas, estas ocupam-se pelo menos duma tarefa; enquanto que o mesmo só ocorre em 16% das famílias com filhos.

Quadro 3.20 – Famílias que têm pelo menos um filho e famílias que têm pelo menos uma filha, segundo a participação de filhos e filhas em cada tarefa doméstica (N e % de sins)

<i>Tarefas domésticas que fazem sempre ou muitas vezes</i>	Famílias que têm pelo menos um filho (n=1279)		Famílias que têm pelo menos uma filha (n=1235)	
	filhos fazem		filhas fazem	
	N	% de sins	N	% de sins
<i>Faz as compras</i>	34	2,7	58	4,7
<i>Trata das refeições</i>	18	1,4	80	6,5
<i>Trata da loiça</i>	73	5,7	264	21,4
<i>Trata da roupa</i>	13	1,0	115	9,3
<i>Trata da limpeza da casa</i>	62	4,8	272	22,0
<i>Faz pequenas reparações</i>	67	5,2	11	0,9
<i>Trata das tarefas administrativas</i>	15	1,2	10	0,8
<i>Ajuda os irmãos nos trabalhos escolares*</i>	38	3,6	40	3,9
<i>Leva os irmãos à escola*</i>	11	1,1	13	1,3
<i>Leva os irmãos ao médico*</i>	-	-	3	0,3
<i>Está com os irmãos ao deitar*</i>	3	0,3	5	0,5
<i>Faz pelo menos uma tarefa doméstica</i>	202	15,8	352	28,5

* Estão excluídas as situações de filho único, para as quais as categorias não têm pertinência

Quando temos em conta apenas as famílias em que filhos ou filhas participam no trabalho doméstico, excluindo assim aquelas onde não há participação de nenhum, verificamos que para além de terem uma presença mais forte neste domínio da vida familiar, as filhas também desempenham um maior número de tarefas do que os filhos (quadro 3.21): em média, 2,47 contra 1,65; e no máximo, 10 contra 7 das 11 tarefas.

De facto, nas famílias que têm rapazes, a situação mais comum é eles fazerem só uma tarefa (61%), enquanto que é baixa a percentagem de famílias em que fazem mais de 2 (17%). Por seu lado, nas famílias com raparigas, elas fazerem mais de 2 tarefas é uma situação frequente. É, de facto, o que acontece em mais de 40% dessas famílias, sendo que em praticamente um quarto dos casos, as filhas fazem mesmo 4 ou mais tarefas.

Quadro 3.21 – N° de tarefas domésticas que filhos e filhas fazem sempre ou muitas vezes (N e %)

N° de tarefas domésticas que fazem sempre ou muitas vezes	Famílias em que pelo menos um filho/uma filha faz tarefas			
	filhos fazem		filhas fazem	
	N	%	N	%
Uma tarefa	124	61,4	106	30,1
Duas tarefas	43	21,3	93	26,4
Três tarefas	21	10,4	74	21,0
Quatro ou mais tarefas	14	6,9	79	22,4
Total	202	100	352	100
	média = 1,65		média = 2,47	

Outro indicador interessante prende-se com o tipo da participação de filhos e filhas no trabalho doméstico, pois estes podem partilhar a realização das tarefas com outros membros do agregado ou assumirem sozinhos o desempenho duma dada tarefa. A partilha pode contemplar duas situações: o desempenho da dada tarefa em simultâneo com outra(s) pessoa(s), por exemplo, fazerem juntos a limpeza da casa; ou o desempenho dessa tarefa por várias pessoas em alternado, por exemplo, uma vez um, uma vez outro. A situação mais usual, tanto para rapazes como raparigas, é desempenharem as tarefas com outras pessoas (quadro 3.22). Com efeito, em 84% das famílias em que pelo menos um filho faz tarefas e 82% das famílias em que pelo menos uma filha as faz, não têm nenhuma tarefa que realizem sozinhos. Mas há ainda um conjunto de famílias em que filhos e filhas se responsabilizam pela execução de uma ou mais tarefas, configurando uma organização doméstica que assenta na maior autonomia/especialização dos seus membros na execução do trabalho doméstico.

Quadro 3.22 – Número de tarefas domésticas que filhos e filhas fazem sempre sozinhos (N e %)

Número de tarefas domésticas que fazem sempre sozinhos	Famílias em que pelo menos um filho/uma filha faz tarefas			
	Filhos fazem		Filhas fazem	
	N	%	N	%
Uma tarefa	28	13,9	44	12,5
Duas ou mais tarefas	5	2,5	20	5,7
Nenhuma tarefa	169	83,7	288	81,8
Total	202	100	352	100
	média = 0,19		média = 0,28	

Apesar deste indicador não introduzir uma diferença de género tão vincada como os anteriores, e de estarmos a falar em números muito baixos, é de registar o facto das filhas responsabilizarem-se mais vezes por duas ou mais tarefas: em 6% das famílias com raparigas (20 casos) e 3% das famílias com rapazes (5 casos), filhos e filhas fazem sozinhos mais de uma tarefa, sendo que no máximo elas fazem 6 e eles 3.

Nas situações em que filhos (33 casos) e filhas (64 casos) assumem sozinhos o desempenho de uma ou mais tarefas domésticas, que tarefas são essas (quadro 3.23)? Ora, as raparigas fazem sozinhas um leque diversificado de tarefas domésticas, com destaque para a loiça, a limpeza da casa, a ajuda nos trabalhos escolares e, a alguma distância, a roupa. Já os rapazes concentram-se nos trabalhos escolares e nas pequenas reparações.

O apoio que filhos e filhas prestam aos irmãos nos trabalhos escolares é um dado muito interessante. Faz todo o sentido numa sociedade que, ao registar o aumento das trajectórias escolares nas últimas décadas, também adensou o fosso entre gerações. Muitos pais sentirão, certamente, dificuldades em acompanhar a escolarização dos filhos, pelo que a delegação dessa competência nos mais velhos poderá constituir uma solução de recurso, entre outras¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Outras soluções, como a ajuda de pessoas exteriores ao grupo doméstico ou mesmo as explicações pagas, não são contempladas neste estudo.

Quadro 3.23 – Tipo de tarefas domésticas que filhos e filhas fazem sempre sozinhos
(N e % de respostas)

<i>Tipo de tarefas domésticas que fazem sempre sozinhos</i>	Famílias em que pelo menos um filho/uma filha faz tarefas domésticas sozinho(a)			
	Filhos		Filhas	
	N	%	N	%
<i>Fazem as compras</i>	-	-	6	6,0
<i>Tratam das refeições</i>	-	-	5	5,0
<i>Tratam da loiça</i>	1	2,6	26	26,0
<i>Tratam da roupa</i>	-	-	10	10,0
<i>Tratam da limpeza da casa</i>	-	-	22	22,0
<i>Fazem pequenas reparações</i>	11	28,2	1	1,0
<i>Tratam das tarefas administrativas</i>	1	2,6	1	1,0
<i>Ajudam os irmãos nos trabalhos escolares</i>	20	51,3	23	23,0
<i>Levam os irmãos à escola</i>	5	12,8	4	4,0
<i>Levam os irmãos ao médico</i>	-	-	2	2,0
<i>Estão com os irmãos ao deitar</i>	1	2,6	-	-
<i>Total de tarefas</i>	39	100	100	100

Fazendo um breve apanhado dos dados até agora analisados, podemos dizer que, antes de mais, desvendam algumas mudanças no que toca à produção doméstica. Com efeito, as mães começam a contar, não só com as filhas, mas também com os filhos na realização das tarefas. A nível da norma situada (na partilha que promovem), a situação mais comum é procurarem nos filhos e nas filhas alguma ajuda para fazerem as tarefas. A nível das práticas (na participação que obtêm), eles começam a aparecer, se bem que timidamente, em tarefas tradicionalmente femininas, como limpar a casa ou tratar da loiça. Não obstante, a desigualdade de género é ainda notória, recaindo com mais frequência sobre as filhas as expectativas de partilha igualitária e a serem chamadas a executar mais tarefas. A excepção vai para as actividades que envolvem os cuidados aos irmãos, onde ambos estão presentes de modo idêntico, o que leva a pensar se este domínio não constituirá para os filhos-rapazes, tal como acontece para os pais-homens, uma porta de entrada no universo da casa.

Mas os resultados também levantam novas questões, nomeadamente a de saber a partir de que idade é que as famílias passam a contar efectivamente com a ajuda dos filhos e das filhas, já que, como vimos mais acima, as expectativas de apoio aumentam com a idade daqueles. Mais, a constatação da desigualdade de género leva a equacionar

se haverá algum tipo de família que promove uma maior colaboração dos filhos. Será que as famílias só de rapazes convocam mais a sua participação pelo facto de não terem filhas? Ou, pelo contrário, será nas famílias com filhos de ambos os sexos que os rapazes mais participam, por uma questão de “democracia” fraternal? Vamos, então, passar à auscultação destes dois indicadores.

A idade do filho mais velho, quando equacionada com o sexo, permite não só responder àquela interrogação como detalhar a questão da desigual participação de rapazes e raparigas no trabalho doméstico (quadro 3.24). Antes de mais, confirma-se a crescente contribuição de ambos com a idade: é residual quando o filho ou a filha mais velha têm 6-10 anos; e regista “saltos” significativos nos dois grupos etários seguintes. A partir dos 21 anos, essa tendência é substituída por uma certa estagnação, ou mesmo recuo, da sua contribuição. Todavia, esta realidade é sobreposta por outra, a da maior participação das filhas independentemente da idade. Se nas crianças entre os 6 e os 10 anos a diferença é mínima, o mesmo já não se pode dizer em relação aos adolescentes e aos jovens. De facto, em 30% das famílias em que a filha mais velha tem entre 11 e 15 anos, as raparigas participam nas tarefas; no caso dum rapaz, os filhos participam em 12% das famílias. No grupo etário dos 16 aos 20 anos, a diferença é igualmente expressiva, de 52 e 28% respectivamente. Na faixa etária seguinte, apesar de, curiosamente, a participação das raparigas diminuir ligeiramente e a dos rapazes crescer um pouco, a diferença situa-se nos 20 pontos percentuais.

O papel das filhas na produção doméstica é, então, não só mais expressivo do que o dos filhos (participam visivelmente mais quando temos como referência um dado grupo etário), como é assumido mais cedo, pois quando as filhas mais velhas têm 11-15 anos, o nível de participação é idêntico ao dos filhos quando estes têm 21 e mais anos.

Quadro 3.24 – Participação de filhos e filhas nas tarefas domésticas (fazem pelo menos uma sempre ou muitas vezes), segundo a idade e o sexo do filho mais velho (%)

Idade	Sexo masculino			Sexo feminino		
	sim	não	total	sim	não	Total
6-10 anos	2,5	97,5	100	3,9	96,1	100
11-15 anos	12,1	87,9	100	29,6	70,4	100
16-20 anos	27,6	72,4	100	52,1	47,9	100
21 e + anos	29,8	70,2	100	49,4	50,6	100
Todas	16,6	83,4	100	30,3	69,7	100

CC=,277; Sig.=,000

CC=,384; Sig.=,000

E quantas tarefas desempenham aqueles filhos e filhas de acordo com a idade? Se negligenciarmos os que têm entre 6 e 10 anos (6 rapazes e 9 raparigas) observamos que os jovens de ambos os sexos têm, em regra, mais tarefas do que os adolescentes, (quadro 3.25). Nota-se de novo, todavia, a diferença entre rapazes e raparigas: os primeiros, na maioria dos casos, fazem apenas uma tarefa, não importa a idade; as segundas têm perfis mais variados, mas concentram-se nas 4 e mais tarefas a partir dos 21 anos. Por outro lado, se isolarmos aqueles que fazem no mínimo 3 tarefas, vemos que a percentagem de rapazes é menor, mesmo quando são mais velhos: 23%, no caso dos filhos com 21 e mais anos; e 41%, no caso das filhas entre os 11 e os 15 anos.

Quadro 3.25 – Número de tarefas domésticas que filhos e filhas fazem sempre ou muitas vezes, segundo a idade e o sexo do filho mais velho (% e média)

Idade	Sexo masculino						Sexo feminino					
	1	2	3	4 e +	total	média	1	2	3	4 e +	total	média
6-10 anos	66,7	-	-	33,3	100	2,00	88,9	11,1	-	-	100	1,11
11-15 anos	68,4	21,1	7,9	2,6	100	1,45	31,7	26,8	26,8	14,6	100	2,30
16-20 anos	54,5	26,0	11,7	7,8	100	1,74	22,5	28,8	26,1	22,5	100	2,58
21 e + anos	53,8	23,1	12,8	10,3	100	1,90	25,0	18,2	11,4	45,5	100	2,93
Todas	58,1	23,1	10,6	8,1	100	1,72	28,5	25,6	22,8	23,2	100	2,50

CC=,246; Sig=,328/ Eta Squared=,025

CC=,355; Sig=,000/ Eta Squared=,070

Interessante é, ainda, não só conhecer a percentagem de famílias que conta com filhos e filhas para a realização de determinada tarefa, em função da idade do mais velho, como também ficar a par da idade com que começam a participar em cada uma delas (quadro 3.26). Ora, nas famílias em que os filhos mais velhos ou as filhas mais velhas têm entre 6 e 10 anos, a participação é de facto insignificante, quando não mesmo inexistente. Mas são as compras, a loiça e a limpeza da casa as primeiras tarefas da infância, sendo que os rapazes aparecem ainda, com valores baixos, nas refeições e nas pequenas reparações. A adolescência marca o início de uma participação mais generalizada e diversificada no trabalho doméstico, nomeadamente em tarefas mais exigentes como a confecção de refeições, o tratamento da roupa ou os cuidados aos irmãos¹⁴⁷. Mas marca também o início do distanciamento entre filhos e filhas, mais a nível da loiça, da limpeza e da roupa, do que das compras e dos cuidados aos irmãos,

¹⁴⁷ Esta categoria inclui as 4 tarefas relacionadas com os irmãos, embora a ajuda nos trabalhos escolares tenha claramente mais peso.

tarefas estas com níveis de participação menos discrepantes. O fosso é ainda mais intenso a partir dos 16 anos, na medida em que a ajuda das filhas tende a crescer mais do que a dos filhos. A exceção é, obviamente, a ajuda nas reparações, mas também nas tarefas administrativas, onde a participação masculina é sempre superior. Aliás, é só a partir desta idade que filhos e filhas começam a ajudar, ou mesmo a substituir, os pais nas tarefas administrativas, o que estará certamente relacionado com a aquisição de competências por via da escolarização longa.

Quadro 3.26 – Participação de filhos e filhas em cada tarefa doméstica (fazem sempre ou muitas vezes), segundo o sexo e a idade do filho mais velho (% de sins)

<i>Tarefas domésticas que fazem sempre ou muitas vezes</i>	Sexo masculino						Sexo feminino					
	6-10	11-15	16-20	21 e +	Todos	CC-Sig.	6-10	11-15	16-20	21 e +	Todas	CC-Sig
<i>Compras</i>	0,8	3,2	4,3	3,1	2,9	,076-,128	1,3	6,1	4,7	11,2	4,9	,135-,002
<i>Refeições</i>	0,8	1,0	2,9	1,5	1,6	,070-,195	-	5,1	13,6	14,6	6,9	,221-,000
<i>Loiça</i>	1,7	5,7	9,0	7,6	5,9	,116-,004	0,4	22,0	41,3	38,2	22,7	,359-,000
<i>Roupa</i>	-	0,6	2,5	0,8	1,0	,096-,029	-	8,3	18,8	23,6	10,4	,265-,000
<i>Limpeza da casa</i>	1,3	3,8	9,7	6,9	5,3	,145-,000	2,6	22,7	42,7	40,4	24,2	,349-,000
<i>Peq. reparações</i>	0,4	0,6	11,8	16,0	5,9	,261-,000	-	-	1,9	4,5	1,0	,147-,002
<i>T. administrativas</i>	-	-	1,4	7,6	1,5	,207-,000	-	-	0,9	2,2	0,5	,105-,030
<i>Cuid. aos irmãos*</i>	-	3,1	6,6	11,5	5,3	,160-,000	-	5,6	10,2	7,9	6,3	,153-,003

* Estão excluídas as situações de filho único, para as quais a categoria não tem pertinência.

Passando ao segundo desafio, o de saber se há famílias que, em função do género da descendência, solicitam mais a ajuda dos rapazes, vamos então olhar para dois tipos de famílias: as que só têm filhos; e as que têm filhos e filhas (quadro 3.27). Para evitar enviesamentos, excluímos do primeiro tipo as situações de filho único¹⁴⁸.

O que se pode observar é que a participação dos rapazes não depende do tipo de descendência. Em famílias só de rapazes e em famílias de rapazes e raparigas, é idêntica a participação, não só na percentagem de famílias que contam com a sua colaboração pelo menos numa tarefa, como também no número de tarefas que realizam. As diferenças encontradas – que dão a entender que nas famílias só de rapazes, eles são ligeiramente mais participativos – não têm, afinal, significado estatístico ou sociológico. Quando isolamos as famílias com filhos de ambos os sexos, mas em que o mais velho é

¹⁴⁸ Lembremos que nestas circunstâncias, devido aos critérios da amostra, os filhos têm no máximo 16 anos, o que rejuvenesce este tipo de família por comparação às que têm filhos de ambos os sexos, que têm necessariamente 2 ou mais filhos.

do sexo masculino – a forma mais correcta de comparar os dois tipos de famílias, já que a idade do mais velho é das variáveis mais relevantes –, aquelas diferenças anulam-se.

Quadro 3.27 – Participação dos rapazes nas tarefas domésticas (fazem pelo menos uma/nº de tarefas), em famílias com filhos do sexo masculino e em famílias com filhos de ambos os sexos (%)

Famílias com filhos (2 ou mais)...	Rapazes fazem tarefas			Número de tarefas que fazem				
	Sim	Não	Total	1	2	3	4 e +	Total
do sexo masculino	CC=,035; Sig.=,252			CC=,070; Sig.=,809				
	20,8	79,2	100	57,8	23,4	10,9	7,8	100
de ambos os sexos	17,8	82,2	100	64,1	19,8	10,7	5,3	100
<i>de ambos os sexos, mas em que o mais velho é do sexo masculino</i>	CC=,104; Sig.=,001			CC=,064; Sig.=,885				
	21,0	79,0	100	59,6	22,5	11,2	6,7	100

Ora, estes dados fazem luz sobre as desigualdades várias que ainda ocorrem num domínio tão central da organização familiar, como é este da produção doméstica. No fim de contas, não se trata apenas da desigualdade de género que, apesar das mudanças, ainda subsistem nos casais, como vários estudos têm vindo sistematicamente a assinalar, mas também entre irmãos e irmãs. Na prática, traduz-se, provavelmente, numa maior sobrecarga das mães quando só têm rapazes, sendo que o contraponto é elas estarem mais apoiadas quando têm raparigas, mas à custa da ausência de paridade entre filhos e filhas, quando têm filhos de ambos os sexos.

A análise do quadro seguinte vem dar mais firmeza a esta conclusão (quadro 3.28). Com efeito, quando olhamos para todas as famílias que têm filhos de ambos os sexos, constamos que a situação mais comum (15%) é serem unicamente as filhas a realizarem tarefas, logo seguida da situação em que ambos realizam (14%). Já os casos em que são só os filhos perfazem 4%. As raparigas participam, então, em 29% das famílias, enquanto que os rapazes participam em 18%.

Quadro 3.28 – Participação de filhos e filhas nas tarefas domésticas (fazem pelo menos uma sempre ou muitas vezes/nº médio de tarefas), em famílias com filhos de ambos os sexos (%)

Famílias com filhos... de ambos os sexos	Fazem tarefas					Nº médio de tarefas	
	Filhos	Filhas	Ambos	Nenhum	Total	Filhos	Filhas
Todas (n=738)	3,8	15,3	14,0	66,9	100	1,60	2,49
Em que o mais velho é rapaz	5,2	9,2	15,8	69,8	100	1,70	2,42
Em que o mais velho é rapariga	1,9	23,6	11,5	63,1	100	1,40	2,55

CC=,207; Sig.=,000

Eta Squared= ,019 ,002

Detalhando mais um pouco, vemos o seguinte: quando é uma rapariga a mais velha, a percentagem de participação das filhas sobe para 35%; enquanto que desce as duas situações em que os rapazes participam (13%); quando é um filho, acontece justamente o inverso e a situação mais comum passa a ser ambos realizarem as tarefas (16%), mas os filhos continuam a participar menos do que as filhas: respectivamente, 21% e 25%. Por outro lado, quando temos em conta a participação em geral (que resulta da soma das três situações) verificamos que as famílias em que é um rapaz o filho mais velho contam com uma menor participação (30%) do que quando é uma rapariga (37%). O número médio de tarefas, nas situações em que há participação, reflecte a mesma realidade, com as filhas a assumirem sempre mais tarefas do que os filhos, mesmo quando são eles os mais velhos.

Deste conjunto de quadros é possível concluir que os filhos são duplamente poupados em relação às filhas, pois não só registam níveis de participação inferiores, como o número de tarefas que desempenham (quando desempenham), é também menor. Este cenário é, portanto, gerador de assimetrias de género nas famílias com filhos de ambos os sexos. De certo modo estes dados vêm de encontro às diferentes expectativas que as mães depositam nos filhos e nas filhas em relação ao tipo de partilha das tarefas que procuram. Mas o que não é possível esclarecer é se as filhas contribuem mais e os filhos menos porque são solicitados de maneiras diferentes, ou vice-versa, se recaem mais expectativas sobre as primeiras do que sobre os segundos porque, efectivamente, elas são mais colaborantes e eles menos. Os dois cenários serão seguramente possíveis, senão mesmo concomitantes.

O que já é possível observar é a relação entre as expectativas das inquiridas, por um lado, e a participação de filhos e filhas, por outro, de modo a perceber onde é que o desfasamento é maior (quadro 3.29). Para tal, vamos analisar as famílias que só têm filhos e que só têm filhas, deixando de fora aquelas que têm filhos de ambos os sexos. Ora, a partir do cruzamento de dois novos indicadores – um que dá conta das expectativas das inquiridas¹⁴⁹ e outro que dá conta da participação de filhos e filhas¹⁵⁰ – chegámos a quatro combinações com a seguinte distribuição naqueles dois tipos de famílias: a primeira, maioritária (62%), em que há *expectativa sem participação*; a

¹⁴⁹ A partir da variável “tipo de partilha das tarefas domésticas que ego procura ter com os filhos” (quadro 3.1), em que a existência de **expectativa** corresponde às categorias “dividir todas as tarefas” e “fazer as tarefas com alguma ajuda” e a **ausência de expectativa** corresponde à categoria “poupá-los às tarefas”.

¹⁵⁰ A partir da variável “filhos e filhas fazem pelo menos uma tarefa sempre ou muitas vezes”, cujas categorias foram dicotomizadas em “sim”/“não”.

segunda, em que *não há expectativa nem participação* (19%); a terceira, com peso idêntico (18%), em que *há expectativa com participação*; e finalmente a quarta, com valor residual (2%), em que *não há expectativa mas há participação*.

No caso das famílias que só têm rapazes, o que se verifica é, com efeito, a sobre-representação das situações em que não há participação, em particular quando há expectativas (67%), e a sub-representação da situação em que a participação surge como resposta à expectativa (12%). Exactamente o inverso ocorre nas famílias em que só há raparigas, de tal modo que a expectativa com participação passa para segundo lugar com alguma expressão (26%).

Quadro 3.29 – Relação entre expectativas das inquiridas e participação de filhos e filhas nas tarefas domésticas, em famílias só de rapazes e em famílias só de raparigas (%)

Famílias...	Expectativa			Ausência de expectativa			Total
	com participação	sem participação	subtotal	com participação	sem participação	subtotal	
Só com rapazes	11,6	66,6	78,2	1,7	20,1	21,8	100
Só com raparigas	25,9	55,8	81,6	1,6	16,8	18,4	100
Ambas	18,4	61,4	79,8	1,6	18,5	20,1	100

CC=,181; Sig.=,000

Mas as diferenças de género residem menos a nível da expectativa do que da participação, já que aquela é de 78% no caso das famílias com rapazes e de 82% nas famílias de raparigas. De facto, se olharmos para o quadro que se segue, que permite complementar a informação do anterior, concluímos que as filhas vão mais ao encontro das solicitações das inquiridas (32%) do que os filhos (15%), pelo que o desfasamento é maior nas famílias de rapazes. É ainda de notar que a ausência de expectativas não diferencia a resposta dos filhos e das filhas. A grande maioria não participa no trabalho doméstico e a participação voluntária, ou seja, quando não há expectativas, tem um peso idêntico nos dois tipos de família, não sendo um apanágio de uns ou de outros. Quanto à média de tarefas realizadas, quando há participação, é sempre superior nas famílias com filhas, mesmo perante a ausência de expectativas.

Quadro 3.30 – Participação ou não de filhos e filhas nas tarefas domésticas, em função das expectativas, em famílias só de rapazes e em famílias só de raparigas (%)

Famílias...	Expectativa			Total	Ausência de expectativa			total
	com participação	(Média)	sem participação		com participação	(Média)	sem participação	
Só com rapazes CC=,086; Sig.=,045	14,8	(1,77)	85,2	100	7,7	(1,56)	92,3	100
Só com raparigas CC=,195; Sig.=,000	31,7	(2,48)	68,3	100	8,8	(2,00)	91,2	100
Ambas CC=,148; Sig.=,000	23,1	-	76,9	100	8,2	-	91,8	100

2.4. Filhos e filhas no trabalho profissional: ocupação, rendimentos e contribuição para as despesas

Vamos passar ao segundo espaço de participação de filhos e filhas na produção familiar, o do trabalho profissional. Trata-se dum terreno que tem sido abordado essencialmente pela via da tematização do trabalho infantil. Têm sido feitos estudos na tentativa de conhecer o universo nacional (Fialho 2000/2003), bem como estudos intensivos em alguns contextos específicos, nomeadamente em meio operário (Sarmiento et al., 2000) e camponês (Pinto, 1998). Mas o trabalho dos filhos também começa a ser equacionado à luz de novas realidades, como a dilatação do tempo de permanência dos jovens em casa dos pais e, conseqüentemente, as novas formas de entrada no mercado de trabalho (Pappámikail, 2004).

Os dados do inquérito não permitem detalhar estas duas realidades, já que não se tratavam de questões centrais da pesquisa. Portanto, não temos informação sobre o tipo de entrada e de inserção dos filhos no mercado de trabalho, a actividade por eles exercida, a carga horária, ou o percurso laboral. Procuraremos apenas fazer um retrato sincrónico das famílias que têm filhos e filhas a trabalharem e a contribuírem de alguma maneira para a economia comum. Mais uma vez é preciso abordar a questão do género, pois são conhecidas as desvantagens que pesam sobre os rapazes neste domínio, nomeadamente a relação mais estreita com o insucesso e o abandono escolares, que leva a que sejam eles os principais protagonistas do ingresso precoce e desqualificado no

mercado de trabalho (Abrantes, 2003; Ferrão e Honório, 2001, Almeida et al., 2005¹⁵¹). Mas também é preciso ter em conta a ordem na fratria, para perceber se há desigualdades que se produzem a este nível. Será que todos os filhos são colocados perante as mesmas oportunidades, ou a ordem na fratria acarreta à partida vantagens/desvantagens? Se a ideologia dominante advoga o princípio da igualdade na vida familiar, o facto é que esta é geradora de diversas desigualdades. A de género tem sido a mais equacionada, mas a fratria também pode ser lugar de desigualdades.

Ora, os indicadores-chave que procuram responder às interrogações do capítulo são três: a ocupação de filhos e filhas, a existência ou não de rendimentos próprios e a contribuição ou não para as despesas domésticas. As inquiridas mencionaram, assim, a situação de todos os filhos e enteados de ambos os sexos, co-residentes e a partir dos 6 anos, idade em que tem início o primeiro ciclo do ensino básico. Os filhos até aos 5 anos foram, compreensivelmente, excluídos da análise.

Que ocupações têm estas crianças e estes jovens que se encontram, certamente em grande número, em idade de frequentar o sistema de ensino? Com efeito, verifica-se que 83% estão a estudar, sendo que em 38 casos complementam os estudos com algum tipo de trabalho (quadro 3.31). Quanto aos restantes, estão de facto fora do sistema de ensino. Destes, a maioria está só a trabalhar (9% do total), mas há também quem ajude na empresa familiar (19 casos), quem esteja desempregado ou há procura do primeiro emprego (26 casos), quem seja doméstica (8 casos), quem não tenha ocupação (36 casos) e ainda quem se encontre noutra situação¹⁵² (6% do total).

¹⁵¹ Este conjunto de questões deu corpo a um texto sobre a relação das crianças e dos jovens com a escola e o trabalho (Almeida et al., 2005) no âmbito do projecto FPC. A produção deste capítulo implicou a construção de uma nova amostra, em que os sujeitos passaram a ser todos os filhos e enteados co-residentes, entre os 6 e os 24 anos (3108 indivíduos). A idade de entrada no ensino básico e a idade de eventual saída do ensino superior balizam, então, o universo em análise, de modo a explorar questões como as “assimetrias de género no desenho das trajectórias escolares de rapazes e raparigas”, o insucesso escolar, o abandono precoce e o consequente “ingresso prematuro e desqualificado no mercado de trabalho” (idem, p.518). A informação obtida, embora interessante, não pode ser aqui reproduzida, na medida em que se trata dum universo amostral distinto do nosso.

¹⁵² A categoria “sem ocupação” foi pensada essencialmente para cobrir a situação das crianças de 6 anos que ainda não tivessem entrado para o primeiro ano do ensino básico, assim como a eventual situação de um filho deficiente profundo que não estivesse integrado no sistema de ensino. A “outra situação” traduziria, por outro lado, algum caso residual que não se encaixasse nas categorias anteriores, como por exemplo um filho a cumprir o serviço militar. Parece-nos, no entanto, que esta opção não se revelou muito esclarecedora, pois a maioria das “outras situações” referem-se efectivamente a crianças pequenas (ver Almeida et al., 2005). Por conseguinte, pensamos que será mais correcto agregar as categorias, mais as categorias “desempregado...” e “doméstica”, numa única denominada “sem ocupação escolar ou profissional”.

Quadro 3.31 – Ocupação de todos os filhos e filhas com 6 e mais anos (N e %)

Ocupação actual	N	%
Estuda	2553	81,2
Trabalha	279	8,9
Trabalha e estuda	28	0,9
Ajuda na empresa familiar	19	0,6
Ajuda na empresa familiar e estuda	10	0,3
Desempregado/à procura do 1º emprego	26	0,8
Doméstica	8	0,3
Sem ocupação	36	1,1
Outra situação	181	5,8
NR	3	0,1
Total de filhos e filhas com 6 e + anos	3143	100

Cerca de 10% têm rendimentos próprios (salário, bolsa, etc.) e metade destes contribui de alguma forma para as despesas domésticas (quadro 3.32), embora não seja possível quantificar nem o montante do rendimento nem a percentagem que é entregue à economia comum.

Quadro 3.32 – Existência de rendimentos e contribuição para as despesas domésticas (N e %)

Rendimentos		N	%
Sim		328	10,4
	<i>contribuem</i>	164	50,0
	<i>não contribuem</i>	164	50,0
Não		2812	89,5
NR		3	0,1
Total		3143	100

Após este brevíssimo relance pela situação de todos os filhos e filhas – que permite esclarecer que estamos perante uma população essencialmente estudantil, inactiva e economicamente dependente – vamos concentrar a atenção naqueles que não se encaixam completamente no figurino. Quem são esses filhos em termos de idade, sexo e ordem na fratria? Em que famílias é que os filhos e filhas exercem uma actividade e contribuem para as despesas do agregado doméstico? Por outras palavras, que contextos sociais sustentam estas realidades?

Começamos por contabilizar as famílias em questão (quadro 3.33). São cerca de 15%, as que têm filhos ou filhas que trabalham ou ajudam na empresa familiar. Na maioria dos casos (81%), trata-se apenas de um filho ou uma filha, mas também há famílias que têm dois (16%) ou mesmo mais filhos nessa situação (3%).

Já no que diz respeito à existência de rendimentos, verificamos que os resultados são ligeiramente diferentes. Por um lado, porque os rendimentos podem ter origens diversas (salário, bolsa de estudo, subsídio de desemprego, etc.), por outro, porque há situações de trabalho não remunerado, como daremos conta mais à frente.

Finalmente, como vimos no quadro anterior, exactamente metade dos filhos que auferem algum tipo de rendimento contribui para as despesas do agregado doméstico, o que se traduz, em termos da nossa amostra, em cerca de 7% das famílias. Na maioria dos casos (8 em 10) trata-se apenas de 1 filho, mas há também famílias que têm 2 ou mesmo mais filhos que participam nas despesas.

Quadro 3.33 – Famílias que têm pelo menos um filho/uma filha que trabalha ou ajuda na empresa familiar, que tem rendimentos próprios e que contribui para as despesas domésticas, segundo o número de filhos/filhas que trabalham, têm rendimentos e contribuem (N e %)

Famílias que têm...	Que trabalha ou ajuda		Que tem rendimentos		Que contribui	
	N	%	N	%	N	%
Pelo menos um filho/uma filha	274	15,4	263	14,8	132	7,4
Um filho	221	80,7	208	79,1	105	79,5
Dois filhos	45	16,4	46	17,5	23	17,4
Três filhos	7	2,6	8	3,0	3	2,3
Quarto filhos	1	0,4	1	0,4	1	0,8
Nenhum filho	1502	84,6	1511	85,1	1642	92,5
NR	-	-	2	0,1	2	0,1
Total	1776	100	1776	100,0	1776	100,0

Quando centramos a atenção nas características da descendência destas famílias verificamos, antes de mais, a importância da idade de filhos e filhas (quadro 3.34). No caso da idade do filho mais velho, constatamos que é a partir do grupo etário dos 11 aos 15 anos que começa a participação de filhos e filhas no trabalho profissional: cerca de 2% destas famílias (15 casos) têm pelo menos um filho ou uma filha que trabalha ou ajuda na empresa familiar e que tem rendimentos próprios. São, sem dúvida, situações

confessadas de trabalho infantil¹⁵³. Mas é no grupo etário seguinte, dos 16-20 anos, que se regista um salto significativo, já que é nas idades em que os jovens frequentam o ensino secundário ou iniciam o superior, que cerca de um quarto das famílias tem pelo menos um filho ou uma filha a trabalhar e a auferir rendimentos. Este valor sobe para quase dois terços no caso das famílias em que tem mais de 20 anos.

O sexo do filho mais velho permite começar a vislumbrar o que já era esperado, que os rapazes estão mais envolvidos no trabalho profissional do que as raparigas: 19% das famílias em que o filho mais velho é um rapaz, contra 11% em que é uma rapariga, têm pelo menos um filho a trabalhar.

O sexo de todos os filhos com 6 e mais anos vem confirmar aquela constatação. Com efeito, a participação na esfera laboral é muito superior nas famílias em que há filhos do sexo masculino: 30% das famílias só de rapazes e 27% das famílias com filhos de ambos os sexos têm pelo menos um filho a trabalhar; enquanto que é de 17 a percentagem nas famílias só de raparigas.

Como não podia deixar de ser, a dimensão da descendência é igualmente uma variável decisiva. De tal maneira que, nas famílias numerosas, é frequente pelo menos um filho ou uma filha trabalhar e ter rendimentos. É o que se passa com 42 a 44% das famílias com 3 filhos e com 60 a 62% das famílias com 4 e mais filhos. Em contrapartida, menos de 1% das famílias com 1 filho (5 casos) encontram-se na mesma situação, já que este tem no máximo 16 anos, idade legal para começar a trabalhar.

Finalmente, a ordem na fratria vem esclarecer que são, sem dúvida, os filhos mais velhos os mais implicados no trabalho profissional. Nas famílias que têm filhos a trabalhar/ajudar na empresa familiar, trata-se do filho ou filha mais velha em 76% dos casos e deste ou desta juntamente com outros em 19%. Isto significa que apenas em 5% dos casos, os filhos ou filhas que trabalham são outros que não o primeiro: em 12 casos trata-se do segundo filho, em 1 caso trata-se do terceiro e noutro caso trata-se do segundo e do quarto. Na globalidade da amostra representam, respectivamente, 12%, 3% e 1% das famílias¹⁵⁴.

¹⁵³ Tratando-se duma situação irregular, estamos em crer que poderá haver aqui uma subdeclaração do trabalho dos filhos. Pestana (2000) faz referência a dados do “Inquérito à Caracterização Social dos Agregados Familiares com Menores em Idade Escolar” (de 1998), em que se observa o grande desfasamento entre as declarações das crianças e dos seus pais no que respeita à situação daquelas face à actividade económica na semana de referência do inquérito: 43213 declaram ter actividade contra 18808 dos pais.

¹⁵⁴ A ordem na fratria vem revelar o protagonismo do(a) filho(a) mais velho(a) no que toca ao trabalho profissional. São poucas as situações em que há outros filhos envolvidos. Por conseguinte, não é possível

Quadro 3.34 – Famílias que têm pelo menos um filho/uma filha que trabalha ou ajuda na empresa familiar, que tem rendimentos próprios e que contribui para as despesas domésticas, segundo as características da descendência (filhos co-residentes com 6 e mais anos) (% de sins)

Características da descendência	Famílias que têm pelo menos um filho/uma filha que...					
	trabalha ou ajuda		tem rendimentos		Contribui	
Idade do filho mais velho	(CC=,503; Sig=,000)		(CC=,509; Sig=,000)		(CC=,380; Sig=,000)	
6-10 anos	-		0,4		0,2	
11-15 anos	2,2		2,0		0,3	
16-20 anos	24,2		21,7		12,0	
21 e mais anos	64,5		64,5		31,8	
Sexo do filho mais velho	(CC=,112; Sig=,000)		(CC=,096; Sig=,000)		(CC=,067; Sig=,017)	
Masculino	19,2		17,7		8,8	
Feminino	11,0		11,3		5,8	
Sexo de todos os filhos (desc. > 1)¹⁵⁵	(CC=,105; Sig=,003)		(CC=,100; Sig=,031)		(CC=,085; Sig=,103)	
Só masculino	29,7		25,5		11,8	
Só feminino	16,7		16,7		7,9	
Ambos	26,9		26,7		14,2	
Nº de filhos (com 6 e + anos)	(CC=,398; Sig=,000)		(CC=,387; Sig=,000)		(CC=,296; Sig=,000)	
1 filho	0,7		0,8		0,3	
2 filhos	18,8		18,0		8,6	
3 filhos	44,4		41,8		22,8	
4 e mais filhos	61,5		59,6		32,7	
Ordem na fratria¹⁵⁶	T.F.A.	F.F.T.A.	T.F.A.	F.F.R.	T.F.A.	F.F.C.
1º filho ou filha	11,7	75,9	11,3	76,4	5,7	77,3
1º e outros filhos	2,9	19,0	3,0	20,5	1,5	19,7
Outros filhos	0,8	5,1	0,5	3,0	0,2	3,0
Todas as famílias	15,4		14,8		7,4	

T.F.A. – Todas as Famílias da Amostra; F.F.T.A. – Famílias com Filhos que Trabalham ou Ajudam;

F.F.R. – Famílias com Filhos com Rendimentos; F.F.C. – Famílias com Filhos que Contribuem

Em todos os cruzamentos verificamos que é sistematicamente superior a percentagem de famílias em que pelo menos um filho/uma filha trabalha, por relação àquelas em que pelo menos um tem rendimentos. Tal deve-se, como já referimos, a

testar o impacto da ordem na fratria na ocupação de filhos e filhas, ou seja, se aquele protagonismo é meramente resultante da idade ou se há desvantagens em ser o primeiro filho ou primeira filha. Deste modo, optámos por analisar apenas os indicadores respeitantes ao filho ou filha mais velha (idade e sexo), deixando cair esse indicador que queríamos analisar à partida.

¹⁵⁵ Estão excluídas as situações em que só há um filho ou uma filha com 6 e mais anos. A comparação com as famílias com filhos de ambos os sexos seria enviesada pelo facto daquelas famílias só incluírem filhos até aos 16 anos.

¹⁵⁶ Não se trata de um cruzamento, como nas variáveis anteriores, mas da frequência duma variável.

situações de trabalho não remunerado. A exceção vai para as famílias em que o mais velho tem 6-10 anos: apesar de não trabalharem há 2 situações em que têm rendimentos próprios.

Já no que respeita à contribuição para as despesas domésticas, confirmamos que as famílias em questão são cerca de metade daquelas que têm filhos com algum tipo de rendimento, não variando significativamente com as suas características. É um dado interessante, pois significa que temos dois tipos de situações com o mesmo peso: famílias em que os filhos têm rendimentos e que os canalizam, em parte ou na totalidade, para a economia comum; e famílias em que os filhos têm rendimentos apenas para usufruto e/ou poupança pessoal. Se não são as características da descendência que ditam esta clivagem, que outras variáveis estarão aqui em jogo? Mais à frente tentaremos responder a esta questão.

Quando comparamos as famílias em que os filhos ou as filhas trabalham ou ajudam com as famílias em que nenhum o faz (15 e 85% da amostra, respectivamente), verificamos de imediato que é nas primeiras que se destacam aquelas características da descendência: mais filhos, mais velhos e mais rapazes (quadro 3.35). De facto, estão sobrerrepresentadas as descendências de 2, 3 e 4 ou mais filhos co-residentes a partir dos 6 anos (em média, 2,6 filhos); o filho mais velho é, em regra, um jovem ou mesmo um jovem adulto (tem, em média, 20,7 anos), sendo que apenas em 5% destas famílias ele tem entre 11 e 15 anos; e trata-se, em mais de dois terços dos casos, dum filho do sexo masculino – aliás, estão sobrerrepresentadas em relação à amostra tanto as famílias que só têm rapazes, como as que têm filhos de ambos os sexos.

Em contrapartida, as famílias em que nenhum filho trabalha são mais pequenas, mais jovens e mais “femininas”: 48% têm só um filho ou uma filha (1,6 em média); em 70%, o filho mais velho tem entre 6 e 15 anos e apenas em 5% tem mais de 20; e estão ligeiramente sobrerrepresentadas tanto as famílias só de raparigas como aquelas em que é uma filha a mais velha.

Quadro 3.35 – Características da descendência nas famílias em que pelo menos um filho/uma filha trabalha ou ajuda e nas famílias em que nenhum filho/filha trabalha ou ajuda (%)

Características da descendência	Pelo menos um filho/uma filha trabalha ou ajuda	Nenhum filho/filha trabalha ou ajuda	Todas as famílias
Idade do filho mais velho			
6-10 anos	-	31,4	26,6
11-15 anos	4,7	38,5	33,3
16-20 anos	43,4	24,8	27,7
21 e mais anos	51,8	5,2	12,4
Total	100	100	100
(CC=,503; Sig=,000)			
<i>Média (Eta Squared=,301)</i>	<i>20,73</i>	<i>13,13</i>	<i>14,30</i>
Sexo do filho mais velho			
Masculino	67,5	51,9	54,3
Feminino	32,5	48,1	45,7
Total	100	100	100
(CC=,112; Sig=,000)			
Sexo de todos os filhos (desc. > 1)¹⁵⁷			
Só masculino	29,0	23,5	24,9
Só feminino	13,4	22,9	20,5
Ambos	57,6	53,6	54,6
Total	100	100	100
(CC=,105; Sig=,003)			
Nº de filhos (com 6 e + anos)			
1 filho	1,8	47,6	40,5
2 filhos	55,8	44,1	45,9
3 filhos	30,7	7,0	10,6
4 e mais filhos	11,7	1,3	2,9
Total	100	100	100
(CC=,398; Sig=,000)			
<i>Média (Eta Squared=,188)</i>	<i>2,58</i>	<i>1,62</i>	<i>1,77</i>

Ora, este conjunto de resultados dá azo a duas considerações. A primeira prende-se com a questão da desigualdade de género. De facto, vemos aqui retratada a realidade da assimetria dos percursos escolares e laborais dos jovens (e mesmo dos adolescentes) do sexo masculino e do sexo feminino. A entrada mais ou menos precoce no mercado

¹⁵⁷ Estão excluídas as situações em que só há um filho ou uma filha com 6 e mais anos. A comparação com as famílias com filhos de ambos os sexos seria enviesada pelo facto daquelas famílias só incluírem filhos até aos 16 anos.

de trabalho, que é, não raras vezes, o culminar duma história de insucesso e abandono escolar, marca mais o destino dos rapazes, enquanto que as raparigas permanecem mais tempo e com mais sucesso dentro do sistema de ensino¹⁵⁸. Quando damos conta da ocupação actual do filho mais velho, em função da idade e do sexo, constatamos isso mesmo (quadro 3.36).

Quadro 3.36 – Ocupação actual do filho mais velho, segundo a idade e o sexo (%)

Ocupação actual	6-10 anos			11-15 anos			16-20 anos			21 e + anos			Todos		
	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF
Estuda (só estuda)	85,0	83,2	84,1	97,1	97,8	97,5	65,2	74,6	69,3	19,8	39,1	27,5	74,4	81,2	77,5
Trabalha inclui trabalhador-estudante	-	-	-	1,9	0,7	1,4	24,7	17,4	21,5	64,1	49,4	58,3	16,5	10,1	13,6
Ajuda empresa familiar inclui ajuda-estudante	-	-	-	0,6	0,4	0,5	3,2	-	1,8	3,8	2,3	3,2	1,7	0,4	1,1
Sem ocupação inclui desemp., domést e outra	15,0	16,8	15,9	0,3	1,1	0,7	6,8	8,0	7,3	12,2	9,2	11,0	7,5	8,3	7,8
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
(CC=,025; Sig=,591)			(CC=,071; Sig=,387)			(CC=,152; Sig=,009)			(CC=,207; Sig=,021)			(CC=,113; Sig=,000)			

Na faixa etária dos 6 aos 10 anos, a ocupação não diferencia ainda filhos e filhas, pois estão praticamente todos no (ou em vias de iniciar o) 1º ciclo do ensino básico¹⁵⁹. Na faixa seguinte começa a participação de ambos na esfera laboral: 6 rapazes (um dos quais também é estudante) e duas raparigas trabalham; 2 rapazes (um dos quais também é estudante) e uma rapariga ajudam na empresa familiar. Há mais 4 situações irregulares, na medida em que se referem a adolescentes que também estão fora do ensino obrigatório e que não têm ocupação: um rapaz e uma rapariga desempregados ou à procura do primeiro emprego, uma rapariga doméstica e mais uma que se encontra noutra situação. Não obstante, a grande maioria está efectivamente a estudar (98%)¹⁶⁰. Os 16 anos – idade legal para começar a trabalhar – é o ponto de viragem nos percursos, até então paralelos, de filhos e filhas, com os primeiros a marcarem mais presença no mercado de trabalho. De facto, 25% dos jovens do sexo masculino dos 16 aos 20 anos

¹⁵⁸ Para ver as questões do insucesso/sucesso e do abandono escolar desta população ver Almeida et al. (2005).

¹⁵⁹ As situações de “sem ocupação” são quase todas respeitantes a crianças de 6 anos. Há, no entanto, casos pontuais de crianças mais velhas que também não têm ocupação. Acreditamos tratarem-se de situações de crianças com deficiência, não integradas no ensino regular.

¹⁶⁰ Embora os rapazes já com mais insucesso (Almeida et al., 2005).

estão a trabalhar e 3% ajudam a família. Quanto às jovens, 17% trabalham e nenhuma ajuda na empresa familiar. A partir dos 21 anos, cresce significativamente a participação laboral de ambos, embora mantendo, se não mesmo acentuando, aquele desfasamento: 68% dos rapazes e 52% das raparigas desenvolvem alguma actividade. Nesta faixa etária, a percentagem de estudantes do sexo masculino (20%) é, então, sensivelmente metade da percentagem de estudantes do sexo feminino (39%)¹⁶¹.

A segunda consideração, ainda a propósito dos últimos quadros (3.35 e 3.36), prende-se com o efeito do ciclo de vida familiar. Como é óbvio, é muito significativa a associação entre a idade do filho mais velho e o facto de haver na família pelo menos um filho ou uma filha a trabalhar ou a ajudar, pois a vida escolar e a vida activa têm temporalidades socialmente fixadas. A cada etapa da vida familiar com filhos – famílias com crianças, adolescentes, jovens, ou jovens adultos – corresponde, de forma mais ou menos previsível, uma determinada ligação ao sistema de ensino e ao mercado trabalho (embora, também como vimos, com algumas variantes). Pela mesma razão, a dimensão da descendência – que apresenta de igual modo uma associação elevada com o indicador – poderá também ser influenciada pelo ciclo de vida familiar, já que as famílias numerosas têm, regra geral, filhos mais velhos. Mas a dimensão da descendência também retrata uma dada realidade social, já que as famílias numerosas são mais frequentes em contextos sociais desfavorecidos (como vimos na Parte II).

Para tentarmos perceber o que está, de facto, a sustentar o impacto da dimensão da descendência – se o ciclo de vida familiar, se o contexto social –, vamos dar conta da ocupação dos filhos mais velhos numa dada faixa etária, tendo em atenção a dimensão da descendência (quadro 3.37). Vamos centrar a atenção especificamente nos filhos e nas filhas em duas faixas etárias – 16-20 e 21 e mais anos –, pois a participação no trabalho profissional é quase inexistente até aos 16 anos. E vamos excluir da análise as famílias que só têm um filho ou uma filha com 6 e mais anos, visto na nossa amostra isso implicar que tem no máximo 16 anos.

¹⁶¹ 97% dos filhos mais velhos que se encontram nesta faixa etária têm até 25 anos. Há apenas 16 casos em que têm mais de 25 anos (1 com mais de 30).

Quadro 3.37 – Ocupação actual do filho/filha mais velho, segundo a idade e a dimensão da descendência (%)

Ocupação actual	16-20 anos			21 e + anos		
	2	3 e +	2 e +	2	3 e +	2 e +
Estuda (só estuda)	72,8	46,7	66,7	32,0	21,9	27,5
Trabalha inclui trabalhador-estudante	19,3	37,1	23,5	57,4	59,4	58,3
Ajuda empresa familiar inclui ajuda-estudante	1,5	3,8	2,0	3,3	3,1	3,2
Sem ocupação inclui desemp., domést e outra	6,4	12,4	7,8	7,4	15,6	11,0
Total	100	100	100	100	100	100

(CC=,230; Sig=,000)

(CC=,155; Sig=,148)

O que se verifica é, claramente, um efeito conjugado das duas variáveis. Por um lado, independentemente da dimensão da descendência, os filhos com mais de 20 anos trabalham com mais frequência do que os filhos dos 16 aos 20 anos, o que é revelador do impacto do ciclo de vida. Por outro lado, quando consideramos separadamente cada faixa etária, constatamos que é nas descendências numerosas que os filhos mais velhos mais trabalham e menos estudam. Mas isto aplica-se particularmente à faixa etária dos 16 aos 20 anos, que é onde encontramos as maiores distâncias entre a ocupação do filho mais velho nas descendências de 2 e nas de 3 e mais filhos: enquanto que nas primeiras, 73% está só a estudar e 19% a trabalhar; nas segundas, são 47 e 37%, respectivamente. Também é nestas que se regista o maior envolvimento na ajuda à empresa familiar, bem como a inexistência de ocupação. Metade destes filhos mais velhos está, assim, fora do sistema de ensino, sendo um quarto no caso das descendências de 2 filhos¹⁶². Esta faixa etária constitui, sem dúvida, um momento-chave na vida dos jovens, onde se jogam vontades e constrangimentos, pessoais ou familiares, que os colocam diante de dois cenários: prolongar os estudos até completar o ensino secundário, eventualmente ingressar no superior; ou integrar imediatamente o mercado de trabalho. Tratam-se, sem dúvida, de cenários ainda fracturantes da sociedade portuguesa, pois as “opções” que os jovens fazem, findo o ensino obrigatório, não são de todo fortuitas (Pappámikail, 2004).

¹⁶² Há situações de filhos mais velhos que trabalham/ajudam e estudam ao mesmo tempo, pelo que ainda estão integrados no sistema de ensino: 8 no caso das descendências de 2 filhos e 3 no caso das descendências de 3 e mais filhos. Na faixa etária dos 21 e mais anos, são 6 casos em cada tipo de descendência.

No grupo dos 21 e mais anos, o peso do trabalho é idêntico nos dois tipos de descendência. Trata-se, portanto, duma população em grande parte já activa. O que os distingue é, então, o que está para além do trabalho: uma tendência para estender os estudos nas descendências de 2 filhos, o que aponta para a uma aquisição de capitais escolares de nível superior; por contraposição à sobre-representação duma ausência de ocupação nas descendências numerosas, o que leva a equacionar eventuais cenários de exclusão social destes jovens que estão simultaneamente fora do mercado de trabalho e do sistema de ensino.

A partir destes resultados começamos a entrever o impacto dos contextos sociais das famílias na construção dos percursos escolares e laborais dos filhos. Mas, antes de avançarmos nessa linha de investigação, há ainda espaço para clarificar umas questões, nomeadamente a respeito da relação entre ocupação actual, rendimentos e contribuição para a economia doméstica (quadro 3.38).

Quadro 3.38 – Filhos/filhas mais velhos com e sem rendimentos próprios e que contribuem, segundo a ocupação actual (N e %)

Ocupação actual	Com rendimentos				Sem rendimentos		Total	
	N	%	Contribui		N	%	N	%
Estuda (só estuda)	23	1,7	2	8,7	1352	98,3	1375	100
Trabalha (inclui trabalhador-estudante)	221	91,7	121	54,8	20	8,3	241	100
Ajuda empresa familiar (inclui ajuda-estudante)	2	10,5	1	50,0	17	89,5	19	100
Sem ocupação (inclui desemp., doméstica e outra)	9	6,5	4	44,4	130	93,5	139	100
Todos	255	14,4	128	50,2	1519	85,6	1774	100

Se tomarmos como exemplo a situação do filho ou da filha mais velha, confirmamos que a existência de rendimentos próprios está em grande medida ligada ao desempenho duma actividade profissional: 92% dos filhos que trabalham têm rendimentos; e destes, mais de metade contribui para as despesas do agregado (55%). Mas também há situações pontuais de filhos que estudam, que ajudam na empresa da família, ou mesmo que não têm ocupação e que têm rendimentos, que serão resultantes, por certo, de bolsas de estudo, de subsídios de desemprego, entre outras origens. Apenas 7 contribuem para a economia comum¹⁶³.

¹⁶³ No que toca à contribuição dos filhos para as despesas do agregado doméstico, são praticamente os rendimentos do trabalho que entram em linha de conta, já que os outros, todos somados, rondam os 6%.

O dado mais curioso prende-se, no entanto, com a existência duma franja de trabalhadores não remunerados. Estes são, antes de mais, trabalhadores familiares, já que 17 dos 19 filhos que ajudam na empresa familiar não têm rendimentos. Mas também há cerca de 8% de filhos que estão a trabalhar sem remuneração (20 casos). Serão também trabalhadores familiares, apesar das inquiridas não o terem declarado, ou serão jovens que têm alguma actividade de voluntariado? Infelizmente não é possível clarificar esta questão, mas, se considerarmos mais provável a primeira hipótese, estamos perante um conjunto de jovens cuja contribuição para a produção doméstica não é monetária, fruto do seu trabalho assalariado, e sim em mão-de-obra, o que é revelador da sobrevivência, ainda que numericamente pouco expressiva, desta função tradicional dos filhos na família.

2.5. O impacto do contexto social: a escolaridade, a classe social e a trajectória da condição perante o trabalho das inquiridas

Vamos, seguidamente, observar o modo como a participação diferenciada de filhos e filhas no trabalho doméstico e no trabalho profissional se articula com os contextos sociais das famílias. Para tal, vamos passar em revista as três variáveis-chave de caracterização deste estudo: a escolaridade, a classe social e a trajectória da condição perante o trabalho das inquiridas.

2.5.1. O impacto no trabalho doméstico de filhos e filhas

No que respeita à participação de filhos e filhas nas tarefas domésticas, um indicador importante é o tipo de partilha que as mães tentam promover. Como vimos, impera uma certa norma de partilha atenuada, i.e., em essência, as inquiridas procuram fazer as tarefas com alguma ajuda da parte deles. Será assim em todos os meios sociais, ou haverá contextos em que prevalece outra perspectiva sobre do papel de filhos e filhas no desempenho do trabalho doméstico?

Quadro 3.39 – Tipo de partilha das tarefas domésticas que as inquiridas procuram ter com filhos e filhas, segundo o contexto social (%)

Contexto social	Tipo de partilha das tarefas			Total
	Dividir todas	Fazer com alguma ajuda	Poupá-los	
Escolaridade da inquirida	(CC=,106; Sig=,030)			
Sem escolaridade	23,7	61,8	14,5	100
Ensino primário	16,5	62,9	20,6	100
Ensino preparatório/básico	13,7	67,1	19,2	100
Ensino secundário	15,1	68,3	16,6	100
Curso médio/lic. incompleta	16,0	69,0	15,0	100
Licenciatura ou grau superior	8,8	81,3	9,9	100
Classe social da inquirida	(CC=,059; Sig=,195)			
ED e PIC	11,8	76,5	11,8	100
PTEI	17,7	69,4	12,9	100
IPP	15,6	62,3	22,2	100
EE	13,4	68,7	17,9	100
ENQ	16,8	68,0	15,2	100
OI	13,6	63,1	23,4	100
AA	28,1	54,4	17,5	100
C	26,4	60,4	13,2	100
Trajectória da inquirida	(CC=,153; Sig=,043)			
Sempre com trabalho	15,0	67,1	17,9	100
Trabalho em 1 ou 2 momentos	16,8	65,3	17,9	100
Sempre sem trabalho	12,0	64,5	23,5	100
Todas as Famílias	15,3	66,2	18,6	100

Como podemos concluir rapidamente por este quadro (3.39), a partilha atenuada é a norma que atravessa todos os meios sociais sem excepção. Trata-se dum resultado interessante, pois significa que, de modo generalizado, as inquiridas não pedem aos filhos e às filhas que tenham um protagonismo idêntico ao seu (ou do casal) no que toca à produção doméstica. É-lhes reconhecido um estatuto diferente, embora não totalmente alheio às responsabilidades domésticas. Não são verdadeiros pares, mas alguém que aligeira as atribuições de outrem. Esta norma, apesar de consensual, aumenta com o grau de escolaridade de mãe, oscilando entre 62%, no caso das inquiridas sem escolaridade, e 81%, no caso das mais escolarizadas. Apesar das variações sugestivas encontradas na classe social, que apontam no mesmo sentido, os resultados não são estatisticamente representativos.

Nas margens desta tendência temos as duas outras atitudes. Uma, a de procurar uma partilha igualitária, apenas está francamente sobrerrepresentada entre as inquiridas sem escolaridade (24%). As tarefas domésticas também são, afinal, um domínio de socialização familiar, de transmissão de competências e de partilha do quotidiano. A outra atitude, a de poupar os filhos ao desempenho de tarefas, tende a crescer à medida que diminuem os capitais escolares, totalizando 21% no caso das inquiridas com o ensino primário. Mas esta atitude liga-se sobretudo às inquiridas que nunca trabalharam (24%). Trata-se, no fim de contas, de uma atribuição fundamental da sua condição de doméstica. Quando as mães trabalham, a relação mais ou menos estável com o mercado de trabalho não parece influenciar o tipo de partilha que procuram, já que são semelhantes os perfis das inquiridas “sempre com trabalho” e “com trabalho em um ou dois momentos”.

Passemos à participação efectiva de filhos e filhas no trabalho doméstico em diferentes meios sociais (quadro 3.40). No caso dos filhos, a participação é maior entre as inquiridas sem escolaridade (28%), as camponesas (24%) e as empregadas de serviços não qualificados (22%). Fortemente contrastante é a situação dos filhos das inquiridas mais escolarizadas: apenas 7% realizam tarefas domésticas. Quanto às filhas, há uma certa tendência para a participação aumentar à medida que diminuem os capitais escolares das mães – passando de 11% quando as inquiridas são licenciadas, para 36-37% quando têm até 4 anos de ensino – e de ser elevada não só entre as camponesas (32%) e as empregadas não qualificadas (37%), mas também as empregadas executantes (33%), as profissionais técnicas (31%) e, mais ainda, as assalariadas agrícolas (41%).

Quadro 3.40 – Famílias que têm pelo menos um filho e famílias que têm pelo menos uma filha, segundo a sua participação nas tarefas domésticas (fazem sempre ou muitas vezes) e o contexto social (% de sins)

Contexto social	Famílias que têm pelo menos um filho	Famílias que têm pelo menos uma filha	<i>Diferença % entre filhas e filhos</i>
	filho faz t.d.	filha faz t.d.	
Escolaridade da inquirida	(CC=,118; Sig=,003)	(CC=,158; Sig=,000)	
Sem escolaridade	27,9	36,7	8,8
Ensino primário	18,4	35,6	17,2
Ensino preparatório/básico	12,0	23,9	11,9
Ensino secundário	15,3	25,4	10,1
Curso médio/lic. incompleta	17,8	19,7	1,7
Licenciatura ou grau superior	7,1	10,9	3,8
Classe social da inquirida	(CC=,112; Sig=,028)	(CC=,153; Sig=,000)	
ED e PIC	12,1	13,8	1,7
PTEI	11,9	31,0	19,1
IPP	17,9	22,8	4,9
EE	13,5	32,9	19,4
ENQ	22,0	36,8	14,8
OI	12,5	27,6	15,1
AA	17,6	41,5	23,9
C	24,4	31,9	7,5
Trajectória da inquirida	(CC=,005; Sig=,985)	(CC=,043; Sig=,317)	
Sempre com trabalho	15,8	29,6	13,8
Trabalho em 1 ou 2 momentos	15,6	28,8	13,2
Sempre sem trabalho	16,1	23,6	7,5
Total	15,8	28,5	12,3

Ao compararmos a participação de filhos e filhas nas diferentes famílias, vemos que onde a desigualdade de género é menor quando as mães são muito escolarizadas e qualificadas, pois ambos participam pouco¹⁶⁴. Aliás, no caso das filhas em concreto, o baixo nível de participação nas tarefas domésticas não tem paralelo em qualquer outro tipo de família. O fosso entre rapazes e raparigas também é pequeno quando as inquiridas têm o curso médio ou são independentes ou pequenas patroas, mas aqui deve-se à ligeira sobrerrepresentação dos filhos e sub-representação das filhas em relação à

¹⁶⁴ A última coluna, que dá conta da diferença percentual entre a participação das filhas e dos filhos, simplifica a leitura das maiores ou menores distâncias entre eles, tendo como valor de referência o da amostra (12,3%).

amostra. Oposto é o que se passa com as empregadas executantes e as profissionais técnicas: a ligeira sub-representação dos primeiros e sobrerrepresentação das segundas acentua a distância entre filhos e filhas. A desigualdade de género também é elevada entre as assalariadas agrícolas e as inquiridas com o ensino primário: apesar dos filhos estarem ligeiramente sobrerrepresentados, a participação das filhas é das mais elevadas. Uma desigualdade de género menos vincada é a que encontramos entre as inquiridas sem escolaridade, as camponesas e as empregadas não qualificadas: trata-se dum perfil de participação no trabalho doméstico em que tanto as filhas como os filhos estão francamente envolvidos. Finalmente, próximos do perfil da amostra (ou ligeiramente sub-representados em relação ao mesmo) estão os filhos e as filhas das operárias, das inquiridas com o preparatório/básico e o secundário.

Ao contrário deste indicador, o número de tarefas domésticas que filhos e filhas fazem sempre ou muitas vezes apresenta resultados pouco ou nada relevantes, do ponto de vista estatístico, quando equacionado à luz do contexto social das famílias (quadro 3.41). Não obstante, podemos tentar fazer uma breve leitura dos mesmos, já que do ponto de vista sociológico parecem interessantes. Em relação às filhas, verifica-se que a média de tarefas aumenta, de modo contínuo, com a diminuição das qualificações escolares das inquiridas. Isto significa que as filhas das mulheres menos escolarizadas, nomeadamente das que têm pouca ou mesmo nenhuma instrução, não só participam mais no trabalho doméstico, como fazem um maior número de tarefas. Se olharmos para a classe social, verificamos que é nos meios pouco qualificados que esta situação ocorre, com destaque para as assalariadas agrícolas. Já em relação aos filhos, a tendência é diferente, pois são os filhos das inquiridas mais escolarizadas e qualificadas que fazem um maior número de tarefas. Portanto, quando fazem, fazem mais (mas não esqueçamos que são os menos participativos).

Quadro 3.41 – Número médio de tarefas domésticas que filhos e filhas fazem sempre ou muitas vezes (quando fazem pelo menos uma), segundo o contexto social (N e média)

Contexto social	Número médio de tarefas que fazem...			
	Filhos		Filhas	
	N	média	N	média
Escolaridade da inquirida	Sig=,017; Eta Squared=,067		Sig=,163; Eta Squared=,022	
Sem escolaridade	17	2,06	22	2,70
Ensino primário	97	1,61	177	2,60
Ensino preparatório/básico	50	1,34	99	2,36
Ensino secundário	20	2,05	34	2,29
Curso médio/lic. incompleta	13	1,77	13	1,92
Licenciatura ou grau superior	5	2,40	7	1,71
Classe social da inquirida	Sig=,081; Eta Squared=,065		Sig=,088; Eta Squared=,036	
ED e PIC	17	2,00	18	1,78
PTEI	5	2,80	13	2,46
IPP	34	1,59	43	2,28
EE	33	1,36	78	2,44
ENQ	37	1,68	64	2,52
OI	43	1,70	89	2,55
AA	6	1,83	17	3,35
C	19	1,42	22	2,45
Trajectória da inquirida	Sig=,406; Eta Squared=,009		Sig=,394; Eta Squared=,005	
Sempre com trabalho	101	1,58	189	2,54
Trabalho em 1 ou 2 momentos	74	1,66	123	2,47
Sempre sem trabalho	26	1,88	39	2,21
Total	202	1,65	352	2,47

No que respeita às tarefas que filhos e filhas fazem sozinhos (quadro 3.42), apenas encontramos resultados significativos no caso dos rapazes. Destacam-se, por um lado, os filhos das inquiridas sem escolaridade, das operárias e das profissionais técnicas. São eles que, quando participam no trabalho doméstico, mais vezes asseguram sozinhos a realização de uma ou mais tarefas. Por outro lado, destacam-se os filhos das mulheres escolarizadas e qualificadas, pois nenhum faz tarefas sozinho. É semelhante o panorama no caso das filhas destas inquiridas. Já em relação às restantes, apenas se evidenciam as filhas das assalariadas agrícolas e das camponesas. São as que têm mais autonomia na realização da lida da casa.

Quadro 3.42 – Famílias em que pelo menos um filho/uma filha faz tarefas domésticas sempre ou muitas vezes, segundo aqueles que fazem uma ou mais tarefas sozinhos e o contexto social

(N e % de sins)

Contexto social	Famílias em que pelo menos um filho/uma filha faz uma ou mais tarefas sozinho(a)			
	filho faz t.d. sozinho		filha faz t.d. sozinha	
Escolaridade da inquirida	(CC=,334; Sig=,000)		(CC=,123; Sig=,373)	
Sem escolaridade	9	52,9	5	22,7
Ensino primário	19	19,6	37	20,9
Ensino preparatório/básico	3	6,0	14	14,1
Ensino secundário	2	10,0	7	20,6
Curso médio/lic. incompleta	-	-	-	-
Licenciatura ou grau superior	-	-	1	14,3
Classe social da inquirida	(CC=,288; Sig=,014)		(CC=,192; Sig=,069)	
ED e PIC	-	-	-	-
PTEI	2	40,0	2	15,4
IPP	7	20,6	9	20,9
EE	-	-	16	20,5
ENQ	6	16,2	11	17,2
OI	12	27,9	12	13,5
AA	1	16,7	7	41,2
C	2	10,5	6	27,3
Trajectória da inquirida	(CC=,087; Sig=,461)		(CC=,049; Sig=,653)	
Sempre com trabalho	19	18,8	39	19,0
Trabalho em 1 ou 2 momentos	9	12,2	22	17,9
Sempre sem trabalho	5	19,2	5	12,8
Total	33	16,3	64	18,3

E que tarefas fazem filhos e filhas nas diferentes famílias? Se observámos, mais atrás, que a tendência dominante é a genderificação do trabalho doméstico, também foi já possível constatar a presença (se bem que tímida) de rapazes em tarefas “femininas”. Que famílias promovem a participação dos filhos nessas tarefas?

Olhando apenas para a escolaridade das inquiridas – a variável mais ilustrativa das três – vemos que, no caso das filhas, não há muito a assinalar: apenas a limpeza da casa dá resultados com algum significado estatístico (quadro 3.43). Portanto, daquelas que fazem tarefas domésticas, estão sobrerrepresentadas nas limpezas as filhas das mulheres que têm no máximo o ensino primário e estão sub-representadas, em particular, as filhas das muito escolarizadas.

Quadro 3.43 – Famílias em que pelo menos um filho/uma filha faz tarefas domésticas sempre ou muitas vezes (e tipo de tarefas), segundo a escolaridade da inquirida (%)

Escolaridade da inquirida	Filho faz tarefas	Pelo menos um(a) ...					Filha faz tarefas	limpezas
		roupa	loija	reparaç.	c.irmãos*	refeições		
		CC=,339; Sig=,000	CC=,248; Sig=,021	CC=,237; Sig=,034	CC=,233; Sig=,048	CC=,223; Sig=,061		CC=,180; Sig=,037
Sem escolaridade	8,4	—	<u>5,5</u>	<u>14,9</u>	<u>16,7</u>	<u>16,7</u>	6,3	<u>7,0</u>
Ensino primário	48,0	<u>23,1</u>	<u>42,5</u>	<u>52,2</u>	<u>52,1</u>	<u>50,0</u>	50,3	<u>51,8</u>
E. preparatório/básico	24,8	<u>7,7</u>	23,3	22,4	<u>18,8</u>	<u>5,6</u>	28,1	27,9
Ensino secundário	9,9	<u>46,2</u>	<u>12,3</u>	9,0	<u>12,5</u>	<u>11,1</u>	9,7	9,2
C. médio/l. incompleta	6,4	<u>15,4</u>	<u>9,6</u>	<u>1,5</u>	—	5,6	3,7	3,3
Lic. ou grau superior	2,5	<u>7,7</u>	<u>6,8</u>	—	—	<u>11,1</u>	2,0	<u>0,7</u>
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

* Estão excluídas as situações de filho único, para as quais a categoria não tem pertinência

No que toca aos filhos, o cenário é bastante diferente, pois, quando participam no trabalho doméstico, executam tarefas distintas em função do meio social. Por um lado, temos os filhos das inquiridas sem escolaridade e com o ensino primário: estão sobrerrepresentados nas reparações, nos cuidados aos irmãos e nas refeições; e estão sub-representados no tratamento da roupa e da loiça. Trata-se dum perfil de participação masculino – fazem pequenas reparações, estão pouco presentes no “núcleo duro” das tarefas femininas -, mas com alguma abertura a novas incumbências (é o exemplo das refeições). No caso dos filhos das inquiridas sem escolaridade, o traço masculino deste perfil é mais marcante: o peso das sobre e sub-representações é maior e estão completamente alheados do tratamento da roupa, reproduzindo a resistência masculina face a esta tarefa doméstica. Por outro lado, temos os filhos das mulheres com cursos médios e superiores, que têm um perfil de participação oposto ao anterior, já que estão sobrerrepresentados na loiça e na roupa e ausentes (totalmente ou em parte) das reparações e dos cuidados aos irmãos. Estes rapazes são, portanto, socializados em novas competências domésticas, mas há outras que perdem (como as reparações). A nuance a este perfil prende-se com a confecção das refeições, na qual os filhos das mais escolarizadas também tendem a participar. Por outro lado ainda, temos os filhos das inquiridas com o ensino secundário, que têm o perfil mais abrangente: à excepção das pequenas reparações, onde têm uma participação média, estão sobrerrepresentados em todas as outras tarefas, com grande destaque para a roupa. É então nestas famílias, que os filhos são chamados a desempenhar um leque mais diversificado de tarefas, através

da combinação de diferentes competências. Finalmente, temos os filhos das inquiridas com o preparatório/básico, cujo perfil se caracteriza pela sub-representação, ligeira a vincada, em quase todas as tarefas.

Ora, se no caso das filhas o que mais as distingue é, afinal, a participação ou não no trabalho doméstico, e não o tipo de tarefa que realizam – por outras palavras, quando participam, tendem a fazer as mesmas tarefas (a excepção vai, tão-só, para a limpeza da casa, à qual são mais “poupadas” as raparigas nas famílias com mais capitais escolares) -, no caso dos rapazes, para além do nível de participação, e da maior ou menor autonomia na realização das tarefas (fazê-las sozinhos ou não), também os diferencia, e muito, as tarefas que executam.

Finalmente, vamos ver, nos diferentes meios sociais, como é que se articulam as expectativas das inquiridas face à participação de filhos e filhas nas tarefas domésticas e a participação efectiva destes (quadro 3.44). Independentemente do contexto social, as expectativas das inquiridas deparam-se frequentemente com a falta de participação de filhos e filhas no trabalho doméstico. Trata-se do cenário dominante e transversal. Não obstante, há uma clara tendência para o seu peso crescer à medida que aumentam os capitais escolares das inquiridas, o que significa que é entre as mais escolarizadas que se regista o maior desfasamento entre as suas expectativas e a participação efectiva de filhos e filhas: 81% contra 58% na amostra. A expectativa com participação está mais presente em contextos de fracas qualificações escolares: é de 38% entre as mães sem escolaridade e de 30% entre as mães com o ensino primário. Já a ausência de expectativas, é maior entre as inquiridas com o primário (21%) e o preparatório/básico (19%), i.e., são elas que menos procuram a ajuda de filhos e filhas.

Se tivermos também em conta os resultados da classe social, chegamos a quatro perfis: um perfil, em que se destaca a *expectativa com participação*, representado, antes de mais, pelas mães sem escolaridade, mas também pelas mães com o primário, pelas camponesas, pelas assalariadas agrícolas e pelas empregadas não qualificadas; um segundo perfil, em que se destaca a *expectativa sem participação*, onde se incluem as inquiridas com o preparatório/básico, o secundário, o ensino médio e aquelas que têm profissões técnicas e de enquadramento intermédio; um terceiro perfil, onde é *máxima a expectativa sem participação e mínima a ausência de expectativa e a expectativa com participação*, onde se encontram as licenciadas e as empresárias/intelectuais; e um último perfil, em que apenas se destaca a *ausência de expectativa*, representado pelas operárias e pelas independentes e pequenas patroas.

Quadro 3.44 – Relação entre expectativas das inquiridas e participação de filhos e filhas nas tarefas domésticas, segundo o contexto social (%)

Contexto social	Expectativa com participação	Expectativa sem participação	Ausência de expectativa	Total
Escolaridade da inquirida	CC=,184; Sig=,000			
Sem escolaridade	38,2	47,4	14,5	100
Ensino primário	29,7	49,7	20,6	100
Ensino preparatório/básico	19,2	61,6	19,2	100
Ensino secundário	19,6	63,8	16,6	100
Curso médio/lic. incompleta	20,0	65,0	15,0	100
Licenciatura ou grau superior	8,8	81,3	9,9	100
Classe social da inquirida	CC=,159; Sig=,000			
ED e PIC	13,9	74,3	11,8	100
PTEI	21,0	66,1	12,9	100
IPP	21,8	56,0	22,2	100
EE	24,8	57,3	17,9	100
ENQ	30,3	54,5	15,2	100
OI	22,7	53,9	23,4	100
AA	31,6	50,9	17,5	100
C	30,8	56,0	13,2	100
Trajectória da inquirida	CC=,055; Sig=,252			
Sempre com trabalho	24,2	57,9	17,9	100
Trabalho em 1 ou 2 momentos	24,7	57,4	17,9	100
Sempre sem trabalho	19,4	57,1	23,5	100
Total	23,8	57,7	18,6	100

Mais uma vez, o cruzamento com a trajectória da condição perante o trabalho não conduziu a resultados com significado estatístico, embora seja curioso notar que as mães que nunca trabalharam, ao contrário daquelas que trabalharam sempre ou em algum momento, estão mais presentes na *ausência de expectativas* e menos na *expectativa com participação*. Dito de outra maneira, não só procuram poupar mais filhos e filhas ao trabalho doméstico, como obtêm menos ajuda quando têm expectativas nesse sentido.

Antes de passarmos ao ponto seguinte, não podemos deixar de fazer referência a dois indicadores que, não estando no centro das considerações desta pesquisa, podem ter um impacto importante na participação de filhos e filhas no trabalho doméstico. Falamos da participação do marido e da empregada no trabalho doméstico. Ora, estes

indicadores, que foram amplamente investigados noutras pesquisas, como a de Aboim (2005a), revelaram uma forte associação às variáveis de caracterização social, como a escolaridade das mulheres e a classe social do casal: quanto mais escolarizados e qualificados são os elementos do casal, maior a probabilidade de terem empregada doméstica e do cônjuge participar num maior número de tarefas¹⁶⁵. Estes resultados não podem ser dissociados da participação de filhos e filhas no trabalho doméstico, pois parece que aquela vai diminuindo à medida que vão entrando na cena da produção doméstica outros protagonistas. Lembremos que são os filhos e as filhas das inquiridas mais escolarizadas e qualificadas os menos participativos. O que fica por responder é se a participação de filhos e filhas constitui apenas a solução de recurso, na ausência de apoio do cônjuge ou de possibilidades materiais que mercantilizem a realização do trabalho doméstico, ou se aquela participação resulta da convicção da importância desse papel de filhos e filhas no quadro da vida familiar. São dois cenários possíveis. Eventualmente mais vezes cúmplices do que antagonicos.

2.5.2. O impacto no trabalho profissional de filhos e filhas

Em alguns momentos foi já possível divisar o impacto do contexto social nas ocupações de adolescentes e jovens, mas vamos agora ancorar aí a nossa atenção, de modo a conhecer os grupos sociais em que é mais significativa a participação de filhos e filhas na esfera profissional. A partir das mesmas variáveis explicativas, vamos então saber em que famílias o papel produtivo de filhos e filhas marca presença (quadro 3.45). É o cruzamento com a escolaridade que dá os resultados mais significativos. De facto, o trabalho dos filhos – e, por acréscimo, a existência de rendimentos próprios e a participação nas despesas – é uma realidade tão mais presente quanto mais baixas são as qualificações escolares das mães: 25% das inquiridas com o ensino primário e 42% das inquiridas sem escolaridade têm pelo menos um filho ou uma filha a trabalhar ou a ajudar na empresa da família; 13% e 21%, respectivamente, têm pelo menos um filho ou uma filha que contribui para as despesas domésticas. Já no que respeita às inquiridas com grau superior, nenhuma tem filhos nessa situação.

¹⁶⁵ O número médio de tarefas que o marido faz sempre ou muitas vezes passa de 2,58 nas inquiridas sem escolaridade, para 5,08 nas licenciadas (Sig.=,000; Eta Squared=,065). Têm empregada doméstica 1,3% das inquiridas sem escolaridade (1 caso), contra 63,4% das licenciadas (CC=, 454; Sig.=,000).

Quadro 3.45 – Famílias em que pelo menos um filho/uma filha trabalha ou ajuda na empresa familiar, tem rendimentos e contribui para as despesas, segundo o contexto social (N e % de sins)

Contexto social	Famílias em que pelo menos um filho/uma filha ...						
	trabalha ou ajuda		tem rendimentos		contribui		
	N	% sins	N	% sins	N	% sins	% sins F.F.R. *
Escolaridade da inquirida	(CC=,294; Sig=,000)		(CC=,270; Sig=,000)		(CC=,214; Sig=,000)		(CC=,150; Sig=,229)
Sem escolaridade	33	42,3	28	36,4	16	20,8	57,1
Ensino primário	180	25,4	172	24,3	90	12,7	52,3
Ensino preparatório/básico	48	8,1	49	8,2	23	3,9	46,9
Ensino secundário	6	3,0	6	3,0	1	0,5	16,7
Curso médio/licenciatura incompleta	7	7,0	7	7,0	2	2,0	28,6
Licenciatura ou grau superior	-	-	1	1,1	-	-	-
Classe social da inquirida	(CC=,201; Sig=,000)		(CC=,168; Sig=,000)		(CC=,153; Sig=,000)		(CC=,171; Sig=,374)
ED e PIC	8	4,2	8	4,2	2	1,1	25,0
PTEI	4	6,3	4	6,3	1	1,6	25,0
IPP	49	19,1	39	15,2	21	8,2	53,8
EE	28	8,0	31	8,8	11	3,1	35,5
ENQ	42	17,1	46	18,7	24	9,8	52,2
OI	91	19,2	92	19,5	49	10,5	53,3
AA	8	14,0	7	12,3	3	5,3	42,9
C	32	34,8	23	25,0	14	15,2	60,9
Trajectória da inquirida	(CC=,099; Sig=,000)		(CC=,096; Sig=,000)		(CC=,062; Sig=,031)		(CC=,025; Sig=,921)
Sempre com trabalho	115	12,5	110	12,0	55	6,0	50,0
Trabalho em 1 ou 2 momentos	108	17,0	105	16,6	54	8,5	51,4
Sempre sem trabalho	51	23,4	48	22,0	23	10,6	47,9
Todas as Famílias	274	15,4	263	14,8	132	7,4	50,2

* F.F.R. – Famílias com filhos com rendimentos

O cruzamento com a classe das inquiridas permite identificar com maior rigor as franjas sociais que convivem amiúde com o trabalho de filhos co-residentes. Por um lado temos as camponesas, que se destacam largamente neste domínio já que mais de um terço tem pelo menos um filho ou uma filha a trabalhar ou a ajudar na empresa familiar; por outro temos as operárias, as pequenas patroas e as empregadas não qualificadas dos serviços, também sobrerrepresentadas em relação à amostra, embora com valores menos expressivos (17 a 19%). São, em suma, as franjas desfavorecidas ou proprietárias com parcos capitais escolares que têm filhos co-residentes activos.

Consequentemente, são essas franjas que mais vezes contam com a participação de filhos e filhas nas despesas do agregado doméstico. Mais, quando olhamos para a última coluna, apesar dos resultados não serem estatisticamente significativos, constatamos que é nesses meios sociais que filhos e filhas mais contribuem para as despesas. Por outras palavras, quando auferem rendimentos, a percentagem dos que contribuem é maior: estão sobrerrepresentadas as famílias das inquiridas que não têm escolaridade ou têm o ensino primário; das pequenas patroas, das empregadas não qualificadas, das operárias, das assalariadas e das camponesas.

Já a trajectória da condição perante o trabalho das inquiridas permite detectar a tendência para haver filhos a trabalhar e a participar nas despesas quando as mães estão fora do mercado de trabalho: é o que se passa com 23% e 11% das inquiridas sempre inactivas.

Será essa uma forma de fazer face às despesas do agregado, o recurso a uma segunda fonte de rendimentos? Ou traduzirá, simplesmente, a entrada mais precoce no mercado de trabalho dos filhos de mulheres com baixas qualificações escolares, como é o caso destas inquiridas (Almeida et al., 2005)? Ora, o quadro seguinte (quadro 3.46) aponta mais neste sentido, pois ao considerarmos as inquiridas pouco ou nada escolarizadas em situações opostas face ao mercado de trabalho – sempre com e sempre sem trabalho – a percentagem das que têm pelo menos um filho/uma filha a trabalhar ou a ajudar é semelhante.

Quadro 3.46 – Famílias em que pelo menos um filho/uma filha trabalha ou ajuda na empresa familiar, segundo a escolaridade e a trajectória da condição perante o trabalho das inquiridas
(N e % de sins)

Traj. da condição perante o trabalho	Escolaridade			
	Sem escolaridade		Ensino primário	
	N	%	N	%
Sempre com trabalho	13	52,0	70	21,5
Sempre sem trabalho	11	52,4	28	25,9

(CC=,233; Sig=,107) (CC=,090; Sig=,056)

Em suma, os dados parecem dar conta duma certa reprodução social. Não obstante o esforço que em geral as famílias fazem na mobilidade social ascendente dos filhos através da escola, que se traduz em trajectórias escolares mais longas por parte da geração mais nova, o facto é que são os filhos das inquiridas com menos recursos que

marcam mais presença no mercado de trabalho. No entanto, também não podemos esquecer que estas inquiridas, não sendo necessariamente mais velhas, têm filhos mais velhos por uma questão de calendário da fecundidade, i.e., foram mães mais cedo do que as inquiridas mais escolarizadas e qualificadas. Ora, de modo a contornar qualquer enviesamento daí resultante, vamos olhar para a ocupação dos filhos ou filhas mais velhas em função da sua idade (quadro 3.47), deixando de lado, face à homogeneidade da situação em relação à ocupação, as famílias em que filhos e filhas têm entre 6 e 10 anos (cerca de 27% da amostra).

Quadro 3.47 – Ocupação do filho/filha mais velho, segundo a idade e o contexto social (%)

Contexto social	11-15 anos				16-20 anos				21 e mais anos			
	Estuda	Trab./ ajuda	Sem ocup.	Total	Estuda	Trab./ ajuda	Sem ocup.	Total	Estuda	Trab./ ajuda	Sem ocup.	Total
Escolaridade da inq.	(CC=,175; Sig=,045)				(CC=,311; Sig=,000)				(CC=,407; Sig=,000)			
Sem escolaridade	94,1	-	5,9	100	43,3	53,3	3,3	100	-	73,7	26,3	100
Ensino primário	94,9	4,2	0,9	100	62,0	30,2	7,9	100	18,9	70,9	10,2	100
E. preparatório/básico	99,1	0,5	0,5	100	72,9	16,4	10,7	100	40,0	46,7	13,3	100
Ensino secundário	98,7	1,3	-	100	95,0	2,5	2,5	100	55,6	44,4	-	100
C. médio/lic. incompl.	100,0	-	-	100	90,5	9,5	-	100	66,7	33,3	-	100
Lic. ou grau superior	100,0	-	-	100	100,0	-	-	100	100,0	-	-	100
Classe social da inq.	(CC=,200; Sig=,047)				(CC=,313; Sig=,000)				(CC=,435; Sig=,000)			
ED e PIC	100,0	-	-	100	95,0	5,0	-	100	70,0	30,0	-	100
PTEI	100,0	-	-	100	100,0	-	-	100	57,1	42,9	-	100
IPP	96,2	2,5	1,3	100	68,4	22,8	8,9	100	32,6	58,1	9,3	100
EE	100,0	-	-	100	84,2	10,9	5,0	100	38,2	41,2	20,6	100
ENQ	97,3	2,7	-	100	65,8	25,0	9,2	100	16,1	58,1	25,8	100
OI	96,5	2,1	1,4	100	60,9	30,1	9,0	100	15,8	78,9	5,3	100
AA	92,0	4,0	4,0	100	46,2	30,8	23,1	100	20,0	60,0	20,0	100
C	89,7	10,3	-	100	45,5	51,5	3,0	100	-	92,3	7,7	100
Trajectória da inq.	(CC=,058; Sig=,741)				(CC=,144; Sig=,033)				(CC=,176; Sig=,137)			
Sempre com trabalho	98,1	1,3	0,6	100	73,6	22,1	4,3	100	35,6	54,5	9,9	100
Trab. 1 ou 2 momentos	96,6	2,4	1,0	100	68,6	21,3	10,1	100	20,9	68,6	10,5	100
Sempre sem trabalho	97,3	2,7	-	100	58,3	33,3	8,3	100	19,4	64,5	16,1	100
Todas as Famílias	97,5	1,9	0,7	100	69,3	23,4	7,3	100	27,5	61,5	11,0	100

Se a esmagadora maioria dos filhos dos 11 aos 15 anos está na escola, também há, como já observámos, casos pontuais de adolescentes que trabalham ou ajudam na empresa familiar (11 casos), ou mesmo que não têm ocupação (4). Como nota, podemos

confirmar que são situações que ocorrem em contextos mais ou menos desqualificados, embora haja também um caso em que a mãe tem o ensino secundário.

Mas é, sem dúvida, com o fim da escolaridade obrigatória, quando o leque de opções se alarga para os jovens, que os contextos sociais começam a pesar nas suas “escolhas”. Se, entre os jovens dos 16 aos 20 anos, a permanência no sistema de ensino é ainda a opção maioritária (7 em 10), a associação aos capitais escolares e profissionais das inquiridas é bastante significativa. De facto, a percentagem de jovens que estão a estudar é tanto maior quanto mais escolarizadas e qualificadas são as mães, de tal modo que totalizam 100% no caso das licenciadas ou das profissionais técnicas e intermédias. Inversamente, o ingresso no mercado de trabalho torna-se uma via para muitos jovens de meios mais desqualificados. As inquiridas que têm no máximo 4 anos de instrução e aquelas que trabalham nos sectores primário e secundário são, assim, as que têm mais vezes filhos activos, mais concretamente as mulheres sem escolaridade e as camponesas, com valores acima dos 50%.

A partir dos 21 anos, apesar de globalmente o trabalho já superar os estudos (62 e 28%, respectivamente), a mesma tendência é observada, senão mesmo acentuada: o trabalho ocupa mais os jovens de meios desqualificados, enquanto que os estudos ainda prevalecem nos contextos mais favorecidos. De tal forma assim é, que os filhos das inquiridas com o ensino superior estão todos ainda a estudar, o que não acontece com nenhum dos filhos das inquiridas sem escolaridade.

Outro dado interessante prende-se à ausência de ocupação de alguns jovens. Esta tende a aumentar com a idade e toca principalmente os jovens de famílias com menos recursos escolares ou profissionais. Para estes, a saída mais ou menos precoce da escola nem sempre dá lugar, então, à entrada na (ou à estabilidade da) vida activa.

E de que modo a desigualdade social se articula com a desigualdade de género nas “escolhas” que estes jovens fazem entre a escola e a vida activa? Pegando apenas nos jovens a partir dos 16 anos, vamos ver então o que fazem os filhos e as filhas em diferentes contextos sociais (quadro 3.48).

Quadro 3.48 – Ocupação do filho mais velho (>= 16 anos), segundo o sexo e o contexto social (%)

Contexto social	Masculino				Feminino				masculino+feminino			
	Estuda	Trab./ ajuda	Sem ocup.	Total	Estuda	Trab./ ajuda	Sem ocup.	Total	Estuda	Trab./ ajuda	Sem ocup.	Total
Escolaridade da inq.	(CC=,348; Sig=,000)				(CC=,339; Sig=,000)				(CC=,334; Sig=,000)			
Sem escolaridade	10,7	78,6	10,7	100	47,6	38,1	14,3	100	26,5	61,2	12,2	100
Ensino primário	44,2	46,9	8,9	100	51,7	40,0	8,3	100	47,2	44,2	8,7	100
E. preparatório/básico	57,0	31,8	11,2	100	75,6	12,8	11,5	100	64,9	23,8	11,4	100
Ensino secundário	85,7	14,3	-	100	89,3	7,1	3,6	100	87,8	10,2	2,0	100
C. médio/lic. incompl.	84,2	15,8	-	100	76,5	23,5	-	100	80,6	19,4	-	100
Lic. ou grau superior	100,0	-	-	100	100,0	-	-	100	100,0	-	-	100
Classe social da inq.	(CC=,326; Sig=,000)				(CC=,320; Sig=,002)				(CC=,315; Sig=,000)			
ED e PIC	87,9	12,1	-	100	85,2	14,8	-	100	86,7	13,3	-	100
PTEI	66,7	33,3	-	100	87,5	12,5	-	100	78,6	21,4	-	100
IPP	52,1	39,7	8,2	100	61,2	28,6	10,2	100	55,7	35,2	9,0	100
EE	64,0	24,0	12,0	100	83,3	11,7	5,0	100	72,6	18,5	8,9	100
ENQ	45,5	40,9	13,6	100	61,0	24,4	14,6	100	51,4	34,6	14,0	100
OI	41,5	51,9	6,6	100	54,8	35,7	9,5	100	47,4	44,7	7,9	100
AA	25,0	50,0	25,0	100	50,0	30,0	20,0	100	38,9	38,9	22,2	100
C	31,0	65,5	3,4	100	35,3	58,8	5,9	100	32,6	63,0	4,3	100
Trajectória da inq.	(CC=,153; Sig=,043)				(CC=,111; Sig=,440)				(CC=,122; Sig=,030)			
Sempre com trabalho	57,1	37,2	5,8	100	68,8	24,8	6,4	100	62,0	31,9	6,0	100
Trab. 1 ou 2 momentos	47,5	40,6	11,9	100	62,3	29,8	7,9	100	53,6	36,1	10,2	100
Sempre sem trabalho	39,0	52,5	8,5	100	56,8	29,5	13,6	100	46,6	42,7	10,7	100
Todas as Famílias	50,7	40,7	8,5	100	64,3	27,3	8,3	100	56,5	35,1	8,5	100

Da leitura dos cruzamentos impõem-se três observações. A primeira é que o impacto do contexto social é manifesto nas “escolhas” de ambos, pois quando olhamos separadamente para rapazes e raparigas verificamos que estão mais inseridos no sistema de ensino ou no mercado de trabalho em função dos capitais familiares e, no caso dos rapazes, também da trajectória de trabalho das mães¹⁶⁶. A segunda é que àquela desigualdade de partida se justapõe, de facto, a desigualdade de género, com as raparigas difusamente mais integradas no panorama escolar do que os rapazes. A última observação é que, não obstante esta realidade, a desigualdade de género também está desigualmente distribuída na estrutura social (passe a redundância): é mais diluída onde a escolarização longa é a regra para ambos os sexos, ou seja, entre os jovens dos meios

¹⁶⁶ No caso das raparigas, o cruzamento com esta variável não tem significado estatístico.

escolarizados e qualificados (nomeadamente quando as mães têm pelo menos o ensino secundário ou têm profissões científicas e técnicas); e pesa sobremaneira nas “escolhas” dos restantes jovens, já que rapazes e raparigas têm aqui percursos divergentes, com os primeiros mais inseridos no mercado de trabalho e as segundas num maior esforço de escolarização. A situação dos filhos e das filhas das inquiridas sem escolaridade é disso um exemplo flagrante: 79% dos filhos a partir dos 16 anos são activos e apenas 11% prosseguem os estudos; quanto às filhas, são mais as que estão a estudar (48%) do que a trabalhar ou a ajudar na empresa da família (38%). É só quando as mães têm o ensino preparatório/básico que os rapazes passam a estar, então, mais “dentro” da escola do que do mercado de trabalho (57 e 32%), embora mantendo o desfasamento em relação às raparigas (76 e 13%, respectivamente).

Um dado importante a reter da leitura dos resultados, prende-se com a realidade das desvantagens cumulativas que pesam nos destinos dos jovens do sexo masculino em famílias com baixos recursos escolares e profissionais. À desvantagem do meio social de origem acresce, assim, a desvantagem dum sistema escolar que é menos inclusivo do sexo masculino, o que favorece – quando não empurra para – uma entrada mais precoce num mercado de trabalho necessariamente pouco qualificado. No que toca às jovens desses mesmos meios sociais, a permanência mais longa no sistema de ensino é reveladora da sua relação mais sucedida com a escola. Mas também de que a vontade das famílias em promoverem a mobilidade dos filhos, pela via escolar, encontra nas raparigas uma maior receptividade.

A nota destoante vai apenas para as famílias camponesas, onde jovens de ambos os sexos estão amplamente envolvidos no trabalho ou na ajuda à empresa familiar: é o que se passa com 66% dos filhos e 59% das filhas. Por conseguinte, a “opção” pelos estudos é das mais baixas entre os jovens do sexo masculino (apenas suplantada pelos filhos das assalariadas agrícolas) e mesmo a mais baixa entre as raparigas. Ora, a socialização para o trabalho nestas famílias, como forma de garantir a transmissão da exploração agrícola – quando não mesmo a sua viabilidade imediata (Pinto, 1998) – sobrepõe-se, então, à valorização duma escolaridade longa, que tende a funcionar como força centrífuga, i.e., como fuga do campo.

Finalmente, a falta de ocupação dos jovens – que está ligada a determinadas franjas sociais, como já vimos – não surge claramente associada a determinado sexo. Se parece haver uma tendência para a sobre-representação feminina nessa categoria, tal não acontece sistematicamente, na medida em que há situações em que se passa o inverso.

Seria interessante conhecer o conteúdo desta categoria, de modo a saber o que fazem os jovens – rapazes e raparigas – quando estão desligados tanto do mercado de trabalho como da escola. Tratar-se-á duma falta de ocupação real, que aponte para situações de exclusão ou mesmo de marginalidade? Será uma situação provisória de desemprego ou procura de primeiro emprego? Estarão algumas destas raparigas comprometidas com a lida da casa, configurando situações de jovens domésticas? Infelizmente não temos informação que nos permita conhecer a realidade, mas podemos arriscar uma resposta a partir de questões do inquérito que, indirectamente, fazem luz sobre a mesma. Uma delas prende-se à existência de rendimentos próprios que não resultam de trabalho assalariado. Se, no caso dos jovens estudantes, estes rendimentos serão, provavelmente, de bolsas de estudo, no caso dos jovens sem ocupação, poderão indiciar situações de desemprego em que é auferido um subsídio. A outra questão diz respeito à participação de filhos e filhas no trabalho doméstico, já que é possível perceber se aqueles que não têm ocupação estão mais envolvidos do que os restantes no desempenho das tarefas, apontando para cenários de filhos ou filhas domésticas (quadro 3.49).

Quadro 3.49 – Situação dos filhos mais velhos e das filhas mais velhas (>= 16 anos) face aos rendimentos e ao trabalho doméstico, segundo a ocupação actual (N e %)

Situação face aos rendimentos e ao trabalho doméstico		Filho mais velho (>= 16 anos)			Filha mais velha (>= 16 anos)		
		Sem ocupação (N=35)		Todos (N=410)	Sem ocupação (N=25)		Todas (N=300)
		N	%		N	%	
Tem rendimentos próprios?	Sim	6	17,1	38,5	3	12,0	27,7
	Não	29	82,9	61,5	22	88,0	72,3
	Total	35	100	100	25	100	100
Faz pelo menos uma tarefa doméstica?	Sim	8	22,9	28,3	13	52,0	51,7
	Não	27	77,1	71,7	12	48,0	48,3
	Total	35	100	100	25	100	100
Nº de tarefas domésticas que faz sempre ou muitas vezes	1	3	37,5	54,3	6	46,2	23,2
	2	3	37,5	25,0	1	7,7	25,8
	3	2	25,0	12,1	4	30,8	21,9
	4 ou +	-	-	8,6	2	15,4	29,0
	Total	8	100	100	13	100	100

Ora, quando nos retemos nas famílias da amostra que têm jovens com 16 e mais anos, verificamos que em 60 casos o filho mais velho ou a filha mais velha não tem ocupação (35 rapazes e 25 raparigas). Destes, 6 rapazes e 3 raparigas têm rendimentos, o que significa que apenas 9 poderão estar a receber um subsídio de desemprego. Por outro lado, nem rapazes nem raparigas estão particularmente envolvidos no trabalho doméstico (se compararmos com todos os filhos e filhas mais velhas da mesma faixa etária) e apenas 2 filhas fazem muitas vezes um grande número de tarefas (4 ou mais). Salvo, portanto, estes casos mais “integrados” (embora também eles reveladores de alguma precariedade, nomeadamente no que toca ao acesso ao mercado de trabalho), os restantes jovens de ambos os sexos parecem estar, então, em situações de maior fragilidade social.

Por fim, vamos apresentar um último quadro que procura dar conta de um segundo tipo de contribuição instrumental que as famílias podem receber de filhos e filhas no exercício duma actividade: a mão-de-obra familiar (quadro 3.50). Ora, apenas 21 inquiridas disseram ter filhos a ajudar na empresa familiar, o que representa pouco mais de 1% da nossa amostra. Todavia, também encontrámos 25 famílias que têm filhos trabalhadores não remunerados, o que configura certamente situações de trabalho familiar, salvo um ou outro caso de trabalho voluntário. Assim sendo, julgamos mais correcto equacionar a questão da mão-de-obra familiar tendo em conta, não só, as situações em que os filhos ou as filhas ajudam na empresa familiar, como aquelas em que, segundo referiram as próprias inquiridas, eles trabalham mas não são remunerados. Em que famílias aparece este tipo de contribuição instrumental? Um quadro anterior (3.45) já permitia começar a formular uma resposta, pois percebia-se em que famílias eram maiores os desfasamentos entre filhos ou filhas que trabalham e que auferem rendimentos. Mas é a análise do quadro seguinte que dá uma imagem mais clara desta realidade.

São cerca de 15% as famílias que, tendo pelo menos um filho ou uma filha a trabalhar ou a ajudar na empresa familiar, estes não auferem rendimentos. Portanto, são ao todo 42 as famílias que contam, provavelmente, com a mão-de-obra não remunerada dos filhos. Representando, tão-somente, pouco mais de 2% das famílias da nossa amostra, não deixa de ser interessante localizá-las no espaço social. Curiosamente, apenas o cruzamento com a classe social dá resultados significativos, ligando o trabalho não remunerado dos filhos basicamente a dois tipos de família: à família camponesa e à família que explora um pequeno negócio. Apesar das mudanças que têm vindo a ocorrer

na sociedade portuguesa a este nível – como se pode constatar pela pequena dimensão do fenómeno – trata-se, sem dúvida, de vestígios dum modo de vida tradicional, em que se recorria à mão-de-obra dos filhos para a subsistência quotidiana.

Quadro 3.50 – Famílias em que pelo menos um filho/uma filha trabalha ou ajuda na empresa familiar e tem rendimentos e famílias em que pelo menos um filho/uma filha trabalha ou ajuda na empresa familiar e não tem rendimentos, segundo o contexto social (N e %)

Contexto social	Tem rendimentos		Não tem rendimentos		Total	
	N	%	N	%	N	%
Escolaridade da inquirida	(CC=,129; Sig=,327)					
Sem escolaridade	26	78,8	7	21,2	77	100
Ensino primário	156	86,7	24	13,3	180	100
Ensino preparatório/básico	39	81,3	9	18,8	48	100
Ensino secundário	4	66,7	2	33,3	6	100
Curso médio/lic. incompleta	7	100,0	-	-	7	100
Licenciatura ou grau superior	-	-	-	-	-	100
Classe social da inquirida	(CC=,276; Sig=,003)					
ED e PIC	7	87,5	1	12,5	8	100
PTEI	4	100,0	-	-	4	100
IPP	35	71,4	14	28,6	49	100
EE	25	89,3	3	10,7	28	100
ENQ	39	92,9	3	7,1	42	100
OI	83	91,2	8	8,8	91	100
AA	7	87,5	1	12,5	8	100
C	21	65,6	11	34,4	32	100
Trajectória da inquirida	(CC=,049; Sig=,722)					
Sempre com trabalho	95	82,6	20	17,4	115	100
Trabalhou 1 ou 2 momentos	93	86,1	15	13,9	108	100
Sempre sem trabalho	44	86,3	7	13,7	51	100
Famílias em que pelo menos 1 filho trabalha/ajuda	232	84,7	42	15,3	274	100

Ora, isto significa que, nestas famílias em particular, o papel instrumental dos filhos pode assumir duas modalidades: a de contribuição financeira, tal como acontece em maior ou menor grau nas restantes; e a de mão-de-obra, seja no campo, seja no pequeno negócio familiar.

2.6. Filhos e filhas, contribuição instrumental e contexto social

Após analisarmos separadamente a participação dos filhos nas esferas doméstica e profissional, vamos focar a atenção num último indicador que procura aferir, de certo modo, as famílias que contam com alguma forma de contribuição instrumental. Trata-se de um indicador de síntese, sobre os diferentes tipos de contribuição que as famílias portuguesas inquiridas obtêm de filhos e filhas, a partir de uma variável respeitante à participação de filhos e filhas no trabalho doméstico – *fazem pelo menos uma tarefa sempre ou muitas vezes*) – e de duas ligadas ao trabalho profissional – *contribuem para as despesas domésticas* e *são trabalhadores familiares*. Como é óbvio, o trabalho profissional dos filhos não é, por si só, uma contribuição instrumental para a família. Só o é na medida em que se traduz numa prestação económica ou em mão-de-obra (quadro 3.51). Mapeámos, assim, quatro situações com pesos distintos (última linha): uma, onde se inclui 21% da amostra, em que filhos, filhas ou ambos contribuem para a realização do trabalho doméstico; outra, com um peso de pouco mais de 5%, em que aqueles dão uma contribuição resultante da sua inserção no mercado de trabalho, e que pode ser económica e/ou em mão-de-obra; outra ainda, que representa 5% da amostra, em que dão os dois tipos de contribuição (doméstica e económica/mão-de-obra); e a última, francamente maioritária (69%), em que não há qualquer tipo de contribuição.

Ora, na esteira do que temos encontrado ao longo do capítulo, as características da descendência – como a idade, o género ou a dimensão – influenciam fortemente o tipo de contribuição instrumental que filhos e filhas prestam à família. Como podemos observar, a existência de algum tipo de contribuição (*contribuição global*) aumenta muito tanto com a idade do filho mais velho – que passa de 3% nas famílias em que este tem entre 6 e 10 anos, para 66% nas famílias em que tem mais de 20 anos – como com a dimensão da descendência – que passa de 9% nas famílias com um filho, para 75% nas famílias com 4 e mais filhos. Até aos 10 anos, bem como nas descendências de um filho, a sua contribuição resume-se praticamente à ajuda no trabalho doméstico. Entre os 11 e os 15 anos e nas descendências de 2 filhos, aumenta notoriamente este tipo de contribuição e tem início, de modo algo tímido, os outros dois tipos. Mas é a partir dos 16 anos, finda a escolaridade obrigatória, e mais ainda depois dos 20 anos, que cresce a contribuição económica e/ou em mão-de-obra. O mesmo se pode dizer em relação às descendências de 3 e de 4 e mais filhos, sendo esta última a que dá a maior contribuição de ambos os tipos (27%).

Quadro 3.51 – Tipo de contribuição instrumental de filhos e filhas, segundo as características da descendência (filhos e enteados co-residentes com 6 e mais anos) (%)

Características da descendência	Tipo de contribuição instrumental					Total
	Trabalho doméstico	Económica e/ou mão-de-obra	Ambos	Contribuição global (Subtotal)	Nenhuma	
Idade do filho mais velho	(CC=,480; Sig=,000)					
6-10 anos	3,2	0,2	-	3,4	96,6	100
11-15 anos	20,1	1,4	0,5	22,0	78,0	100
16-20 anos	35,2	9,3	7,3	51,8	48,2	100
21 e mais anos	29,1	18,6	18,6	66,4	33,6	100
Sexo do filho mais velho	(CC=,162; Sig=,000)					
Masculino	15,5	7,4	5,1	28,0	72,0	100
Feminino	27,3	3,1	3,8	34,2	65,8	100
Idade e sexo do filho mais velho						
6-10 anos (CC=,060; Sig=,431)	M	2,5	0,4	-	2,9	97,1
	F	3,9	-	-	3,9	96,1
11-15 anos (CC=,217; Sig=,000)	M	11,7	1,6	0,6	14,0	86,0
	F	29,6	1,1	0,4	31,0	69,0
16-20 anos (CC=,216; Sig=,000)	M	26,5	12,5	7,9	47,0	53,0
	F	46,5	5,2	6,6	58,2	41,8
21 e mais anos (CC=,148; Sig=,175)	M	25,2	22,9	19,1	67,2	32,8
	F	34,8	12,4	18,0	65,2	34,8
Nº de filhos (com 6 e + anos)	(CC=,436; Sig=,000)					
1 filho	8,2	0,6	-	8,8	91,3	100
2 filhos	29,1	6,9	4,4	40,4	59,6	100
3 filhos	30,2	15,3	15,9	61,4	38,6	100
4 e mais filhos	34,6	13,5	26,9	75,0	25,0	100
Todas as famílias	20,9	5,4	4,5	30,8	69,2	100

Também o cruzamento com o sexo do filho mais velho apresenta resultados significativos. As famílias em que é uma rapariga a mais velha têm, globalmente, uma maior contribuição instrumental (34 contra 28%), mas sobretudo à custa da participação no trabalho doméstico. Já as famílias em que é um rapaz, estão sobrerrepresentadas as duas categorias que incluem a contribuição económica e em mão-de-obra, i.e., fruto da sua inserção no mercado de trabalho.

Finalmente, o olhar cruzado sobre a idade e o sexo do filho mais velho permite perceber que é entre os 11 e os 20 anos que a desigualdade de género é mais expressiva. Mas enquanto que, dos 11 aos 15 anos, a desigualdade reside essencialmente nas

contribuições diferenciadas de filhos e filhas no trabalho doméstico, dos 16 aos 20 anos, aquele desfasamento passa a ser acrescido de outro, que é a maior contribuição dos rapazes em mão-de-obra e/ou em dinheiro. Já entre os 6 e os 10 anos, bem como a partir dos 21, a contribuição global de filhos e filhas é semelhante, embora nesta última faixa etária se note o peso das raparigas no trabalho doméstico e o dos rapazes no profissional.

Quando sistematizamos o tipo de contribuição instrumental que filhos e filhas prestam à família à luz dos contextos sociais (quadro 3.52) deparamo-nos, antes de mais, com o seu peso crescente à medida que diminuem os capitais escolares das inquiridas: no caso das famílias em que as mães têm o ensino superior, apenas 10% contam com algum tipo de contribuição; no caso das famílias em que as mães têm o ensino primário ou não têm mesmo escolaridade, o nível de contribuição é 4 a 5 vezes superior. Por outro lado, o tipo de contribuição também se vai diversificando à medida que diminuem os capitais escolares. De facto, no caso das famílias mais escolarizadas, aquela é só de carácter doméstico. Nas famílias em que as mães têm o ensino secundário ou o médio, a contribuição económica e/ou em mão-de-obra é quase residual. E mesmo nas famílias em que as mães têm o ensino preparatório/básico, este tipo de contribuição instrumental está ainda sub-representado. É, portanto, só quando as inquiridas têm o ensino primário, e mais ainda quando não têm qualquer grau de ensino, que a contribuição económica e/ou em mão-de-obra se torna expressiva, seja isoladamente, seja combinada com a doméstica. Concretamente no que diz respeito às famílias em que as mães não têm escolaridade, o tipo de contribuição que combina a modalidade económica/mão-de-obra e a modalidade doméstica passa a ser quase tão importante em termos quantitativos como a doméstica de forma isolada.

O cruzamento com a classe social vem dar uma achega à compreensão de perfis diferenciados. Evidenciam-se claramente as famílias em que as mães são camponesas, pois a contribuição global é a mais elevada de todas (51%) e estão sobrerrepresentadas em todos os tipos, com amplo destaque para aqueles que incluem a ajuda económica e/ou em mão-de-obra. Também com uma contribuição global elevada (38 a 39%), mas agora à custa do trabalho doméstico, são as famílias das empregadas não qualificadas e das assalariadas agrícolas. Já nas famílias das pequenas patroas e das operárias, a contribuição global é média, pois estão ligeiramente sobrerrepresentadas na vertente económica e/ou em mão-de-obra e sub-representadas na vertente doméstica. De certa forma, o oposto acontece quando as mães são empregadas executantes. Finalmente, as famílias em que as mães têm profissões mais qualificadas – científicas ou dirigentes e

técnicas – são aquelas que têm uma contribuição instrumental mais baixa, sendo mesmo diminuta no que toca à contribuição económica e/ou em mão-de-obra, e baixa (no caso das primeiras) ou média (no caso das segundas) quanto à contribuição doméstica.

Quadro 3.52 – Tipo de contribuição instrumental de filhos e filhas, segundo o contexto social (%)

Contexto social	Tipo de contribuição instrumental					Total
	Trabalho doméstico	Económica e/ou mão-de-obra	Ambos	Contribuição global (Subtotal)	Nenhuma	
Escolaridade da inquirida	(CC=,279; Sig=,000)					
Sem escolaridade	20,5	10,3	19,2	50,0	50,0	100
Ensino primário	24,4	8,9	7,3	40,6	59,4	100
Ensino preparatório/básico	18,8	3,7	1,8	24,3	75,7	100
Ensino secundário	21,1	1,0	0,5	22,6	77,4	100
Curso médio/lic. incompleta	19,0	1,0	1,0	21,0	79,0	100
Licenciatura ou grau superior	9,7	-	-	9,7	90,3	100
Classe social da inquirida	(CC=,243; Sig=,000)					
ED e PIC	13,8	1,1	0,5	15,3	84,7	100
PTEI	20,6	1,6	-	22,2	77,8	100
IPP	17,9	8,2	5,4	31,5	68,5	100
EE	24,7	2,0	2,0	28,7	71,3	100
ENQ	26,8	5,3	6,1	38,2	61,8	100
OI	18,0	6,1	5,9	30,0	70,0	100
AA	31,6	5,3	1,8	38,6	61,4	100
C	22,8	18,5	9,8	51,1	48,9	100
Trajectória da inquirida	(CC=,081; Sig=,072)					
Sempre com trabalho	21,6	4,0	4,1	29,7	70,3	100
Trabalhou 1 ou 2 momentos	21,3	6,3	4,7	32,3	67,7	100
Sempre sem trabalho	17,0	8,7	5,5	31,2	68,8	100
Todas as famílias	20,9	5,4	4,5	30,8	69,2	100

Quanto à trajectória da condição perante o trabalho, apesar dos resultados pouco significativos, é de sublinhar o perfil de contribuição de filhos e filhas nas famílias em que a mãe nunca trabalhou, pois pauta-se por uma ligeira sub-representação no que toca ao trabalho doméstico e sobre-representação nos outros dois tipos que incluem a ajuda económica e/ou em mão-de-obra.

2.7. A função produtiva de filhos e filhas na família: práticas, representações e contextos sociais

Antes de terminar, há ainda espaço para uma última reflexão em torno das duas dimensões do lado instrumental dos filhos: a das práticas e a das representações. Como se articulam estas dimensões? Como vimos, há um número não despreciable de famílias que contam com o desempenho dos filhos em áreas instrumentais da vida familiar, seja no trabalho doméstico, com a realização de tarefas, seja no trabalho profissional, com a contribuição em dinheiro ou em mão-de-obra, seja em ambos. Por outro lado, como constatámos mais acima, também há um número expressivo de inquiridas que valorizam a função produtiva dos filhos, pois apontam, como razão para eles serem importantes nas suas vidas, o facto de constituírem «uma ajuda em casa e no trabalho». Como é que se cruza esta informação? Como é que se ligam as representações que as inquiridas têm neste domínio às práticas efectivas dos filhos na família? Vamos então olhar para o tipo de contribuição instrumental de filhos e filhas na família e a valorização, por parte das inquiridas, da sua função produtiva (quadro 3.53).

Quadro 3.53 – Valorização da função produtiva, segundo o tipo de contribuição instrumental de filhos e filhas (%)

Tipo de contribuição Instrumental	Função produtiva («são uma ajuda em casa e no trabalho»)		
	Sim	Não	Total
Trabalho doméstico	48,4	51,6	100
Económica e/ou mão-de-obra	60,4	39,6	100
Ambos	71,3	28,8	100
<i>Contribuição global (subtotal)</i>	<i>53,8</i>	<i>46,2</i>	<i>100</i>
Nenhuma	34,3	65,7	100
Todos	40,3	59,7	100

(CC=,203; Sig=,000)

Como tivemos ocasião de constatar anteriormente, 4 inquiridas em 10 valorizam a função produtiva dos filhos. Mas o que podemos confirmar agora, é que a valorização dessa função está relacionada com o tipo de contribuição instrumental que filhos e filhas prestam à vida familiar. De facto, são as famílias em que há algum tipo de contribuição que tendem a dar importância à «ajuda em casa e no trabalho» (54%), mas também há tipos de contribuição que são mais valorizados do que outros: a ajuda económica e/ou

em mão-de-obra é amplamente mais valorizada do que a ajuda nas tarefas domésticas; e os casos em que se reúnem ambas são ainda mais consensuais.

Estes resultados conduzem a novas reflexões. Por um lado, chama a atenção para a hierarquia, em termos valorativos, entre trabalho profissional e trabalho doméstico. A explicação para a desigual valorização destes dois domínios poderá residir, pensamos nós, da falta de reconhecimento da natureza produtiva do trabalho doméstico (trata-se, afinal, de um trabalho não pago), o que culmina numa certa naturalização da produção doméstica. Neste quadro, a participação de filhos e filhas passa a ser entendida como uma responsabilidade ou mesmo uma obrigação da vida em comum. Em contrapartida, a contribuição económica dos filhos, em desuso nas sociedades ocidentais, perdeu esse carácter de obrigatoriedade (Regt, 1995), pelo que, onde ainda está presente, passa a assumir contornos de dívida filial. Em suma, de dever tradicional transformou-se em *dom* contemporâneo (Godbout, 1992).

Por outro lado, constatamos a importância da “acumulação” de contribuições: é nas famílias que recebem as ajudas dos dois tipos (doméstica e económica ou em mão-de-obra), que as inquiridas mais valorizam a função produtiva. É, portanto, nestas famílias, em que os filhos estão mais próximos dos pais em termos de estatuto produtivo, que a importância dos filhos enquanto «ajuda em casa e no trabalho» ganha pleno sentido.

Os resultados revelam ainda que nem sempre há concordância entre as práticas de filhos e filhas e as representações das mães. De facto, há um número expressivo de inquiridas que, apesar de receberem algum tipo de contribuição por parte de filhos e filhas, não valorizam a sua função produtiva. E o oposto também é verdadeiro, ou seja, há inquiridas que consideram que filhos e filhas «são uma ajuda em casa e no trabalho», mesmo na ausência de qualquer tipo de contribuição. Como podemos interpretar estes desajustamentos entre práticas e representações? Como é óbvio, entram aqui em jogo considerações pessoais sobre o lugar dos filhos na família. É ou não reconhecida a existência de uma dimensão instrumental? A sua participação é entendida como um dever, uma ajuda, uma forma de aquisição de competências, ou uma forma de sociabilidade familiar? Trata-se, enfim, dum universo subjectivo, para o qual não ensaiámos inquirição.

Mas há outro tipo de questões que também podem entrar aqui em jogo. Por exemplo, há a questão “quantitativa” da participação dos filhos: no caso do trabalho doméstico, o sentimento de que a participação de filhos e filhas se trata de uma ajuda

efectiva pode resultar do número de tarefas realizadas (quanto maior é o número de tarefas, maior é a percepção da ajuda); já no caso do trabalho profissional, pode ser o montante da contribuição monetária, o número de horas que despendem na empresa familiar ou de actividades que realizam. Por outro lado, a percepção da ajuda também se pode ligar ao impacto que a participação de filhos e filhas tem na vida doméstica: as inquiridas podem sentir-me menos sobrecarregadas pelo facto de contarem com eles na realização das tarefas ou na empresa familiar; e a sua contribuição monetária pode ser importante para fazer face às despesas do agregado. Deste conjunto de sugestões, apenas temos informação disponível para testar a primeira, ou seja, a relação entre número de tarefas domésticas que filhos e filhas fazem sempre ou muitas vezes e valorização da função produtiva. Ora, o número médio de tarefas na amostra é de 2,32 (quando fazem pelo menos uma). Nas famílias em que as inquiridas valorizam a função produtiva a média sobe para 2,56 e nas famílias em que as inquiridas não valorizam a média desce para 2,10 ($\text{Eta Squared} = ,028$; $\text{Sig} = ,001$).

Nas situações em que inquiridas dizem que os filhos «são uma ajuda em casa e no trabalho», mas não se regista qualquer contribuição instrumental, estamos em crer que se trata, provavelmente, da valorização de ajudas ocasionais no trabalho doméstico e no trabalho profissional, que não são contempladas pelos nossos indicadores.

Vamos, então, localizar na estrutura social os “desencontros” entre práticas e representações (quadro 3.54). Se isolarmos as famílias em que filhos e filhas dão alguma contribuição instrumental, mas em que as mães não valorizam a função produtiva, vemos que estão sobrerrepresentadas as famílias em que as inquiridas têm um nível de ensino a partir do preparatório/básico e que têm actividades mais ou menos qualificadas. Já se isolarmos as famílias em que não há qualquer contribuição, mas em que as mães valorizam a função produtiva, observamos exactamente o inverso.

Ora, o que estes resultados revelam, é que são sempre as inquiridas menos escolarizadas e menos qualificadas que valorizam a função produtiva. No caso em que filhos e filhas dão algum tipo de contribuição instrumental, estes tendem, de facto, a dar um maior volume de ajuda, pelo menos no que toca ao número de tarefas domésticas que fazem sempre ou muitas vezes. No caso em que não há contribuição instrumental – pelo menos de uma forma regular, já que não podemos excluir a existência de ajudas ocasionais –, também são elas que tendem a valorizar a função produtiva, o que poderá ser um sinal de que o papel instrumental dos filhos, enquanto qualidade que se procura promover, está ainda bem enraizado num quadro de valores em que a socialização para

o trabalho é nota dominante. Em contrapartida, nas famílias com mais capitais, poderá haver uma rejeição da ideia de contribuição instrumental associada aos filhos. Por um lado, porque ela é objectivamente mais pequena e dispensável, por outro, porque a participação de filhos e filhas poderá conter outros significados que não foram contemplados nesta investigação (aquisição de competências, sociabilidade, democracia familiar, etc.).

Quadro 3.54 – Famílias que têm algum tipo de contribuição instrumental e que não valorizam a função produtiva e famílias que não têm nenhuma contribuição instrumental e que valorizam a função produtiva, segundo o contexto social (% de casos)

Contexto social	Com contribuição e não valorizam	Sem contribuição e valorizam
Escolaridade da inquirida	(CC=,245; Sig=,000)	(CC=,285; Sig=,000)
Sem escolaridade	25,6	64,1
Ensino primário	38,5	46,8
Ensino preparatório/básico	55,6	34,4
Ensino secundário	62,2	20,1
Curso médio/lic. incompleta	81,0	10,1
Licenciatura ou grau superior	66,7	6,0
Classe social da inquirida	(CC=,234; Sig=,000)	(CC=,249; Sig=,000)
ED e PIC	72,4	8,8
PTEI	64,3	16,3
IPP	49,4	34,1
EE	60,0	30,5
ENQ	43,6	44,1
OI	33,8	43,2
AA	31,8	40,0
C	36,2	51,1
Trajectória da inquirida	(CC=,046; Sig=,563)	(CC=,071; Sig=,047)
Sempre com trabalho	48,5	31,1
Trabalhou 1 ou 2 momentos	43,9	37,9
Sempre sem trabalho	44,1	37,6
Todas	46,2	34,3

2.8. Síntese conclusiva

Este capítulo debruçou-se sobre uma função específica dos filhos na família, a função produtiva, que, como vimos anteriormente, é aquela que é menos valorizada e que tem uma menor difusão na estrutura social portuguesa. Não obstante, 4 inquiridas em 10 ainda dizem que os filhos são importantes nas suas vidas porque «são uma ajuda em casa e no trabalho». E na prática, que famílias contam com esse papel instrumental dos filhos? Foi a interrogação à qual procurámos responder, a partir do questionamento de duas eventuais áreas de participação de filhos e filhas na esfera produtiva: a do trabalho doméstico, com a realização das tarefas; e a do trabalho profissional, com a contribuição económica ou em mão-de-obra.

A primeira constatação é que cerca de 3 famílias em 10 contam, de facto, com alguma forma de contribuição instrumental por parte de filhos e filhas, sem dúvida mais de ordem doméstica, mas também monetária ou em mão-de-obra. E esta realidade não pode ser equacionada à margem das características da descendência. Primeiro, porque a participação de filhos e filhas – seja no trabalho doméstico, seja no trabalho profissional – cresce acentuadamente com a idade. Depois, porque o género ainda marca diferenças nestes espaços, com as filhas mais presentes no doméstico e os filhos no profissional.

Começando pelo trabalho doméstico, foram vários os indicadores analisados. Um, acerca do tipo de participação nas tarefas domésticas que as inquiridas procuram promover junto de filhos e filhas (norma situada), e os restantes, que dão conta da participação efectiva: se fazem tarefas sempre ou muitas vezes, quantas fazem e que tarefas são essas; se fazem tarefas sozinhos, quantas e quais são.

Sumariando os resultados, observámos, antes de mais, a vontade das inquiridas em terem os filhos e as filhas como aliados no trabalho doméstico, embora mais numa lógica de ajuda do que de divisão igualitária das tarefas. No entanto, apesar desta norma de partilha atenuada ser a regra independentemente da idade e do sexo, a procura da partilha igualitária é mais frequente em relação às raparigas e aos filhos e filhas mais velhos, enquanto que a vontade de poupar os filhos ao trabalho doméstico está mais associada aos rapazes e aos filhos e filhas mais novos. Já a participação efectiva fica, na maioria das vezes, aquém das expectativas das inquiridas, embora as filhas sejam, sem dúvida, mais cooperantes do que os filhos. De facto, não só a percentagem de famílias que conta com algum tipo de apoio no trabalho doméstico é maior naquelas que têm raparigas, como elas começam mais cedo a participar e assumem um maior número de

tarefas: o nível de participação nas famílias com raparigas dos 11 aos 15 anos é idêntico ao das famílias com rapazes com 21 e mais anos; e nessas mesmas faixas etárias, elas já realizam mais tarefas do que eles. Com efeito, apesar da carga de tarefas aumentar para ambos com a idade, aumenta mais para as raparigas, que passam a fazer duas ou mais tarefas logo a partir dos 16 anos, enquanto que para os rapazes o cenário mais comum é fazerem uma. Ora, se esta for a realidade também para as famílias com filhos de ambos os sexos (como parecem indicar os quadros 3.27 e 3.28), estamos perante um campo da vida familiar onde os ideais da igualdade entram em choque com práticas ainda desiguais.

Esta socialização de género no espaço doméstico também se observa no tipo de tarefas que raparigas e rapazes realizam, com as primeiras mais envolvidas na limpeza da casa, na loiça e na roupa, e os segundos nas reparações. Mas observa-se igualmente no tipo de tarefas às quais resistem a participar: as reparações, no caso das raparigas; e a roupa, no caso dos rapazes. Não obstante, estes não estão completamente ausentes do universo das tarefas femininas, já que marcam presença tanto na loiça e na limpeza da casa como nas refeições. Já onde a desigualdade entre filhos e filhas é menor é nas compras e nas tarefas administrativas, onde participam pouco, e nos cuidados aos irmãos, onde se destaca a ajuda nos trabalhos escolares. Com efeito, quando assumem sozinhos o desempenho de alguma tarefa, esta é uma das mais importantes no caso das raparigas, ou mesmo a mais importante no caso dos rapazes, sinal, sem dúvida, da mobilidade educativa ascendente que os torna mais competentes do que os pais para acompanharem os estudos dos irmãos mais novos. O tipo de participação no trabalho doméstico – partilha ou autonomia na realização das tarefas – também é semelhante nos filhos e nas filhas, pois o mais habitual é fazerem as tarefas com outras pessoas do agregado doméstico. Mas onde a igualdade de género é maior é, afinal, no período da infância, já que, até aos 10 anos, filhos e filhas estão praticamente ausentes do trabalho doméstico.

Passando ao trabalho profissional, a análise girou em torno de três indicadores – a ocupação actual de filhos e filhas, a existência de rendimentos e a contribuição para as despesas da casa –, o que permitiu constatar que estas famílias têm, na sua maioria, filhos co-residentes inactivos e economicamente dependentes. Mas também foi possível identificar uma franja de famílias (cerca de 10%) que conta com a contribuição de um ou mais filhos nesta esfera da produção: uma contribuição em mão-de-obra, no âmbito de uma empresa familiar; ou monetária, através da participação nas despesas da casa.

Esta questão foi equacionada, antes de mais, à luz da idade dos filhos, na medida em que se levantava o problema da idade legal para sair do sistema de ensino e integrar o mercado de trabalho. De facto, deparámo-nos com alguns casos de trabalho infantil, mas é na faixa etária dos 16-20 anos que os percursos começam realmente a divergir, com um número expressivo de jovens a trocarem a escola pelo trabalho assalariado ou, mais residualmente, pelo trabalho familiar não remunerado. Fuga a uma trajectória escolar pautada pelo insucesso ou apenas pelo desinteresse, possibilidade de auferir rendimentos próprios ou constrangimentos impostos de fora, são algumas das causas que poderão estar na base desta inflexão dos percursos juvenis (Pestana, 2000; Sarmiento et al., 1997). Esta realidade é muito marcada pela questão do género, pois são francamente mais os jovens do sexo masculino que, naquela faixa etária, fazem a “opção” de trabalhar. Tal significa que a desigualdade de género pesa, aqui, sobre os rapazes, que ficam para trás em termos de aquisição de capitais escolares e, consequentemente, que têm menos hipóteses de integrarem um mercado de trabalho mais qualificado. Esta assimetria permanece depois dos 20 anos, com as raparigas a apostarem mais do que os rapazes na escolarização longa, embora a maioria também já esteja, de facto, a trabalhar. Logo, são sobretudo as famílias com rapazes a partir dos 16 anos (tratando-se, em regra, do filho mais velho), e nomeadamente as mais numerosas, que contam com a contribuição dos filhos, seja nas despesas do agregado doméstico, seja em mão-de-obra.

O segundo desafio deste capítulo foi o de perscrutar para lá das características das descendências e tentar conhecer em que meios sociais as famílias convivem com a contribuição instrumental de filhos e filhas, seja no espaço doméstico seja no espaço profissional. A primeira constatação é que a contribuição de filhos e filhas em trabalho doméstico é bem mais generalizada do que a contribuição económica ou em mão-de-obra. É, sem dúvida, um sinal de que estas duas valências da função produtiva de filhos e filhas têm significados diferentes na ordem simbólica das inquiridas. A participação daqueles no trabalho doméstico é, porventura, uma atribuição aceitável, legítima, senão mesmo desejável, no âmbito de uma vivência quotidiana em comum. A comprovar isso mesmo, estão as expectativas das inquiridas a esse nível, que apontam difusamente para uma partilha atenuada das tarefas domésticas, independentemente das características das descendências ou dos contextos das famílias. Mas também as práticas efectivas de filhos e filhas, pois encontramos a sua participação, mais ou menos significativa, em todos os contextos, com excepção das famílias mais escolarizadas e qualificadas, onde práticas e

expectativas são mais dissonantes (como vimos, devido à frequente mercantilização do trabalho doméstico, que “poupa” a participação de filhos e filhas).

Já a contribuição monetária e em mão-de-obra encontra-se balizada na estrutura social, identificando-se com franjas da população pouco qualificadas ou detentoras dos seus próprios meios de produção (explorações agrícolas, pequenos negócios familiares). Trata-se, sem dúvida, de franjas sociais que sustentam traços de um modo de vida familiar tradicional, que se sobrepõem às (ou se articulam com as) mudanças que a sociedade contemporânea tem vindo a registar no valor económico dos filhos, i.e., nos “fluxos de riqueza” dentro da família. O que foi regra até há poucas décadas, atribuir a cada membro da família uma cota parte da responsabilidade na sobrevivência doméstica, é hoje apanágio de alguns grupos sociais, nomeadamente das famílias proprietárias com baixos capitais escolares. Há, todavia, que ressaltar o avanço da idade com que filhos e filhas começam a trabalhar ou a ajudar a família, sem dúvida efeito do alongamento da escolaridade obrigatória. São poucas, assim, as situações declaradas de trabalho infantil.

Em traços largos, podemos avançar alguns perfis de contribuição instrumental. Um primeiro perfil – onde encontramos as inquiridas sem escolaridade – caracteriza-se pela *contribuição global muito elevada* (50%), com destaque para a económica ou em mão-de-obra (isolada ou a par da doméstica). De facto, é nestas famílias que os filhos, mas também as filhas, mais trabalham ou ajudam na empresa familiar, saindo cedo do sistema de ensino. Como nota, aos 21 anos já nenhum se encontra a estudar. No trabalho doméstico, estas famílias contam com a participação significativa tanto das filhas como dos filhos. Aliás, no caso destes, eles são, entre todos, os que mais participam, embora tenham um perfil de participação muito “masculino”. Em termos de classe social, as inquiridas que melhor se encaixam neste perfil são as camponesas, onde é máxima a mão-de-obra familiar.

Um segundo perfil – onde estão as inquiridas com o ensino primário – pauta-se pela *contribuição global elevada* (41%). O destaque vai para o trabalho doméstico, embora também estejam sobrerrepresentadas na contribuição económica ou em mão-de-obra. De facto, o mercado de trabalho ainda se coloca como opção aos estudos numa fatia significativa de jovens de ambos os sexos. Em relação ao trabalho doméstico, as raparigas participam visivelmente mais, embora os rapazes também estejam sobrerrepresentados, e o tipo de participação dos filhos é semelhante ao anterior, embora ligeiramente mais aberto a novas atribuições. Com perfis próximos temos as assalariadas agrícolas e as empregadas não qualificadas, embora o trabalho doméstico

represente aqui uma fatia ainda maior para a contribuição global. Com efeito, são as filhas das assalariadas agrícolas as que mais participam nas tarefas, revelando-se aqui a distância máxima entre rapazes e raparigas.

Um terceiro perfil, cuja particularidade é a de não se ligar a nenhum nível de escolaridade, reúne as operárias e as pequenas patroas. Define-se por uma *contribuição global média* (30 a 32%), baseada numa ligeira sobrerrepresentação da contribuição económica e em mão-de-obra e sub-representação da doméstica. Contudo, há alguma heterogeneidade interna a este perfil, que se consubstancia na presença mais expressiva no mercado de trabalho dos jovens, de ambos os sexos, das famílias operárias, bem como na maior assimetria que filhos e filhas registam a nível da participação no trabalho doméstico. Mais, há que lembrar que as famílias das pequenas patroas (a seguir às das camponesas) são as que mais contam com o trabalho não remunerado de filhos e filhas, enquanto que as operárias recebem, sobretudo, uma contribuição monetária para as despesas domésticas, resultante do trabalho assalariado de filhos e filhas.

Um quarto perfil – onde encontramos as inquiridas com o ensino preparatório ou básico – aponta para uma *contribuição global média-baixa* (24%) e caracteriza-se pela ligeira sub-representação em todos os tipos de contribuição. Há um desfasamento grande entre raparigas e rapazes no que toca às opções que se lhes colocam a partir dos 16 anos, com as primeiras mais apostadas na escolarização, e deparamos com o peso de jovens sem ocupação. Na participação nas tarefas, filhas e filhos estão ligeiramente sub-representados, e a mesma tendência observamos em relação ao tipo de tarefas realizadas pelos últimos: estão ligeira a moderadamente sub-representados em todas. As empregadas executantes são as que têm o perfil de contribuição mais próximo deste, embora filhos e filhas estejam já mais integrados no sistema de ensino e estas últimas tenham um nível mais elevado de participação no trabalho doméstico.

Um quinto perfil – que reúne as inquiridas com o ensino secundário e o médio – define-se pela *contribuição global baixa* (21 a 23%), que se deve à fraca presença da contribuição em mão-de-obra ou económica (tanto isolada como a par da doméstica). De facto, a maioria dos filhos e das filhas destas inquiridas estuda depois dos 15 anos. E dos poucos que optam por trabalhar, pouco contribuem para as despesas do agregado. Já em relação a nível de participação nas tarefas, regista-se uma proximidade entre rapazes e raparigas (que é máxima, entre as inquiridas com o curso médio), e os filhos das inquiridas com o secundário são os que realizam o leque mais abrangente de tarefas, combinado competências “masculinas” e “femininas”. Um perfil semelhante têm as

profissionais técnicas e de enquadramento intermédio, embora, no que toca às tarefas, as filhas participam mais e os filhos menos.

Por fim, temos um sexto perfil – ligado às inquiridas mais escolarizadas – que se pauta pela *contribuição global muito baixa* (10%), sendo exclusivamente de natureza doméstica. De facto, não há contribuição económica ou em mão-de-obra nestas famílias, pois os filhos e as filhas estão todos no sistema de ensino, apostando em escolarizações longas. No trabalho doméstico, filhos e filhas são francamente pouco participativos. Mas, quando fazem tarefas, os rapazes apresentam o perfil menos “masculino”, estando ausentes das reparações e tratando de tarefas como a loiça e a roupa. As empresárias e as profissionais intelectuais são aquelas que têm o perfil mais próximo. As maiores diferenças residem na existência, embora residual, de contribuição económica ou em mão-de-obra (de facto, há algumas situações de actividade) e o nível de participação nas tarefas ser um pouco mais elevado e muito semelhante entre rapazes e raparigas.

A última nota vai para a trajectória da condição perante o trabalho das inquiridas. Não tendo, de modo algum, o mesmo impacto da escolaridade ou da classe social na contribuição instrumental da descendência, revela uma ligeira tendência para as famílias em que as inquiridas nunca trabalharam: terem uma maior contribuição económica (de facto, os seus filhos trabalham com mais frequência), apesar de não ser possível concluir se se trata de uma forma de compensar a falta de um rendimento; e terem uma menor participação nas tarefas, o que se deve, porventura, ao facto das domésticas assumirem “espontaneamente” o trabalho produtivo inscrito na sua condição.